



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MAURÍCIO JOSÉ QUARESMA SILVA

**AS PLANTAS AMAZÔNICAS SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL:**  
os “Aditamentos” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart (1753-1785)

ANANINDEUA – PA

2024

MAURÍCIO JOSÉ QUARESMA SILVA

**AS PLANTAS AMAZÔNICAS SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL:**  
os “Aditamentos” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart (1753-1785)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA – PA

2024

MAURÍCIO JOSÉ QUARESMA SILVA

**AS PLANTAS AMAZÔNICAS SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL:**  
os “Aditamentos” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart (1753-1785)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

Data de aprovação: 04/07/2024

Conceito: Excelente

**Banca Examinadora:**

---

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Examinador interno: Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Examinadora externa: Prof<sup>a</sup>. Ms. Millena Souza Farias  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó, que sempre  
me guiou na vida.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram nesta  
jornada.

Às plantas, que sempre fizeram, fazem e farão  
parte da minha história.

## AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de expressar minha eterna gratidão a todas as divindades, pessoas e instituições que tornaram possível a realização desta monografia.

Inicialmente, agradeço a Deus pela força e proteção, pois Ele é o meu pastor e nada me faltará (Salmos 23:1), e à Nossa Senhora de Nazaré, mãe de Jesus, pelas bênçãos e intercessões, pois tudo que tenho e tudo que sou, consagro a ti, querida mãe.

Aos meus pais, Dona Maria Quaresma e Seu José Silva, agradeço pelo apoio incondicional, amor e compreensão ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, que foram fundamentais para superar os desafios e alcançar este objetivo.

Também agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Wesley Kettle, não apenas pela confiança e orientação, que contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho, mas também pelos conselhos e ensinamentos que me fizeram enxergar o mundo sob a perspectiva ambiental. Aos demais professores da Faculdade de História do Campus de Ananindeua, agradeço pelos conhecimentos e experiências compartilhadas ao longo da minha formação acadêmica. Ao Prof. Dr. José Augusto Pádua, agradeço pelo aceite em supervisionar o meu Estágio PIBIC de Verão na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela oportunidade de apresentar os resultados obtidos nesta pesquisa para os membros do Laboratório História e Natureza. À professora Helena, grande amiga e historiadora, agradeço pela ajuda desde a educação básica e pelo livro que despertou a minha paixão pela história aos 11 anos de idade. Também agradeço ao professor Estevão Barbosa, da Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento do Campus de Ananindeua, e ao seu bolsista, Anderson Maciel, pela dedicação e paciência durante a elaboração do mapa do percurso missionário de Anselm Eckart na Amazônia.

Aos meus amigos e colegas da turma de 2019, especialmente Elber Soares, Ellen Malcher, Maurinea Albuquerque, Nazaré Lobo, Shirlene Coelho e Victória Costa, agradeço pela amizade e cumplicidade que marcaram positivamente a minha experiência acadêmica. À minha amiga e irmã de pesquisa, Camila Emanuelle, pela amizade e parceria nas atividades do projeto de pesquisa “A natureza nos relatos de viagem”, coordenado pelo professor Wesley Kettle e vinculado ao Grupo de Pesquisa História e Natureza. Ao meu amigo Luca Leite, paulista de nascimento, paranaense de formação e fluminense de coração, pela acolhida em sua casa e pelas dicas sobre como viver no Rio de Janeiro.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal do Pará, particularmente à PROEX, à PROPESP e à SAEST, pelos auxílios financeiros e bolsas de iniciação científica, que

possibilitaram a aprendizagem de uma língua estrangeira e a realização de viagens acadêmicas para o Maranhão e Rio de Janeiro, e aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que foram atenciosos e generosos durante as minhas visitas de trabalho: em Belém, o Museu Paraense Emílio Goeldi; e no Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Esta monografia não teria sido possível sem o apoio e colaboração dessas divindades, pessoas e instituições que fizeram parte desta jornada. Muito obrigado!

A vida das plantas é uma cosmogonia em ato,  
a gênese constante de nosso cosmos  
(Coccia, 2018, p. 16).

## RESUMO

Durante a segunda metade do século XVIII, administradores coloniais, homens de ciência e missionários religiosos participaram da Comissão Demarcadora de Limites, que foi estabelecida com a assinatura do Tratado de Madri em 1750. Além disso, esses demarcadores elaboraram descrições acerca dos elementos da natureza, registrando o conhecimento científico sobre a Amazônia colonial. Nesse contexto, o padre alemão Anselm Eckart (1721-1809) não apenas participou do trabalho religioso nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757, mas também registrou suas impressões acerca da fauna, da flora, do clima, da hidrografia e da paisagem da região amazônica em seus relatos de viagem. Portanto, esta pesquisa analisa, sob a perspectiva da História Ambiental, as representações das plantas amazônicas, especificamente o algodão, o cacau, o cravo, a mandioca e o tabaco, nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), de autoria do padre Eckart. Diante disso, verificamos que essas plantas amazônicas possuíam, além da dimensão econômica atribuída ao longo do processo de colonização, outras dimensões que foram importantes em diferentes aspectos da vida amazônica e transatlântica, o que demonstra o protagonismo histórico da flora do Vale Amazônico.

**Palavras-chave:** Amazônia colonial; Anselm Eckart; flora amazônica; História Ambiental; relatos de viagem.

## ABSTRACT

During the second half of the 18th century, colonial administrators, men of science and religious missionaries took part in the Boundary Demarcation Commission, which was established by the signing of the Treaty of Madrid in 1750. In addition, these demarcating agents drew up descriptions of the elements of nature, enabling the development of scientific knowledge about colonial Amazon. In this context, the German priest Anselm Eckart (1721-1809) not only took part in the religious work in the missionary villages in the state of Grão-Pará and Maranhão between 1753 and 1757, but also recorded his impressions of the fauna, flora, climate, hydrography and landscape of the Amazon region in his travel reports. Therefore, this research analyzes, from the perspective of Environmental History, the representations of Amazon plants, specifically cotton, cocoa, cloves, manioc and tobacco, in the “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), by Father Eckart. As a result, we can see that these Amazon plants had, in addition to the economic dimension attributed to them throughout the colonization process, other dimensions that were important in different aspects of Amazon and transatlantic life, which demonstrates the historical protagonism of the flora of the Amazon Valley.

**Keywords:** Colonial amazon; Anselm Eckart; Amazon flora; Environmental History; travel reports.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> – [Flor do algodão (Estampas 1 e 2)] .....	62
<b>Figura 2</b> – [Theobroma cacao, Linn.] .....	69
<b>Figura 3</b> – Uma igarité, uma ubá, uma jangada e seus acessórios .....	79
<b>Figura 4</b> – Mandioca .....	83
<b>Figura 5</b> – Nicotiana tabaco .....	92

### MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Mapa do percurso missionário de Anselm Eckart no Vale Amazônico (1753-1757) .....	34
<b>Mapa 2</b> – Mappa V - Provinciae Maragnonii Societatis Jesu cum adjacentibus quibusdam terris Hispanorum, Gallorum & Batavorum .....	37

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Inventário da flora amazônica .....	49
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BBM	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CGGPM	Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão
GRHIN	Grupo de Pesquisa História e Natureza
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. PRIMEIRO CAPÍTULO – UM <i>TAPUITINGA</i> NA AMAZÔNIA: O PADRE ECKART, SUAS MISSÕES, SEUS RELATOS E A FLORA AMAZÔNICA</b> .....	26
2. 1. Conquistando almas, explorando plantas: a atuação jesuítica e sua relação com a flora do Vale Amazônico .....	27
2. 2. Das missões religiosas às prisões pombalinas: Anselm Eckart e suas impressões acerca das plantas do Estado do Grão-Pará e Maranhão .....	32
2. 3. De crônica ignorada a fonte histórica: os “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil” e suas possibilidades de pesquisa na História Ambiental .....	46
2. 4. Entre a historiografia clássica e contemporânea: a presença (ou ausência) da discussão ambiental nos estudos sobre a Companhia de Jesus e o padre Eckart .....	51
<b>3. SEGUNDO CAPÍTULO – OS “ARTESÃOS” DO COSMOS: AS PLANTAS AMAZÔNICAS NOS RELATOS DE VIAGEM DE ANSELM ECKART</b> .....	58
3. 1. De planta a produto: “o branco algodão fez o Maranhão preto” .....	59
3. 2. Seja “manso”, seja “bravo”: o cacau da Amazônia colonial .....	66
3. 3. Não apenas da Índia, mas também da Amazônia: a exploração do cravo no Estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista .....	74
3. 4. “O pão nosso de cada dia”: a mandioca como base da colonização .....	80
3. 5. Entre ameríndios e europeus: o consumo do tabaco no Vale Amazônico .....	89
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
<b>FONTES</b> .....	101
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103

## 1. INTRODUÇÃO

Diz-se algumas vezes: “A história é a ciência do passado.” É [no meu modo de ver] falar errado. [...] Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [...] “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo” (Bloch, 2001, p. 52-55).

Lucien Febvre costumava dizer: “a história é o homem”. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos (Braudel *apud* Moore, 2003, p. 431).

Em 2019, cursamos a disciplina chamada “Sociedades Coloniais na Amazônia”, ministrada pelo Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle, no segundo semestre do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nessa disciplina, estudamos os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais da Amazônia durante os séculos XVII e XVIII sob a perspectiva do campo da História Ambiental. Uma das atividades avaliativas propostas pelo docente foi a elaboração de um material didático acerca da História da Amazônia Colonial para os alunos da Educação Básica, baseado na análise da literatura de viagem do período colonial na região. Após o término da disciplina, o docente disponibilizou uma lista para os discentes da turma interessados em participar do projeto de pesquisa intitulado “A natureza nos relatos de viagem”, voltado para a análise das representações da natureza na literatura de viagem do período colonial no Vale Amazônico.

No ano de 2020, ingressamos no Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN) e iniciamos as atividades do projeto de pesquisa, que foi contemplado com bolsas de iniciação científica, vigentes até 2023. Em três anos de projeto, desenvolvemos diversas atividades presentes nos planos de trabalho: 1) analisamos as representações da natureza nos relatos de viagem elaborados ao longo do tempo, destacando os documentos históricos que tratam sobre a Amazônia; 2) realizamos o levantamento bibliográfico acerca do tema “relatos de viagem” e “natureza”; 3) identificamos o conjunto de relatos de viagem produzidos sobre a Amazônia no período colonial; 4) compreendemos a relação entre ciência e política nos relatos de viagem elaborados no período colonial; e 5) elaboramos relatórios e artigos científicos com o objetivo de registrar e divulgar os resultados da pesquisa. Durante esse período, realizamos a análise de um conjunto de fontes coloniais, como os “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), escritos pelo padre alemão Anselm Eckart (1721-1809).

Os dois primeiros anos de trabalho como bolsista de iniciação científica (2020-2021) foram limitados pela pandemia de Covid-19, que restringiu a realização da pesquisa de documentos históricos nos arquivos e nas bibliotecas físicas da região. Em virtude disso, realizamos a consulta de fontes manuscritas e impressas disponíveis nos arquivos e nas bibliotecas virtuais da internet, como o Projeto Resgate Barão do Rio Branco e a Biblioteca do Senado Federal. No Projeto Resgate, coletamos um ofício do governador e capitão-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro (1716-1795), do ano de 1760, que é uma das documentações históricas presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). No Senado Federal, coletamos a correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), ao longo dos anos de 1751 e 1759. As fontes manuscritas e impressas consultadas foram fundamentais para o cruzamento dos documentos históricos mobilizados nesta pesquisa.

No ano de 2022, recebemos o Prêmio Destaque da Iniciação Científica e Tecnológica, durante a cerimônia de abertura do XXXIII Seminário de Iniciação Científica da UFPA. O prêmio oportunizou a realização do Estágio PIBIC de Verão em 2023 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a supervisão do Prof. Dr. José Augusto Pádua. Nesse estágio, realizamos a pesquisa de fontes impressas e manuscritas, entre elas cartas e ofícios, disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A consulta de fontes iconográficas, como desenhos e gravuras, presentes na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), na Biblioteca Nacional de Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Biblioteca Nacional do Brasil, também foi realizada ao longo do trabalho. Além disso, utilizamos a cópia de um mapa produzida pelo próprio padre Eckart em 1754, que apresenta o curso dos rios e a localização das missões do Vale Amazônico, disponível na MacLean Collection Map Library. Por último, em parceria com a Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento da Universidade Federal do Pará (UFPA), elaboramos um mapa do percurso missionário de Anselm Eckart na Amazônia entre 1753 e 1757.

Nos excertos acima, observamos as diferentes perspectivas dos historiadores franceses Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel acerca do escopo e objeto da história. Marc Bloch destaca a centralidade do ser humano como objeto da história, enfatizando que a história é essencialmente sobre os homens no tempo. Diante disso, Bloch reconhece que a história não é a ciência do passado, pois o passado não constitui um objeto de ciência, mas sim a ciência dos homens no tempo, já que o ser humano se configura como sujeito da narrativa histórica. Contudo, Marc Bloch, apesar de ter demonstrado interesse nos

fundamentos ambientais em seus estudos acerca da Idade Média, entre eles “A Sociedade Feudal” (1987), apresenta uma perspectiva histórica que se concentra, principalmente, nos aspectos humanos da história e, por isso, não aborda explicitamente o papel do ambiente natural.

Fernand Braudel, por sua vez, amplia o escopo da história para além do humano. Isso porque Braudel contraria a visão de Lucien Febvre, que define o homem como o objeto da história nas suas pesquisas sobre o período quinhentista, como em “O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais” (2009). Ele argumenta que “tudo é história”, incluindo o solo, o clima e os movimentos geológicos. Essa visão sugere uma abordagem mais ampla e integrada, na qual os fatores ambientais desempenham um papel fundamental na compreensão da história. Sendo assim, Fernand Braudel propõe uma história que não apenas analisa as ações e experiências humanas ao longo do tempo, mas também reconhece a interação entre o ser humano e seu ambiente natural como um elemento importante para compreender o processo histórico. Embora tenha incorporado o ambiente em seus estudos acerca da longa duração, entre eles “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II” (1984), Braudel não realizou um trabalho de História Ambiental propriamente dito. Portanto, as perspectivas históricas de Marc Bloch e Lucien Febvre têm seus méritos; no entanto, a visão de Fernand Braudel destaca a relação entre seres humanos e meio ambiente, mostrando a relevância da perspectiva ambiental na compreensão da história.

Esta monografia tem como objetivo analisar as representações da flora amazônica nos documentos históricos que são conhecidos pela literatura especializada como “relatos de viagem”, especificamente nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, de autoria de Anselm Eckart. Nascido em Bingen no ano de 1721, o padre Eckart realizou sua formação religiosa e secular em diferentes cidades do Sacro Império Romano-Germânico entre 1740 e 1752. A partir do ano de 1753, ele participou do trabalho religioso nas aldeias missionárias do Vale Amazônico até 1757, quando foi expulso da Amazônia e deportado para Portugal. Uma das principais obras de Eckart sobre as experiências religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão são seus “Aditamentos”, que foram publicados em 1785 como um apêndice do livro “Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”. Embora não tenha sido incluída na documentação oficial da Comissão Demarcadora de Limites, a obra do padre Eckart integra um conjunto de documentos privados da Companhia de Jesus que nos permite realizar um estudo histórico acerca da região amazônica.

Os “Aditamentos” de Eckart possibilitam a investigação histórica acerca das questões culturais, econômicas, naturais, políticas e sociais da Amazônia setecentista. Em 1750, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri, estabelecendo as diretrizes para a política de demarcação e ocupação das possessões espanhola e portuguesa na América ibérica. Em relação à definição dos limites na América, as Coroas ibéricas adotaram o princípio de posse da terra, chamado *uti possidetis*<sup>1</sup>, e as “fronteiras naturais”, isto é, os lagos, as montanhas e os rios, como referência para o processo de demarcação de limites na América ibérica (Cortesão, 1984).

No ano de 1751, a assinatura de um documento com instruções para os trabalhos das demarcações estabeleceu a formação de duas comissões, com o objetivo de definir os limites das fronteiras meridionais do Estado do Brasil e das fronteiras setentrionais do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Kettle, 2015). Dois homens de confiança foram selecionados para atuarem como chefes dos trabalhos das demarcações de fronteiras nos dois Estados que formavam os domínios portugueses na América: Gomes Freire de Andrade (1685-1763), que dirigiria os trabalhos ao Sul, no Estado do Brasil, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que dirigia os trabalhos ao Norte, no Estado do Grão-Pará e Maranhão (Serrão, 1990). As comissões do Sul e do Norte realizaram, entre os anos de 1750 e 1759, os trabalhos de demarcação na América, produzindo mapas e relatórios acerca dos territórios coloniais ibéricos na América do Sul. Apesar disso, Espanha e Portugal não cumpriram totalmente as determinações presentes no Tratado de Madri (Chaves, 2014).

Somado a isso, Espanha e Portugal contrataram homens de ciência, entre eles astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos, para trabalharem nas missões da Comissão Demarcadora de Limites na América Meridional e na América Setentrional, com o objetivo de promover a demarcação das capitanias portuguesas que faziam fronteira com os domínios espanhóis na região (Chaves, 2014). Os chamados “comissários inteligentes” também elaboraram descrições acerca da fauna, da flora, do clima, da hidrografia e da paisagem, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a Amazônia colonial (Reis, 1948; Cortesão, 1984; Kettle, 2018). Por sua vez, administradores coloniais, como governadores, ouvidores, secretários e demais oficiais da Coroa, e missionários religiosos, entre eles bispos e padres da Igreja Católica, registraram suas impressões acerca dos elementos da natureza do Vale Amazônico, assim como os homens de ciência,

---

<sup>1</sup> Em conflitos de soberania territorial, esse princípio do direito internacional público, originado no direito privado romano, reconhece a validade e a legitimidade do poder estatal que controla efetivamente a área disputada, tanto politicamente quanto militarmente (Ferreira Neto, 2019).

possibilitando a formação do saber científico sobre a região que circulou, principalmente, dentro do Império português.

Os relatos de viagem dos missionários religiosos nos permitem conhecer suas visões acerca das plantas amazônicas e a importância delas para o projeto colonizador português na Amazônia, contribuindo para a realização de um trabalho de História Ambiental. No ano de 1753, seis padres alemães da Assistência Germânica da Companhia de Jesus, incluindo Anselm Eckart, desembarcaram na região. Os padres tapuitinga<sup>2</sup> atuaram nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, especialmente nas missões religiosas localizadas nas margens dos rios Madeira e Xingu. Nesse sentido, Eckart trabalhou nas aldeias missionárias das aldeias de Pirauri, Abacaxis, Trocano e Caetés entre 1753 e 1757. Com a morte da rainha de Portugal, D. Maria Ana (1683-1754), em 1754, o rei D. José I (1714-1777) e o secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), iniciaram o processo de articulação de uma política antijesuítica, visando à deportação dos padres jesuítas da Amazônia colonial (Arenz; Prudente, 2019).

Após a morte do rei D. José I e a saída do secretário Sebastião José de Carvalho e Melo do governo, D. Maria I (1734-1816) assumiu o trono português e reiniciou as negociações políticas com os diplomatas espanhóis sobre a questão das fronteiras ultramarinas na América ibérica, que foram suspensas com a morte do rei D. Fernando VI (1713-1759) no ano de 1759. Em 1777, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, que incorporou, novamente, os princípios fundamentais do Tratado de Madri, como o *uti possidetis* e as “fronteiras naturais” como parâmetro para a política de demarcação de limites na América (Reis, 1948). Dessa forma, as atividades da Comissão Demarcadora de Limites espanhola e portuguesa na Amazônia intensificaram o fluxo de pessoas, entre elas oficiais militares, soldados, ameríndios e africanos escravizados, as trocas comerciais entre portugueses, espanhóis e indígenas, estabelecendo o comércio legal e, principalmente, ilegal na região, e a circulação de informações, a partir de ofícios e periódicos acerca das conjunturas políticas europeia e americana, na zona de fronteira, auxiliando no planejamento de demarcação e defesa do Vale Amazônico (Bastos, 2017).

---

<sup>2</sup> O termo “Tapuitinga” possui origens na língua indígena, sendo utilizado pelos ameríndios para se referirem aos padres não portugueses. Inicialmente, a palavra “Tapuí”, que significa “bárbaro”, era desaprovada pelos indígenas quando atribuída a eles. Entretanto, ao se referirem aos brancos não lusitanos, os ameríndios acrescentavam a palavra “tinga”, que significa “branco”, resultando no termo “Tapuítinga”, que pode ser traduzido como “bárbaro branco”. A preferência por essa designação demonstra uma distinção positiva em relação aos brancos portugueses (Fáy, 1753 *apud* Rónai, 1942).

Portanto, administradores coloniais, “comissários inteligentes” e missionários religiosos se envolveram nos trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites ao longo da segunda metade do século XVIII. Nesse período, bispos e padres da Igreja Católica, incluindo Anselm Eckart, não apenas realizaram o trabalho missionário nas missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas também registraram suas percepções sobre os animais, as plantas, o clima, os rios e as paisagens da região amazônica. Ademais, Eckart interagiu com diversos personagens históricos da política de demarcação e, conseqüentemente, ocupação do Vale Amazônico, como as populações indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, possibilitando a troca de saberes entre o indígena e o europeu. Desse modo, o problema desta pesquisa está relacionado a seguinte questão: como a flora amazônica foi representada nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, produzidos pelo padre *tapuitinga* Anselm Eckart?

Conforme Peter Burke (1997, p. 14), “desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante”. Entretanto, Lucien Febvre e Marc Bloch criaram, no ano de 1929, a Escola dos *Annales* na França, contribuindo para o processo de ruptura com a tradição historiográfica do século XIX, marcada pelo movimento de Leopold von Ranke e baseada na história política, factual e narrativa. Além disso, o movimento dos *Annales* também marcou a construção de uma “Nova História”, marcada pela história social e econômica, pela problematização da história e pela interdisciplinaridade (Burke, 1997). A Escola dos *Annales* possibilitou, portanto, a criação de novos campos de estudos, entre eles a História Ambiental, e a mobilização de novas fontes históricas, como os relatos de viagem, na historiografia moderna.

Nesse cenário, o campo da História Ambiental surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, em um contexto de crescimento das conferências sobre a crise global e dos movimentos ambientalistas em vários países do mundo. Esse campo de estudo contribuiu para a ampliação dos estudos históricos acerca das relações entre sociedade humana e meio ambiente ao longo do tempo, constituindo um instrumento para os debates sobre as questões ambientais da atualidade. A lógica mecanicista do mundo moderno, que promove a separação entre os seres humanos e o meio ambiente, classifica, no entanto, a natureza como um cenário estático para o desenvolvimento das ações humanas sem a interferência do ambiente externo e como um depósito inesgotável de recursos naturais para a exploração. Muitas vezes, os historiadores observam, no campo historiográfico, a ausência da natureza na história escrita

ou a representação da natureza como um cenário estático, onde as relações humanas se desenvolvem durante o processo histórico (Worster, 1991).

Como exemplo, Arthur Cezar Ferreira Reis apresenta, em seus estudos acerca da História da Amazônia, um modelo interpretativo de viés político e econômico, no qual atribui à figura do Estado a evolução e a modernização da região ao longo do período colonial (Reis, 1941). Em nossa visão, esse tipo de interpretação histórica se torna incompleta na medida em que invisibiliza os elementos da natureza e as populações africana, mestiça e indígena da Amazônia colonial.

Stella Franco (2011) afirma que o uso de relatos de viagem como fontes documentais pelos pesquisadores das Ciências Humanas vem crescendo desde o século XX, especialmente na área da História. Os historiadores contemporâneos mobilizam a literatura de viagem para analisar os aspectos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais de diferentes períodos da História do Brasil, produzindo e divulgando inúmeros trabalhos acadêmicos, entre eles artigos, livros, monografias, dissertações e teses. Em contrapartida, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde sua fundação em 1838, contribui para o trabalho de divulgação dos relatos de viagem. Esse tipo de documentação histórica também foi utilizada em obras de autores clássicos da historiografia brasileira, como João Capistrano de Abreu, que escreveu a obra chamada “Capítulos de História Colonial” (1907), e Sérgio Buarque de Holanda, que produziu os livros intitulados “Raízes do Brasil” (1936), “Caminhos e Fronteiras” (1957) e “Visão do Paraíso” (1959).

De acordo com Elisa Schemes (2015), os estudiosos não podem dissociar o relato e a viagem, uma vez que a viagem fornece as condições de produção do relato de viagem. Os pesquisadores devem compreender a trajetória de vida do viajante e o conhecimento prévio do local de destino. Além disso, os historiadores lançam um olhar investigativo sobre o relato da viagem, tratando-o como uma fonte documental e cruzando-o com outras fontes históricas para refletir acerca de um determinado contexto histórico. Os relatos de viagem encontram-se em um local específico entre a História e a Literatura, que resulta no debate em relação ao gênero do texto: diário de viagem, relato de viagem, literatura de viagem, autobiografia, testemunho ou documento? A autora argumenta que os relatos de viagem configuram-se como uma literatura de viagem que apresenta especificidades, mas que, por outro lado, representam uma fonte documental para os historiadores da atualidade (Schemes, 2015).

Nesse contexto, diversos pesquisadores investigaram as representações da natureza amazônica e brasileira, mobilizando os relatos de viagem como fontes históricas da pesquisa. Em seu livro chamado “O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes

e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)” (2000), Nelson Papavero abordou os relatos de viagem de cronistas e viajantes dos séculos XVI, XVII e XVIII que descreveram os animais da região amazônica (Papavero, 2000). Na sua tese de doutorado intitulada “Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no Tempo das demarcações (1750-1799)” (2015), Wesley Kettle analisou os relatos de viagem dos agentes demarcadores, entre eles Anselm Eckart, que participaram da Comissão Demarcadora de Limites na segunda metade do século XVIII e descreveram os elementos da natureza amazônica, mostrando como as visões de natureza desses personagens históricos revelam os interesses do projeto colonizador português na região (Kettle, 2015). Dessa forma, a literatura de viagem constitui uma fonte histórica importante para o estudo tanto da sociedade quanto da natureza do Vale Amazônico.

Desse modo, analisaremos, ao longo deste trabalho, as representações da flora amazônica, especificamente do algodão, do cacau, do cravo, da mandioca e do tabaco, nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart. Os objetivos específicos são: 1) compreender a política de demarcação e ocupação da Amazônia colonial; 2) destacar a importância do conhecimento indígena na exploração das plantas e na navegação dos rios da região; e 3) evidenciar o protagonismo histórico da natureza no processo de colonização do Vale Amazônico, principalmente a flora que, muitas vezes, está ausente ou presente sob uma perspectiva econômica na narrativa histórica. Para além disso, as interações com os agentes demarcadores e as sociedades indígenas, bem como as experiências de medo e perigo vivenciadas por Eckart na região, nos auxiliam na busca de respostas para o problema da nossa monografia.

A fim de reduzir o recorte temático, optamos por delimitar o estudo a cinco espécies de plantas amazônicas – algodão, cacau, cravo, mandioca e tabaco – como elementos-chave para a análise dos “Aditamentos” do padre Eckart. Nessa perspectiva, a escolha se justifica pela complexidade e pelo significado diversificado que essas plantas assumiram no contexto amazônico e transatlântico do século XVIII. Através dos relatos de Eckart, exploraremos as diferentes dimensões que essas plantas assumiram ao longo do tempo e sob a influência da colonização portuguesa. Desde sua importância biológica na floresta até sua transformação em produtos com relevância econômica, essas plantas mantiveram uma relação com aspectos culturais, políticos e sociais da região. Por exemplo, o algodão contribuiu para a formação de uma sociedade negra no Maranhão, enquanto o cacau influenciou o consumo europeu de chocolate. O cravo, a mandioca e o tabaco, por sua vez, desempenharam papéis igualmente fundamentais em diferentes esferas da vida amazônica e transatlântica.

Inicialmente, a metodologia utilizada neste trabalho consistiu no levantamento bibliográfico sobre os temas “relatos de viagem” e “natureza”, considerando o campo da História Ambiental, e a pesquisa acerca da vida e da obra de Anselm Eckart. Em seguida, realizamos o levantamento bibliográfico de obras de autores clássicos da historiografia que tratam de temas relacionados à nossa pesquisa, como o reformismo de fronteira, a atuação da Companhia de Jesus e a História Ambiental. Nesse sentido, diversos trabalhos acadêmicos, entre eles artigos, livros, dissertações, monografias e teses, foram coletados em bibliotecas físicas e virtuais, além de repositórios institucionais disponíveis na internet. Finalmente, realizamos a leitura das obras coletadas durante o levantamento bibliográfico, buscando a construção do conhecimento sobre o contexto histórico da elaboração dos relatos de Eckart e a formação do referencial teórico desta pesquisa.

Arthur Cezar Ferreira Reis e Jaime Zuzarte Cortesão são dois autores clássicos da historiografia acerca do reformismo de fronteira, que contribuíram para os estudos históricos sobre a formação territorial da Amazônia. Inclusive, esses intelectuais desenvolveram análises históricas que consideram os aspectos naturais como elementos importantes para a compreensão do processo de demarcação e ocupação na América ibérica. Contudo, Arthur Reis e Jaime Cortesão desconsideraram, muitas vezes, as contribuições das populações africanas, mestiças e indígenas da região, destacando os bandeirantes e sertanistas como personagens principais da conquista e ocupação espanhola e portuguesa da América. Esses autores investigaram a expansão do território brasileiro, especialmente a conquista e ocupação europeia na Amazônia, discutindo os trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites como fundamentais para o entendimento da política portuguesa de demarcação e ocupação dos territórios na América do Sul.

Em sua obra chamada “Limites e demarcações na Amazônia brasileira” (1948), Arthur Reis destaca a história dos principais personagens do projeto de demarcação e ocupação das possessões da Coroa portuguesa na América do Sul, como o diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753), que articulou a assinatura do Tratado de Madri no ano de 1750 para a definição das fronteiras ultramarinas das Coroas ibéricas na América (Reis, 1948). No seu livro intitulado “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri” (1984), Jaime Cortesão discute a diplomacia portuguesa no século XVIII, relacionando-a com o tema das demarcações de limites na América ibérica e destacando personagens históricos do período. O autor aponta que Alexandre de Gusmão intermediou as negociações entre os diplomatas espanhóis e portugueses que estabeleceram a assinatura do Tratado de Madri em 1750 (Cortesão, 1984).

Por sua vez, Serafim Leite é uma das principais referências da historiografia acerca da Companhia de Jesus, pois produziu diversas obras sobre a atuação dos padres inacianos ao longo do período colonial brasileiro. O autor publicou, em dez volumes, uma coleção chamada “História da Companhia de Jesus no Brasil” entre os anos de 1938 e 1950. Na sua coleção, Leite abrange o período colonial brasileiro, explorando a trajetória histórica e a influência cultural, econômica, política e social da Companhia de Jesus desde a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, no século XVI, até a supressão da ordem religiosa no ano de 1759. O autor também destaca o papel significativo desempenhado pelos padres inacianos na educação, evangelização, organização social e política colonial. Em última análise, Serafim Leite oferece uma perspectiva detalhada acerca das missões jesuíticas, a relação com os indígenas, os conflitos com outras ordens religiosas e as transformações sociais decorrentes da atuação da Companhia de Jesus.

Donald Worster, José Augusto Drummond e José Augusto Pádua são três autores clássicos da historiografia sobre a História Ambiental, que elaboraram pesquisas históricas acerca das relações entre a sociedade humana e o meio ambiente. Segundo Donald Worster (1991, p. 203), em seu artigo chamado “Para fazer história ambiental” (1991), “em toda a sua história a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimento, remédio, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza”. Portanto, o autor reforça nosso argumento de que os elementos da flora, como o algodão, o cacau, o cravo, a mandioca e o tabaco, foram protagonistas do processo de colonização portuguesa na Amazônia. No seu artigo intitulado “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa” (1991), José Augusto Drummond (1991, p. 183) argumenta que “os relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus - também muito usados - que percorreram quase todos os quadrantes do globo a partir do século XV, são outra fonte fundamental da história ambiental”.

Desse modo, o autor considera a literatura de viagem produzida ao longo do tempo como uma fonte histórica importante para os historiadores ambientais e, por isso, mobilizamos esse tipo de documentação histórica para analisar as representações das plantas amazônicas nos “Aditamentos” de Anselm Eckart. De acordo com José Augusto Pádua (2010), em seu artigo chamado “As bases teóricas da história ambiental” (2010), a História Ambiental é um campo de estudo que não reduz, mas sim amplia a análise histórica, considerando a importância de fatores sociológicos e epistemológicos na formação do campo da História Ambiental. Diante disso, o autor enfatiza a perspectiva interdisciplinar desse

campo de estudo, onde o diálogo entre a história, as ciências naturais e a ecologia é fundamental para a ampliação da análise histórica.

Em nosso estudo, reconhecemos a importância dos diálogos interdisciplinares entre o campo historiográfico e as outras áreas do conhecimento, entre elas a filosofia, para analisar as representações da flora amazônica nos relatos de Eckart. Na sua obra intitulada “A vida das plantas: uma metafísica da mistura” (2018), Emanuele Coccia apresenta as plantas como um elemento da natureza negligenciado pela filosofia, ciência e sociedade. O autor afirma que as plantas são vistas, muitas vezes, como elementos decorativos ou recursos de produção em massa. Ao criticar essa visão antropocêntrica que coloca a vida animal acima da vida vegetal, Emanuele Coccia caracteriza as plantas como os “artesãos” do cosmos, ou seja, as principais responsáveis pela criação do mundo. Sendo assim, mostraremos a importância da flora amazônica representada nos “Aditamentos” do padre Eckart no processo de colonização portuguesa na Amazônia.

Outrossim, mobilizaremos dois conceitos importantes que ampliam nossa compreensão acerca das demarcações de fronteiras e visões de natureza do padre alemão Anselm Eckart no Vale Amazônico: representação e transculturação. Em sua obra chamada “A história cultural: entre práticas e representações” (1990), Roger Chartier destaca que as representações do mundo social são sempre influenciadas pelos interesses do grupo que as moldam e, por isso, há uma conexão intrínseca entre os discursos realizados e a posição daqueles que os empregam (Chartier, 1990). No seu livro intitulado “Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação” (1999), Mary Louise Pratt discute as trocas culturais entre colonos e colonizados, já que não apenas os elementos da cultura nativa foram apropriados pelos europeus, mas também os elementos da cultura europeia foram apropriados pelos nativos. Portanto, essas interações constroem as representações absorvidas pelo olhar imperial e constituem um universo cognitivo considerado como originariamente europeu (Pratt, 1999).

Posteriormente, com a realização das leituras e a constituição do referencial teórico da monografia, realizamos a leitura dos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, escritos pelo padre *tapuitinga* Anselm Eckart, para analisar as representações das plantas amazônicas no período colonial, utilizando os conceitos históricos de representação e transculturação como metodologia para a leitura dos relatos de Eckart. Os “Aditamentos” do padre Eckart foram traduzidos e incluídos na obra chamada “Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)” (2013), organizada por Nelson Papavero e Antonio Porro e publicada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Além disso, observamos os aspectos científicos e

políticos dos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” de Eckart sobre a natureza durante o processo de colonização da Amazônia, visando destacar as contribuições das populações indígenas para as descrições acerca da flora amazônica.

Neste trabalho, analisaremos as representações das plantas amazônicas nos relatos de viagem do padre alemão Anselm Eckart, considerando a importância do mundo natural para a compreensão não apenas do passado amazônico e do projeto colonizador português, mas também do presente dessa região. Isso porque a adoção da perspectiva ambiental para o estudo do passado constitui uma ação que amplia o nosso entendimento sobre a história da sociedade e volta a atenção do leitor para as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, além de incluir personagens comumente invisibilizados na narrativa histórica (Worster, 1991).

Esta monografia possui dois capítulos que contemplam a discussão sobre a atuação de alguns membros da Companhia de Jesus e suas percepções acerca da flora amazônica, assim como as representações das plantas amazônicas nos “Aditamentos” de Eckart, respectivamente. O primeiro capítulo, chamado “Um *tapuitinga* na Amazônia: o padre Eckart, suas missões, seus relatos e a flora amazônica”, analisa o trabalho religioso dos jesuítas e suas interações com as plantas da região, os caminhos percorridos por Eckart e suas visões sobre a flora amazônica, os escritos produzidos por ele e suas contribuições para o campo da História Ambiental e a presença (ou ausência) da dimensão ambiental nos trabalhos acadêmicos acerca da atuação dos jesuítas e do padre Eckart. Para isso, utilizamos os estudos clássicos e contemporâneos sobre a Companhia de Jesus e Anselm Eckart.

No segundo capítulo, intitulado “Os ‘artesãos’ do cosmos: as plantas amazônicas nos relatos de viagem de Anselm Eckart”, discutimos as representações da flora amazônica, especificamente do algodão, do cacau, do cravo, da mandioca e do tabaco, presentes nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, de autoria do padre alemão Anselm Eckart. Para isso, utilizamos as reflexões filosóficas de Emanuele Coccia acerca da vida das plantas e os conceitos de representação e transculturação de Roger Chartier e Mary Pratt, respectivamente. A bibliografia clássica e contemporânea anterior a esta pesquisa, especialmente aquela que se debruçou nos estudos de História Ambiental, foi de suma importância para o nosso objetivo de analisar as representações das plantas amazônicas nos “Aditamentos” do padre Eckart.

## 2. PRIMEIRO CAPÍTULO – UM *TAPUITINGA* NA AMAZÔNIA: O PADRE ECKART, SUAS MISSÕES, SEUS RELATOS E A FLORA AMAZÔNICA

Esta devota princesa austríaca interrogou o Pe. Hundertpfund sobre o estado das missões da sua Vice-Província. Ele respondeu que elas estavam relativamente bem, mas que floresceriam melhor se contassem com mais missionários, de preferência alemães. A rainha então encaminhou correspondência ao Geral da Companhia, o Pe. Franciscus Retz, pedindo doze padres alemães. Já em 1750 chegaram dois da Província do Baixo Reno a Lisboa, num navio de Amsterdam, ou seja, o Pe. Laurentius Kaulen e o Pe. Anton Meisterburg, que no mesmo ano partiram para a América com o P. Hundertpfund. A 19 de agosto de 1752, dois outros padres chegaram a Lisboa, vindos de Gênova num navio inglês, o Pe. Martin Schwarz, da Província da Alta Alemanha e o Pe. Anselm Eckart, da Alta Renânia. E no dia 31 de outubro do mesmo ano o número aumentou com quatro da Província Austríaca: Pe. David Fay, Pe. Henricus Hoffmayer, Pe. Johann Nepomuc Szluha e Pe. Joseph Kayling. No ano seguinte de 1753, todos os seis foram com a frota portuguesa para o Maranhão (Eckart, 1785, p. 467-468 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 63).

Ao longo da primeira metade do século XVII, os lusitanos envolveram-se em diversos confrontos contra os franceses, ingleses e holandeses, visando à ocupação territorial do Vale Amazônico. Os portugueses também enfrentaram a resistência da população indígena Tupinambá do Maranhão e do Pará. Conforme Almir Júnior (2013, p. 24), “a conquista da Amazônia pelos portugueses envolveu guerras, alianças, conversões religiosas e negociações”. Nesse contexto, os lusitanos realizaram negociações e estabeleceram acordos com os ameríndios da região, buscando o apoio militar e a conversão destes ao cristianismo. Os indígenas, por sua vez, apresentavam técnicas de guerra e um sistema de alianças que poderiam beneficiar outros reinos da Europa com interesse na posse dos territórios da Amazônia. Portanto, os ameríndios não foram vítimas, mas sim protagonistas da conquista do Vale Amazônico (Carvalho Júnior, 2013).

A Coroa portuguesa enviou os missionários de diferentes ordens religiosas da Igreja Católica para atuarem na região amazônica, como os jesuítas, os franciscanos das províncias de Santo Antônio, de Piedade e de Conceição da Beira e do Minho, os carmelitas e os mercedários (Moreira Neto, 1992). Contudo, a disputa entre essas ordens religiosas exigiu a intervenção do Estado português e, por isso, “a Amazônia então foi dividida entre diversas ordens religiosas na tentativa de dar conta da missão fundamental da conquista portuguesa: ganhar vassallos úteis e novas almas para Deus” (Carvalho Júnior, 2013, p. 24). Os missionários religiosos foram importantes não apenas para a escravização das sociedades indígenas, mas também para a consolidação do projeto de colonização da região amazônica.

No entanto, os missionários não apenas serviram aos interesses da Coroa portuguesa, mas também aos próprios interesses das ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus, entrando em conflito de interesses até com os moradores da Amazônia (Carvalho Júnior, 2013).

No excerto que destacamos como epígrafe, observamos um fragmento dos “Aditamentos” do padre alemão Anselm Eckart, destacando a conversa entre a rainha de Portugal, D. Maria Ana, e o padre austríaco Roque Hundertpfundt (1709-1777) acerca das missões religiosas da Amazônia colonial. Em seu relatório, Roque Hundertpfundt descreveu uma situação de estabilidade, mas solicitou o envio de outros padres, especialmente de nacionalidade alemã, para a ampliação do trabalho missionário na região. Diante disso, D. Maria Ana enviou uma carta ao Geral da Companhia de Jesus, o padre boêmio Francisco Retz (1673-1750), solicitando o envio de doze padres alemães. Em 1750, os padres Lourenço Kaulen (1716-1799) e Antonio Meisterburg (1719-1799) viajaram com o padre Hundertpfundt para a Amazônia colonial. Dessa forma, entendemos o contexto que resultou na escolha dos padres da Assistência Germânica da Companhia de Jesus, incluindo Anselm Eckart, para o trabalho religioso nas aldeias missionárias da região.

Neste capítulo, investigaremos os antecedentes, os percursos, os relatos e os estudos sobre o padre *tapuitinga* Anselm Eckart, mobilizando os estudos clássicos e contemporâneos da historiografia acerca da Companhia de Jesus e de Anselm Eckart. Inicialmente, contextualizaremos a atuação dos padres jesuítas e suas relações com a flora amazônica nos séculos XVII e XVIII. Em seguida, abordaremos as trajetórias realizadas por Eckart, desde sua chegada nas missões religiosas na Amazônia colonial até sua entrada na Companhia dos padres jesuítas no Império Russo, e suas impressões sobre as plantas da região. Posteriormente, destacaremos as obras escritas por Eckart após o trabalho missionário no Vale Amazônico, entre elas os “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil”, e suas possibilidades de pesquisa na História Ambiental. Por último, realizaremos a análise historiográfica da presença (ou ausência) da perspectiva ambiental nas pesquisas históricas acerca da atuação da Companhia de Jesus e do padre Eckart durante o período colonial na região.

## **2. 1. Conquistando almas, explorando plantas: a atuação jesuítica e sua relação com a flora do Vale Amazônico**

Carlos Moreira Neto (1992, p. 63) afirma que “é sabido que os jesuítas foram pioneiros na entrada aos territórios que mais tarde constituíram o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado formalmente do Estado do Brasil”. Esses missionários religiosos estiveram presentes no Maranhão antes mesmo da participação dos capuchos franceses na fundação da cidade de São Luís no ano de 1612 e no projeto de constituição da França Equinocial. Consoante Carlos Moreira Neto (1992), a história da atuação jesuítica na Amazônia colonial pode ser dividida em dois períodos distintos: 1) o período profético da missão jesuítica (1607-1686); e 2) o período empresarial da missão jesuítica (1686-1759).

Ao longo do período profético, a atuação da Companhia de Jesus estava voltada, principalmente, para o estabelecimento das aldeias missionárias nos territórios da Amazônia e do Maranhão (Azevedo, 1901; Moreira Neto, 1992). Nesse sentido, a expedição do padre português Luís Figueira (1574-1643) à serra do Ibiapaba em 1607 iniciou o período profético da missão jesuítica; entretanto, Luís Figueira foi morto pelos indígenas da nação Aruan da ilha de Marajó no ano de 1643. Outro padre português também esteve nessa região: Antônio Vieira (1608-1697). Ele exerceu uma influência política e ideológica no Maranhão e no Pará por dez anos até a primeira expulsão dos jesuítas do Estado do Maranhão em 1662 (Neto, 1992). No entanto, de acordo com Carlos Moreira Neto (1992, p. 68), “entre os anos de 1660 e 1680, há um período de concessões e acomodações, findo o qual são os padres da Companhia de Jesus expulsos novamente, no curso da rebelião liderada por Beckman (1684)”. A morte do padre Luís Figueira e, posteriormente, a expulsão dos padres jesuítas foram episódios traumáticos para a Companhia de Jesus, pois representaram os fracassos dos jesuítas nas tentativas de implementação das missões religiosas na Amazônia e no Maranhão, encerrando o período profético da missão jesuítica (Azevedo, 1901; Moreira Neto, 1992).

Durante o chamado período empresarial, a Companhia de Jesus retornou ao Maranhão e, após a aprovação da Lei de 21 de dezembro de 1686, que instituiu o Regimento das Missões, obteve não apenas a administração espiritual, mas também política e temporal das aldeias missionárias no Vale Amazônico (Moreira Neto, 1992). A promulgação do “Regimento das Missões marca o momento da passagem dos jesuítas de uma posição de defesa das liberdades indígenas, inspiradas por Vieira, a uma política concessiva aos interesses coloniais, favorável aos cativeiros” (Moreira Neto, 1992, p. 86). O governo português realizou, em contrapartida, uma política de compensação para os colonos a partir de leis e atos administrativos posteriores ao Regimento das Missões, como a Lei de 28 de abril de 1688 que restabeleceu os cativeiros na Amazônia colonial. Ao contrário do período profético, a Companhia de Jesus conquistou o prestígio da Coroa portuguesa e cresceu em

número de membros e em escala de poder, ampliando as missões religiosas nos territórios da Amazônia e do Maranhão ao longo do período empresarial da missão jesuítica (Azevedo, 1901; Moreira Neto, 1992).

Entre os séculos XVII e XVIII, os padres jesuítas não apenas conquistaram almas para Deus e vassalos para o rei, mas também exploraram plantas nas aldeias missionárias da região através da agricultura e do extrativismo. No que diz respeito à agricultura, a mão de obra indígena era explorada para desenvolver plantações, visando à garantia da subsistência em um determinado aldeamento, “mas também produzir excedentes para abastecer os colégios urbanos – em São Luís e Belém – e obter recursos mediante a exportação de parte dos principais produtos agrários (cacau ‘manso’, isto é, cultivado e açúcar)” (Arenz, 2023, p. 65). Em relação ao extrativismo, os missionários religiosos também exploravam os indígenas para coletar vegetais, angariando “fundos para o sustento da Missão por meio de um intenso comércio com as ‘drogas’ mais demandadas na Europa (cacau ‘bravo’, ou seja, coletado, casca de cravo, óleo de copaíba e salsaparrilha)” (Arenz, 2023, p. 65).

As plantas amazônicas cultivadas e coletadas pelos indígenas foram fundamentais não apenas para a subsistência das aldeias e colégios missionários, mas também para a estabilidade econômica e política do Império português na segunda metade do século XVII. Isso porque, entre 1670 e 1700, “uma severa depressão econômica impactou os planos e empreendimentos coloniais dos lusitanos, especialmente no Sul da Ásia, mas também nas suas possessões no espaço atlântico” (Arenz, 2023, p. 69). Além disso, a Coroa portuguesa adotou algumas medidas, como a centralização e racionalização das estruturas administrativas e dinamização das iniciativas econômicas, visando à superação da crise econômica e política (Arenz, 2023). Os padres jesuítas, a mão de obra indígena e as plantas foram importantes para a implementação das políticas econômicas e comerciais planejadas nas colônias portuguesas, entre elas o Vale Amazônico.

Por outro lado, as plantas também foram fundamentais para as práticas de cura realizadas pelos missionários religiosos na Amazônia colonial. Cláudia Sousa (2013, p. 366) argumenta que “na primeira metade do século XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou por vários surtos epidêmicos, destacando-se os de varíola ocorridos nas décadas de 1720 e 1740, e o de sarampo nos anos de 1748-1750”. Essas epidemias atingiram, principalmente, as populações indígenas, ocasionando o despovoamento nas aldeias missionárias da região. Outrossim, “os períodos epidêmicos causaram vários transtornos na Amazônia colonial, prejudicando o comércio, a cultura das fazendas, a coleta das drogas do sertão, as viagens fluviais, e até na arrecadação da Fazenda Real” (Sousa, 2013, p. 366). Em

virtude disso, os padres jesuítas praticaram, com a falta de médicos e remédios, tanto a cura da alma quanto a cura do corpo, utilizando as propriedades medicinais das plantas amazônicas e reunindo as práticas de cura europeia, indígena e africana<sup>3</sup>.

Os estudos botânicos eram, inicialmente, estimulados pela medicina e “praticamente todos os primeiros botânicos foram médicos ou boticários, preocupados com os usos e ‘virtudes’ das plantas. A descoberta do Novo Mundo intensificou a busca de plantas medicinalmente úteis; nos chamados ‘jardins medicinais’, cultivavam-se novas espécies” (Thomas, 2010, p. 73). Entre os séculos XVII e XVIII, os missionários religiosos, especificamente da Companhia de Jesus, não apenas observavam os elementos da fauna e flora brasileira para identificar diversas espécies e cultivar aquelas com efeitos curativos, mas também “estudavam seu modo de ação para os inúmeros males que acometeram a população colonial, elaborando fórmulas e receitas, organizadas metodicamente com o nome do Colégio onde foram criadas, do autor, dos ingredientes utilizados, o peso e a finalidade” (Calainho, 2005, p. 67). As boticas dos colégios jesuítas, principalmente da Capitania do Pará e da Capitania do Maranhão, possuíam as bibliotecas com os livros medicinais, os medicamentos e as “chamadas ‘Boticas do Mar’, que seriam embarcações que transportavam remédios para abastecimento de lugares ao longo da costa, como foi o caso do Colégio do Maranhão que abastecia o litoral em direção ao norte, até o Pará” (Sousa, 2013, p. 368).

Para além disso, os relatos de viagem são fontes históricas que nos permitem conhecer as visões dos padres jesuítas sobre as plantas da região. Segundo Karl Arenz (2010), o padre luxemburguês João Filipe Bettendorff (1625-1698) foi um dos responsáveis pela consolidação das missões religiosas na Amazônia seiscentista. Durante a segunda metade do século XVII, Bettendorff atuou como Superior das Missões da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão entre os anos de 1669 e 1693 e “difundiu o cultivo do cacau nativo que se tornaria, no século XVIII, o produto principal de exportação da colônia” (Arenz, 2010, p. 63). O próximo capítulo mostrará a importância desse fruto, que assumiu um papel de destaque dentro e fora da Amazônia colonial. No ano de 1694, Bettendorff assumiu o cargo de Reitor do Colégio de Santo Alexandre, na cidade de Belém, no qual produziu o documento chamado “Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” (2010). Em sua obra, João Filipe Bettendorff aborda a fauna, a flora, o clima, a hidrografia e a sociedade da região amazônica. Em relação às plantas, ele descreve as árvores e frutas da região, as plantações de

---

<sup>3</sup> Para mais informações acerca do conhecimento médico dos padres jesuítas na América meridional, ver: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; POLETTTO, Roberto. Circulação e produção de saberes e práticas científicas na América meridional no século XVIII: uma análise do manuscrito *Materia medica misionera* de Pedro Montenegro (1710). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, n. 4, p. 1121-1138, 2012.

mandioca e milho e outros gêneros amazônicos, entre eles o algodão, o cacau, a pimenta, o cravo e o tabaco (Bettendorff, 2010).

Por sua vez, o padre português João Daniel (1722-1776) atuou nas aldeias missionárias do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1741 e 1757, quando foi deportado juntamente com outros padres da Companhia de Jesus. Entre os anos de 1758 e 1776, Daniel ficou encarcerado nas prisões pombalinas do Forte de Almeida e da Torre de São Julião da Barra em Portugal. Nesse período, esse jesuíta produziu o manuscrito intitulado “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas” (2004). Na sua obra, João Daniel defende algumas reformas para o desenvolvimento econômico da região, como “a erradicação do cultivo da mandioca e da produção de farinha e a organização de um sistema de transporte baseado em ‘barcos comuns’” (Costa, 2007, p. 100). Para ele, o método de cultivo da mandioca implicava o aumento da mão de obra escrava e gerava desigualdades entre as populações com ou sem escravos no Vale Amazônico; portanto, a mandioca era responsável pela pobreza nas terras férteis da Amazônia. Além disso, Daniel trata dos animais, das plantas, do clima, dos rios e das populações da região amazônica. No que se refere à flora, João Daniel observa as árvores e plantas da região, além de outros gêneros amazônicos, entre eles o açúcar, o algodão, o cacau, o café, a mandioca, o milho e o tabaco (Daniel, 2004).

Além dos relatos de viagem dos missionários religiosos, as plantas estão presentes nas datas comemorativas da própria Companhia de Jesus. Em alusão aos duzentos anos da ordem religiosa no ano de 1740, uma árvore foi utilizada em uma iconografia para representar a “Universal Companhia”. Fernando Torres-Londoño (2016, p. 97) aponta que “a frondosa árvore da Companhia apresenta o seu tronco segmentado de modo a representar cada uma das Assistências: Espanha, Alemanha, França e etc”. Sendo assim, os ramos nascem da árvore, identificando as províncias, e, conseqüentemente, as folhas nascem dos ramos, apresentando os nomes das casas (noviciados, casas de formação, casas professoras) e obras da Companhia (colégios, universidades, institutos, missões). Portanto, essa árvore representa a “Universal Companhia”, que é “um ser orgânico, que cresce como unidade mantendo sua identidade” (Torres-Londoño, 2016, p. 98).

Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madri, D. José I subiu ao trono de Portugal, nomeando Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, como secretário de Estado. Diante disso, o governo pombalino buscou a implantação de uma economia capitalista na região amazônica por meio da acumulação de capitais, contudo, “grande parte da economia estava nas mãos dos religiosos, que, detendo o governo temporal e espiritual dos aldeamentos, detinham também uma grande força econômica na Amazônia” (Fragoso, 1992, p. 200).

Embora os colonos tivessem engenhos ou fazendas na região, os missionários religiosos, notadamente os jesuítas, tinham o controle da mão de obra indígena. Por esse motivo, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, defendeu um dos ideais do Marques de Pombal: o fim do poder econômico dos religiosos no Vale Amazônico. No dia 31 de maio de 1751, o governo pombalino enviou as Instruções Régias ao governador Mendonça Furtado, iniciando o conflito entre a administração colonial e a Companhia de Jesus (Azevedo, 1901; Fragoso, 1992).

Isso porque “as Instruções Régias davam um poder absoluto, até então desconhecido em autoridades subalternas ao rei, de modificar todo o sistema vigente de aldeamentos dos índios e regime de trabalho a serviço da colonização” (Fragoso, 1992, p. 203). Ademais, um Alvará de 1755 suprimiu o governo temporal dos aldeamentos das mãos dos padres jesuítas, transformando, concretamente, o sistema missionário. No ano de 1757, a administração temporal e espiritual foi abolida na região amazônica, resultando na expulsão dos jesuítas da Amazônia e do Brasil. Desse modo, a abolição do Regimento das Missões de 1686 e a criação do Diretório Indígena em 1757 representaram, após um século de atuação efetiva na região, o final da era missionária e o início de um novo período na História da Igreja na Amazônia (Azevedo, 1901; Fragoso, 1992).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a atuação jesuítica não se limitou apenas à conquista das almas, estendendo-se à exploração das plantas da região amazônica. As plantas amazônicas foram importantes não apenas para a subsistência das aldeias e colégios missionários, mas também para a estabilidade do Império português. Além disso, as propriedades medicinais das plantas foram fundamentais para as práticas de cura realizadas pelos missionários religiosos durante as epidemias que assolaram a Amazônia colonial. Os relatos de viagem dos padres jesuítas João Filipe Bettendorff e João Daniel, assim como os de Anselm Eckart que veremos adiante, descrevem suas visões acerca das plantas do Vale Amazônico. Por último, a iconografia da “Universal Companhia”, representada por uma árvore, ilustra simbolicamente a interconexão entre as diferentes províncias e obras dos jesuítas, destacando a presença das plantas na História da Companhia de Jesus. Portanto, as plantas amazônicas não apenas serviram como recursos econômicos e medicinais, mas também caracterizaram a atuação jesuítica na região amazônica.

## **2. 2. Das missões religiosas às prisões pombalinas: Anselm Eckart e suas impressões acerca das plantas do Estado do Grão-Pará e Maranhão**

Anselm Franz Dominik Eckart nasceu em 04 de agosto de 1721, na cidade de Bingen, localizada no vale do Reno, filho de Francisco Eckart, conselheiro do eleitor-arcebispo, e de Maria Eckart. Sua família era abastada e politicamente engajada no Eleitorado da Mogúncia (Mainz), um dos principados do Sacro Império Romano-Germânico. No dia 12 de julho de 1740, ele ingressou na Companhia de Jesus, realizando o noviciado entre 1740 e 1742, e estudou gramática em Mannheim, além de poesia e música em Heidelberg. Coursou, entre os anos de 1749 e 1752, a faculdade de teologia e moral no colégio jesuíta em Mainz e língua portuguesa em Überfort. No ano de 1751, Eckart foi ordenado sacerdote e, no ano seguinte, viajou para Lisboa, pois seu destino era as missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Arenz, 2019; Leite, 1949).

Nesse cenário, de que forma o padre Eckart foi selecionado para o trabalho missionário nas missões religiosas da região amazônica? Durante os anos de 1739 e 1755, o padre austríaco Roque Hundertpfundt trabalhou nas aldeias missionárias da Amazônia portuguesa e trocou correspondências com a rainha de Portugal, D. Maria Ana, informando-a sobre o trabalho religioso no Vale Amazônico. Apesar disso, a rainha de Portugal estabeleceu relações com outros padres da Companhia de Jesus que atuavam na Amazônia colonial, incluindo os padres Francisco Wolf (1707-1767) e Gabriel Malagrida (1689-1761), que lhe enviavam cartas acerca das missões religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1749, Roque Hundertpfundt viajou para Lisboa como procurador da Vice-Província do Maranhão e Pará e, após sua chegada em Portugal, solicitou o envio de novos padres alemães para o trabalho missionário na região amazônica (Arenz; Prudente, 2019).

Dessa forma, o padre Hundertpfundt articulou, através da relação com D. Maria Ana, a chegada de missionários da Assistência Germânica da Companhia de Jesus no início da década de 1750. No ano de 1750, ele retornou para o Vale Amazônico, trazendo os padres Lourenço Kaulen e Antonio Meisterburg. Em 1753, seis padres alemães, incluindo Anselm Eckart, desembarcaram na Amazônia portuguesa (Arenz; Prudente, 2019). Por sua vez, os membros da Assistência Germânica da Companhia de Jesus atuaram nas aldeias missionárias da Capitania do Pará e da Capitania do Maranhão, especialmente aquelas situadas ao longo dos rios Madeira e Xingu (Mapa 1). Como veremos adiante, o padre Eckart relata, em seus “Aditamentos a descrição das terras do Brasil”, não apenas suas experiências missionárias com os ameríndios, mas também suas experiências vivenciadas com os animais e, principalmente, as plantas presentes na floresta amazônica.

**Mapa 1** – Mapa do percurso missionário de Anselm Eckart no Vale Amazônico (1753-1757).



**Fonte:** LABGEO-FTG-UFPA (2023).

Na imagem acima, visualizamos o mapa do percurso missionário do padre alemão Anselm Eckart no Vale Amazônico entre 1753 e 1757. Em 1752, Eckart embarcou em Lisboa rumo ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. No ano seguinte, o padre Eckart desembarcou em São Luís do Maranhão. Em seguida, Eckart viajou para a missão na aldeia de Pirauri, localizada nas margens do rio Xingu. Durante os anos de 1754 e 1755, Anselm Eckart trabalhou na missão da aldeia de Abacaxis, situada nas margens do rio Madeira. Posteriormente, Eckart migrou para a missão na aldeia de Trocano, também localizada nas margens do rio Madeira. No ano de 1756, o governador Mendonça Furtado transferiu o padre Eckart para Belém do Pará. Logo após, Eckart viajou para a missão na aldeia de Caetés, situada na região próxima ao oceano Atlântico. Em 1757, Anselm Eckart foi deportado do Estado do Grão-Pará e Maranhão rumo a Portugal (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013).

Esse roteiro geográfico, elaborado com base nos relatos de viagem de Eckart, foi fundamental para a construção do mapa de sua trajetória missionária na Amazônia entre os anos de 1753 e 1757. Isso porque, nos seus “Aditamentos”, o padre Eckart apresenta detalhes históricos e geográficos que permitiram a localização das cidades e aldeias por onde viajou

durante seu trabalho religioso. Anselm Eckart descreve cada etapa de sua jornada, desde sua partida de Lisboa até sua deportação para Portugal, relatando os destinos inicial, intermediários e final de suas atividades missionárias na região. Outrossim, Eckart descreve os cursos dos rios navegados, importantes para a criação do mapa. A análise dos relatos de viagem do padre Eckart permitiu reconstruir visualmente sua trajetória missionária e mapear seu trabalho missionário nas cidades e aldeias do Vale Amazônico, produzindo uma representação cartográfica inédita e historicamente significativa dessa parte importante da história missionária na região.

De acordo com Tiago Oliveira (2014, p. 153), os mapas digitais “ampliam as possibilidades de manipular dados, associá-los e espacializá-los, e seu uso nas universidades norte-americanas criou não apenas as chamadas *humanidades espaciais*, mas também um campo de pesquisa denominado de *história espacial*”. No Brasil, o uso de determinadas ferramentas, entre elas os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), ampliou as possibilidades no campo da Cartografia Histórica, permitindo a elaboração ou reelaboração de mapas das conquistas coloniais portuguesas na América. No entanto, o autor argumenta que o “que fazem os ‘historiadores espaciais’ ao produzir imagens não é produzir conhecimento histórico, mas produzir sistematização de informações históricas por meio de imagens” (Oliveira, 2014, p. 155).

Apesar do uso de tecnologia e metodologia de coleta e espacialização de dados, essas imagens não produzem o conhecimento histórico, já que a problematização histórica, a crítica documental e a elaboração da narrativa são competências do historiador. Entretanto, os mapas apresentam características que podem ser importantes para os estudos históricos acerca do processo de colonização na América: 1) imprimir sentidos e movimentos ao mundo; 2) possuir um discurso retórico expressivo das relações de poder; e 3) carregar indícios de relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço (Oliveira, 2014). Portanto, mobilizamos o mapa do percurso missionário de Anselm Eckart, uma vez que entendemos que esse tipo de fonte produzida a partir da análise de relatos de viagem contribui para o estudo do período colonial, especificamente na Amazônia.

Nesse período, as sociedades indígenas “reconheciam diferenças entre os missionários portugueses e os não lusitanos, chamando estes últimos de tapuitinga, que em Língua Geral significa ‘bárbaro branco’” (Arenz; Prudente, 2019, p. 39). Em sua carta, o padre húngaro David Fáy (1722-1767) explica que

Tapui significa bárbaro; por isso se alguém dá o nome ao povo daqui, não gostam, embora eles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas acrescentam ao nome a palavra tinga, que significa branco, donde Tapuíringa [sic], isto é, bárbaro branco. Aos lusitanos chamam, mais honestamente, de caraíbas, o que também significa branco, mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de caraíbebé, que significa anjo. No entanto gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do P. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-nos disse a cada um de nós: Taputinga Katu, Tapuitinga Katu, isto é: o bárbaro branco é bom, o bárbaro branco é bom, rindo e pulando de alegria (Fáy, 1753 *apud* Rónai, 1942, p. 268-269).

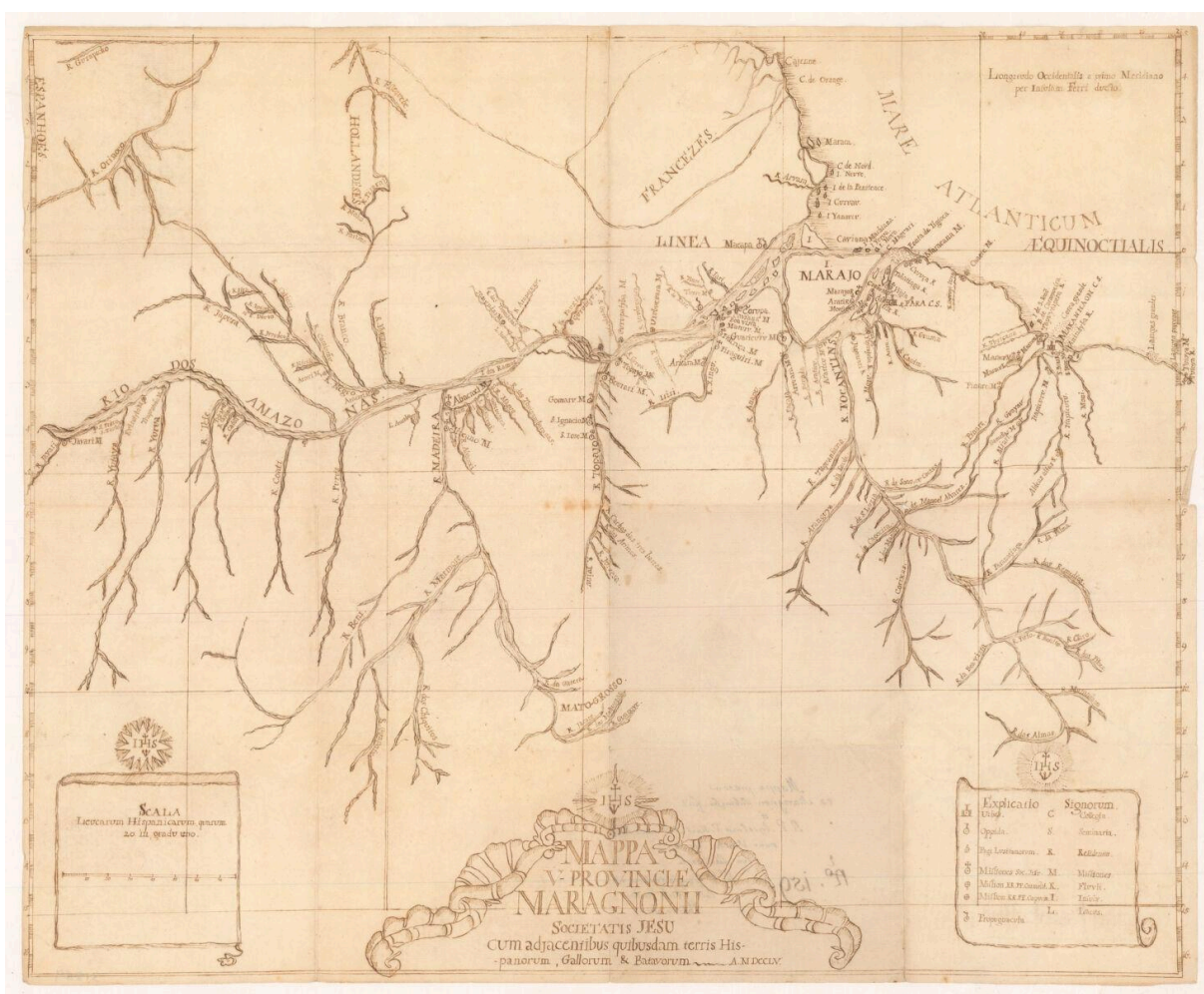
A citação acima sobre as nomenclaturas utilizadas pelos indígenas para se referirem aos jesuítas portugueses e não lusitanos contribui para a discussão acerca das percepções culturais e das interações entre diferentes grupos étnicos na região. Inicialmente, analisamos os termos “Tapui” e “Tapuíringa”, que significam “bárbaro” e “bárbaro branco” e eram utilizados para identificar os ameríndios e os alemães, respectivamente. Diante disso, identificamos o termo “Caraíba”, que significa “branco” e era utilizado para se referir aos portugueses. Em última análise, observamos a preferência das populações indígenas pelos missionários não lusitanos, chamados de “Tapuitinga Katu”, que significa “o bárbaro branco é bom”. Esse fragmento da carta de David Fáy nos possibilita refletir sobre a complexidade das relações sociais estabelecidas na região.

No entanto, os representantes da Coroa utilizaram politicamente essas diferenças entre os padres caraíbas e tapuitingas para questionar a confiabilidade e a lealdade dos jesuítas alemães em relação à política de “renascimento” da Amazônia portuguesa elaborada pelo secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo no início do governo do rei D. José I. Por outro lado, entre 1750 e 1757, os padres alemães não apenas “aprenderam a Língua Geral, através de vocabulários, gramáticas e catecismos jesuíticos, mas também eles mesmos produziram dicionários, em forma manuscrita, desta língua indígena amplamente difundida e empregada na colônia” (Arenz; Prudente, p. 39). Em 16 de julho de 1753, Eckart viajou para São Luís do Maranhão e, em setembro do mesmo ano, migrou com o padre Malagrida para a missão na aldeia de Pirauri, localizada nas margens do rio Xingu, iniciando o processo de aprendizagem da língua geral com o missionário da aldeia (Arenz, 2019; Schefer, 2014).

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart aborda a elaboração de um mapa da região pelo padre húngaro João Szluka (1723-1803), apresentando a localização geográfica das casas, das missões e dos rios do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Consoante Eckart (1785, p. 459-460 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 58-59), “ele era muito exato e de acordo com as mais

recentes observações até aquela época. No ano de 1754, ao encontrar-me na missão de Abacaxis, no rio Madeira, fiz uma cópia desse mapa e mandei-o para a Alemanha junto com uma carta pormenorizada. Mas não sei onde ele foi parar” (Mapa 2). Desse modo, esse excerto dos relatos do padre Eckart revela que, além dos homens de ciência contratados pelas Coroas ibéricas, os missionários religiosos também contribuíram para a produção de representações cartográficas da região amazônica.

**Mapa 2** – Mappa V - Provinciae Maragnonii Societatis Jesu cum adjacentibus quibusdam terris Hispanorum, Gallorum & Batavorum.



**Fonte:** MacLean Collection Map Library (2022).

Na imagem acima, visualizamos a cópia do mapa de João Szluka, que foi elaborada e considerada perdida por Eckart em meados do século XVIII, mas foi encontrada na MacLean Collection Map Library. Essa representação cartográfica apresenta o curso do rio Amazonas e seus afluentes e a localização das missões jesuíticas na Amazônia, com anotações em latim. Além disso, identificamos o título do mapa em inglês, com conchas sob a estrela da

Companhia de Jesus e do símbolo “IHS”, um Cristograma que representa o nome Jesus. Sua legenda também é coberta pela insígnia da ordem religiosa, incluindo símbolos para identificar cidades, assentamentos, vilas e missões, além de letras maiúsculas que indicam faculdades, residências, seminários, etc (Altic, 2022). Portanto, essa representação cartográfica demonstra a importância dos padres jesuítas não apenas para a expansão do cristianismo, mas também para os projetos de mapeamento do Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>4</sup>.

Em seguida, Eckart menciona os nomes de três missões da Companhia de Jesus: Aricará, Itacuruça e Pirauri. Nesse sentido, o padre Eckart trata da densidade populacional e do livro de óbitos da aldeia de Pirauri, que registrou, entre os anos de 1747 e 1748, um crescimento na taxa de mortalidade de crianças por conta de uma epidemia de sarampo na região. Além disso, Eckart destaca o consumo de uma fruta amazônica encontrada nessa missão. Os relatos de Eckart também descrevem a forma e o sabor de uma fruta local chamada Pepúnha. Assim, Eckart relata que “a Pepúnha tem o formato e também o tamanho de uma maçã pequena. Pareceu-me um tanto farinhenta e seca, embora o padre português com quem eu morei por meio ano na missão de Pirauri gostasse muito dela” (Eckart, 1785, p. 538 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 96).

O trecho acima acerca da experiência gustativa da Pepúnha na aldeia de Pirauri nos possibilita refletir sobre as diferenças de paladar entre os padres responsáveis pela missão. Embora o padre alemão estranhe a textura farinhenta e seca da fruta, ele revela a preferência do padre português pelo consumo da Pepúnha, que é um gênero amazônico. Conforme Eduardo Neves (2006), a arqueologia considera, além da Mesoamérica e dos Andes, a Amazônia como um dos principais centros de domesticação das plantas, onde a pupunha, citada por Anselm Eckart, tem um papel de destaque, principalmente na região do rio Madeira. Esse excerto dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão acerca da importância da pupunha na alimentação colonial.

Por outro lado, Eckart discute a distância entre as três missões devido à extensão do rio Xingu e as relações com as nações indígenas Ariquena, Baré e Juruna. Ademais, Anselm Eckart descreve as impressões sobre os elementos da fauna, como o pirarucu e a tartaruga, e da flora, entre eles o cacau, a cana, o cravo e a mandioca, do rio Xingu (Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Contudo, os padres Eckart e Malagrida dirigiram-se para a

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a contribuição jesuítica para a elaboração de representações cartográficas da Amazônia colonial, ver: ALTIC, Mirela. Missionary Cartography of the Amazon after the Treaty of Madrid (1750): The Jesuit Contribution to the Demarcation of Imperial Frontiers. *Terrae incognitae*, v. 46, n. 2, p. 69-85, 2014.

aldeia de Abacaxis, situada nas margens do rio Madeira, na qual permaneceram entre 1754 e 1755. Nos seus “Aditamentos”, o padre Eckart cita a presença de uma espécie de palmeira chamada Pindóva, cujas folhas eram utilizadas na construção das casas e igrejas dos jesuítas na aldeia de Abacaxis. Então, Eckart ressalta que

ainda em minha época, a maioria das igrejas e casas dos padres era coberta de folhas de Pindóva nas missões dos jesuítas. Apenas em 2 lugares, Guaricurú e Aricará, eram cobertas com telhas. As folhas de pindóva são estreitas e muito compridas e crescem para cima em linha reta recobrimdo a estepe. Para servir ao revestimento das casas, as folhas são soltas e estiradas de ambos os lados, de modo a parecerem pequenas lanças. Numa estipe há poucas folhas, apenas 5 ou 6 de um lado e bem separadas uma da outra, de modo que o espaço entre elas é de um palmo e meio. Por esta razão muitas estipes devem ser colocadas uma em cima da outra para que as folhas cubram a casa; elas são verdes inicialmente, tomando depois a cor clara. Quando estive na missão de Abacaxis, a casa da missão foi coberta em um dia. Trabalhavam 50 a 60 índios (Eckart, 1785, p. 498-499 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 75-76).

A citação acima sobre a cobertura das residências na aldeia de Abacaxis contribui para a discussão acerca da importância das folhas de Pindóva e do conhecimento e trabalho indígenas no Vale Amazônico. Em primeira análise, Anselm Eckart descreve as características da planta, entre elas o tamanho e a quantidade de folhas, e o processo de preparação das folhas de Pindóva para construir as casas e igrejas dos jesuítas na missão. Além disso, Eckart observa a alteração da cor das folhas após um período, que pode estar associada à decomposição da clorofila em virtude da colheita e da exposição à luz, à temperatura e à umidade. Em última análise, o padre Eckart indica a quantidade de indígenas envolvidos na cobertura das residências na aldeia de Abacaxis. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart nos possibilita identificar a dependência que os jesuítas tinham das folhas de Pindóva e do conhecimento e trabalho indígenas para poderem morar e rezar sem serem expostos à chuva ou ao sol.

Nesse contexto, as casas e igrejas construídas com pedras e telhas não eram encontradas com frequência nas missões da região. Isso porque “uma parede de pedra é coisa rara nas aldeias. Nas missões jesuítas, apenas a casa do padre em Caáeté era construída de pedra. Em Pará, as pedras para as igrejas são trazidas, parcialmente trabalhadas, de Portugal, a altos custos” (Eckart, 1785, p. 499 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 76). Décio Gúzman (2015, p. 10) afirma que “a cobertura das casas mais frequente em Belém na segunda metade do século XVII era a ‘palha de pindoba’ ou as ‘palmas de umbussu ou ubussu’”. O Colégio de Santo Alexandre, por exemplo, foi construído próximo à baía do Guajará e, em virtude da

umidade, as telhas foram substituídas pelas folhas de Pindóva. No entanto, os materiais de construção de origem vegetal foram substituídos por outros mais resistentes, como as telhas, as pedras e o cal, a partir do ano de 1670 (Gúzman, 2015).

Logo após, o padre Eckart transferiu-se para a missão na aldeia de Trocano, localizada nas margens do rio Madeira, onde conheceu e desenvolveu relações conflituosas com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal, principalmente em função do poder temporal dos religiosos sobre as aldeias da região, tornando-se um fator determinante para a expulsão de Eckart e dos demais padres alemães da Assistência Germânica da Companhia de Jesus do Estado do Grão-Pará e Maranhão no ano de 1757. Anselm Eckart relata que as principais nações indígenas da aldeia de Trocano eram: Baré, Pama, Torá e Ariquena. Outrossim, Eckart apresenta as características da população indígena Ariquena, entre elas as orelhas longas que não lhes conferiam nenhum tipo de beleza (Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013).

Somado a isso, o padre Eckart destaca não apenas as cachoeiras, mas também os penhascos ao longo do rio Madeira, que interferiam na navegação em direção às minas de ouro do Mato Grosso (Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Diante disso, o conhecimento indígena constituiu uma ferramenta importante para a viabilização do projeto de colonização portuguesa em um ambiente fluvial, como a região amazônica. De acordo com Ângela Domingues (1991, p. 79), “a cachoeira e, sobretudo, as grandes cascatas, marcaram a linha de separação entre o conhecido e o ignorado, delinearão o fim de um território, a existência de uma barreira que era simultaneamente uma fronteira”. Os relatos de Eckart também mencionam alguns desses obstáculos e a troca de embarcações para a navegação no rio Madeira. Logo, Eckart revela que

um caminho perigoso, devido aos penhascos e cachoeiras que todos os barcos que se dirigiam a Mato Grosso tinham de usar. Em alguns lugares tal caminho é tão estreito que um barco um pouco mais largo que o comum não passa. Por essa razão os mineiros mandam construir um tipo especial de embarcação, que é muito comprida e ao mesmo tempo muito estreita, de modo que um caixote um pouco maior tinha que ser carregado no sentido do comprimento. Tais barcos são chamados Ubaá pelos índios (Eckart, 1785, p. 474-475 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 65-66).

O excerto acima acerca da complexidade da navegação no rio Madeira demonstra o processo de adaptação dos equipamentos e itinerários de navegação fluvial de acordo com as características apresentadas pelo próprio rio Madeira. Isso porque o percurso em direção ao Mato Grosso era bastante perigoso devido à estreiteza do caminho e à presença de cachoeiras

e penhascos, que representavam desafios significativos para a navegação no rio Madeira. Apesar de não serem mencionadas nos relatos de viagem de Anselm Eckart, acreditamos que a vegetação densa presente nas margens do rio também era um obstáculo enfrentado durante a navegação. Em virtude disso, os mineiros da região das minas de ouro do Mato Grosso abandonaram a utilização dos barcos largos e solicitaram a fabricação de barcos estreitos e longos, chamados de ubás pelos ameríndios da região, visando à conclusão do percurso do rio Madeira com segurança. Esse trecho dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão acerca da influência do conhecimento indígena na transformação das embarcações em um meio de transporte ideal para a navegação nos rios da Amazônia.

Por sua vez, o rio Madeira é um dos principais afluentes do rio Amazonas e possui “uma extensão de, aproximadamente, 3.240 km, dos quais cerca de 1.425 km estão em território brasileiro” (Melo, 2022, p. 21). O curso do rio é dividido em dois trechos distintos: alto e baixo Madeira. No alto Madeira, as cachoeiras e corredeiras não favorecem a navegação no rio Madeira, conforme citado por Eckart em sua obra. O baixo Madeira, por outro lado, apresenta melhores condições para a navegação, já que não existem cachoeiras e corredeiras ao longo do rio. A arqueologia nos mostra que, antes mesmo do processo de colonização, ocorreu uma expansão demográfica de populações indígenas para outras regiões da Amazônia a partir do rio Madeira (Neves, 2012). Segundo Vanice Melo (2022, p. 16), o rio Madeira formava, juntamente com os rios Guaporé e Mamoré, um extenso caminho fluvial utilizado pela Coroa portuguesa para conectar “a capitania do Mato Grosso ao estado do Grão-Pará e Maranhão entre meados do século XVII e finais da década de 1770”.

A navegação pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira também era realizada por indígenas e particulares antes mesmo de esse caminho fluvial ter sido oficializado pela Coroa portuguesa, no ano de 1752, visando à proteção das possessões portuguesas que estavam localizadas na fronteira com os territórios espanhóis na América. Diante disso, diversos sujeitos, entre eles agentes mercantis, indígenas, oficiais da Coroa, religiosos e africanos escravizados, além de ideias, mercadorias e metais, circulavam pelo rio Madeira. Os portugueses atribuíram significados distintos a esses rios ao longo da primeira metade do século XVIII, considerando-os como locais de apresamento indígena, coleta de cacau, extração de ouro e evangelização indígena (Melo, 2022). No entanto, “a ‘criação’ de um caminho fluvial a partir deles ensejou uma requalificação desse espaço, na medida em que são implementadas políticas de controle, e, portanto, novos sentidos lhes são conferidos” (Melo, 2022, p. 33).

Nesse sentido, Eckart aborda o transporte de uma rede de pesca da vila de Vigia, enviada do Pará em direção ao Mato Grosso, o costume da população local, que utilizava a flecha e a vara para a pesca dos peixes na região, e o grupo de pescadores europeus do governador Mendonça Furtado, que utilizava uma rede comum para a pesca dos peixes nas águas do rio Negro. Os “Aditamentos” de Anselm Eckart registram que o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, presenteou com uma rede de dormir o juiz de fora de Portugal na aldeia de Mariuá, situada nas margens do rio Negro, estabelecendo um laço político (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Sendo assim, os membros da Igreja Católica, incluindo o padre Eckart, desenvolveram relações políticas e de amizade com os agentes demarcadores, ameríndios, militares e oficiais da Coroa. Desse modo, um conjunto de informações, presentes e instrumentos circulavam pelos rios do Vale Amazônico.

Para além disso, o processo de elevação da aldeia de Trocano à condição de vila pombalina com o nome de Borba, a Nova nas margens do rio Madeira contribuiu para a construção de um local com provisões para a viagem dos garimpeiros das minas de ouro do Mato Grosso. Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart mostra que rio Madeira abaixo, no qual se encontra o percurso em direção ao rio Negro, os padres mercedários administravam duas missões, que se notabilizavam pela presença de um tipo de madeira rara e valiosa. Em sua obra chamada “Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão” (2010), João Filipe Bettendorff (2010, p. 36) cita brevemente o “precioso pau de Ibirapinima”. Assim, Eckart ressalta que

ela é muito pesada, como em geral a madeira brasileira, e na língua do país é chamada ybýrá piníma, ou seja, madeira malhada, manchada e de várias cores, pois além das cores preta e vermelha, nela também transparece o amarelo. [...] Esta madeira é muito rara e é comprada a altos preços para cadeiras e poltronas. Em Trocano, tive a oportunidade de comprar dois belos e compridos madeiros que pensei enviar para a Alemanha, ou então, quando os portugueses dispensaram os serviços dos estrangeiros, levá-los comigo; mas em 1758, em Portugal, na residência de Sanfins, induziram-me a dar um desses madeiros a um Juiz de Fora da província local de entre Douro e Minho. No ano seguinte, na primeira noite na prisão de Almeida, tiraram-me o outro da maneira mais brutal, junto com muitas outras coisas (Eckart, 1785, p. 477-478 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 66-67).

A citação acima sobre a madeira amazônica chamada “ybýrá piníma” contribui para a discussão acerca das dimensões biológicas, econômicas e políticas da madeira adquirida pelo padre Eckart na aldeia de Trocano. Primeiro, Eckart descreve detalhadamente suas

características físicas, entre elas o peso e as cores, evidenciando sua atratividade estética e utilitária. Segundo, o padre Eckart destaca seu valor econômico, mencionando sua raridade e os altos preços pelos quais ela é adquirida, especialmente para a fabricação de cadeiras e poltronas. Terceiro, a entrega induzida ao Juiz de Fora e retirada forçada da madeira no Forte de Almeida revela alguns episódios relacionados à expulsão e prisão de Eckart ao longo do governo pombalino. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart nos possibilita reconhecer não apenas a dimensão biológica e a importância econômica dessa madeira amazônica, mas também as dinâmicas políticas do período colonial na região.

Durante a navegação em direção ao rio Tocantins, Eckart trata das aldeias missionárias sob a administração temporal da Companhia de Jesus na região, como as aldeias de Araticu, Aricará e Guaricuru. Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, iniciou a nova política de “renascimento” da Amazônia portuguesa, que resultou na transformação das aldeias missionárias em vilas pombalinas e na supressão do poder temporal da Companhia de Jesus (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Entretanto, ao longo do processo de secularização, “o governador menciona, em suas cartas, vários casos de jesuítas que se opuseram à perda do poder temporal das missões” (Arenz; Prudente, 2019, p. 41). Por esse motivo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado enviou, após sua chegada na aldeia de Trocano no dia 31 de dezembro de 1755, uma carta para o padre Eckart, que era o responsável pela administração da missão, na qual determina a elevação da aldeia de Trocano em vila chamada de Borba, a Nova. Na sua carta, Mendonça Furtado informa que

S. Maj. foi servido erigir em Vila esta Povoação que até agora era denominada a Aldeia do Trocano. O mesmo Senhor me ordena que eleja logo as Justiças e Oficiais da Câmara que devem governar o Político e Civil da dita nova Vila, qual S. Maj. foi servido impor o nome de Borba, a nova. Para que os ditos Oficiais possam saber os Moradores que há na dita Vila, e constituíam a Aldeia do Trocano, espero que V. Pe. me queira remeter uma relação exata, assim dos existentes como dos que estão fora da Povoação, e dos fugidos de que tiver notícia. Também espero que V. Pe. me queira participar, se o comum tem alguns bens que lhe pertençam, assim móveis, como de raiz, que hajam de passar à nova administração, para, neste caso, os mandar receber por um inventário, e fazer deles entrega a quem possa dar conta deles (Furtado, 1755 *apud* Mendonça, 2005, p. 64-65).

O trecho acima sobre a transformação de uma aldeia missionária em vila pombalina nos possibilita refletir acerca do funcionamento da administração colonial na região. Em primeiro plano, identificamos a nomeação de Justiças e Oficiais da Câmara, que deveriam governar civil e politicamente a vila de Borba, a Nova, e a solicitação de informações sobre os

moradores que estariam dentro e fora ou fugidos da povoação. Em segundo plano, observamos a questão patrimonial dos bens da aldeia de Trocano, tanto móveis quanto imóveis, que deveriam ser inventariados e entregues para a nova administração. Esse excerto da carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado contribui para a discussão acerca da importância da nomeação de autoridades locais, das informações sobre os habitantes e da questão patrimonial para a compreensão da complexidade administrativa no Vale Amazônico.

Por sua vez, Mendonça Furtado acusou os padres jesuítas, incluindo Anselm Eckart, de adestramento militar indígena devido à posse de duas “peças de sinalização” na missão. No entanto, Eckart justificou que esses instrumentos auxiliavam na defesa da aldeia de Trocano contra os ataques dos indígenas da nação Mura. Essas tensões entre administradores coloniais e missionários religiosos também ocorreram durante os trabalhos de demarcação no Estado do Brasil, interrompidos pelo conflito entre portugueses, jesuítas e guaranis, conhecido como Guerra Guaranítica. Millena Farias (2015, p. 60) argumenta que esse episódio abalou ainda mais a relação entre Portugal e a ordem religiosa, ou seja, “as tensões políticas já existentes entre Pombal e a Companhia de Jesus, somadas ao descontentamento pela guerra, contribuíram para a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759”. Em 1756, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão transferiu o padre Eckart para Belém do Pará e realizou a troca do nome da aldeia de Trocano para Borba, a Nova. Com isso, Eckart deslocou-se para a aldeia de Caetés, localizada próxima ao litoral atlântico, onde realizou inúmeras observações, especialmente acerca do aspecto arenoso do solo e da água salgada da região (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013; Eckart, 1987).

Além disso, o uso indígena de uma planta amazônica ao longo da atividade pesqueira foi descrito nos “Aditamentos” de Anselm Eckart. Os relatos de Eckart também citam a presença de uma espécie de árvore chamada Timbó, cujo cheiro era utilizado pelos indígenas na pesca dos peixes na aldeia de Caetés. José Augusto Pádua (2005) argumenta que os relatos de viagem dos séculos XVI e XVII não se preocupavam com o uso destrutivo dos recursos da natureza. Como exemplo, a obra intitulada “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas” (1641), de autoria do padre espanhol Cristóbal de Acuña (1597-1676), menciona “o uso do timbó para intoxicar os peixes e facilitar a sua retirada na superfície da água pelos índios, sem fazer qualquer juízo crítico sobre essa prática, como apareceu em escritores do século XIX” (Pádua, 2005, p. 138). No entanto, podemos identificar que o caso de Anselm Eckart indica um sentido diferente do proposto por Pádua. Então, Eckart relata que

a esse gênero de árvore talvez possa ser agregado o Timbó, cujo madeiro é tão grosso quanto um braço ou um pé. Ele tem um poder especial, pois quando é enfiado num rio, grandes quantidades de peixes acorrem, atraídas pelo cheiro que emana da madeira, ficando tontos e sonolentos, de modo que se pode tirá-los facilmente da água com a mão. Quando fui de Cãaeté para o Pará em 1757, encontrei diversos índios que, com a ajuda dessa madeira, pegavam uma enorme quantidade de peixes. Mas o uso dessa árvore é severamente proibido pelo governo local, pois em pouco tempo a desova dos peixes poderia acabar (Eckart, 1785, p. 529-530 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 93).

A citação acima acerca da utilização do Timbó durante a pesca na aldeia de Caetés contribui para a discussão sobre as técnicas de pesca desenvolvidas pelos ameríndios ao longo do tempo. Como vimos anteriormente, os indígenas da aldeia de Trocano utilizavam a flecha e a vara para pescar peixes no rio Madeira; por sua vez, ameríndios da aldeia de Caetés utilizavam o cheiro de uma planta local para atrair e pescar com a mão os peixes do litoral atlântico. Em virtude disso, a administração local proibiu o uso do Timbó durante a pesca devido ao seu potencial impacto negativo, que poderia ocasionar esgotamento de peixes nas águas e prejudicar a segurança alimentar das populações locais e, possivelmente, dos agentes demarcadores que circulavam na região. Esse fragmento dos “Aditamentos” do padre Eckart explicita a interação ecológica entre as plantas e os animais, provocada pela intervenção humana, e suas consequências ambientais na Amazônia colonial.

Contudo, no ano de 1757, a política antijesuítica do rei D. José I e do ministro Marquês de Pombal resultou na deportação de Eckart, que chegou a Portugal em 12 de fevereiro de 1758 e ficou na residência jesuítica de São Pedro Fins. Em 1759, o governo josefino decretou oficialmente a prisão e o envio do jesuíta alemão para o Forte de Almeida e, no ano de 1762, transferiu Anselm Eckart para a prisão de São Julião da Barra. Em 1777, com a morte de D. José I e a queda do Marquês de Pombal, Eckart saiu do cárcere lusitano, voltou para a Alemanha e escreveu a obra chamada “Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal” (1987), que descreve suas experiências e de outros padres da Companhia de Jesus durante o processo de expulsão dos jesuítas da região (Leite, 1949). Nas suas “Memórias”, o missionário alemão ressalta que a morte da rainha pró-jesuítica Maria Ana marcou o início da “longa cadeia de calamidades caídas sobre a Companhia” (Eckart, 1987, p. 17).

Em seguida, o padre Eckart transferiu-se para Nuremberg e forneceu para Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811) informações importantes acerca das populações, das línguas, da natureza, da política pombalina e da expulsão dos jesuítas do Vale Amazônico. Diante disso, Eckart produziu a obra intitulada “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil”

(1785), que discute suas impressões sobre a natureza e a sociedade amazônica, bem como suas experiências nas missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1753 e 1757. No ano de 1803, Eckart entrou na Companhia dos padres jesuítas no Império Russo, que “permitiu uma atuação restrita a esses religiosos nas suas províncias ocidentais de influência católica, pois eram habitadas por lituanos e poloneses” (Arenz, 2019, p. 8). Por último, Anselm Eckart faleceu no dia 29 de junho de 1809, na cidade de Polatsk, localizada na atual Bielorrússia (Arenz, 2019; Schefer, 2014).

### **2. 3. De crônica ignorada a fonte histórica: os “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil” e suas possibilidades de pesquisa na História Ambiental**

Ao longo de sua trajetória missionária, Anselm Eckart elaborou relatos de viagem acerca de suas experiências na Amazônia colonial, entre eles os “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil”. Segundo Antonio Porro (2011), os “Aditamentos” de Eckart constituem uma obra, de certa forma, desconhecida e marginalizada<sup>5</sup> nos estudos sobre a Amazônia setecentista. Entretanto, os relatos de viagem do padre Eckart são importantes para a investigação acerca das questões culturais, econômicas, naturais, políticas e sociais do Vale Amazônico. Nesse documento, Eckart destaca suas percepções sobre a natureza e a sociedade amazônica durante as missões religiosas nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Portanto, o manuscrito de Anselm Eckart apresenta um aspecto etnográfico e histórico do período, embora seja adendos e correções em apêndice na obra chamada “Descrição da América portuguesa por Cudena” (1780), de autoria de Gotthold Lessing (1729-1781) e Christian Leiste (1738-1815).

Antonio Porro (2011) aponta que a história dos “Aditamentos” de Eckart começou em 1780, quando Gotthold Lessing, curador da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel, situada na Baixa Saxônia, encontrou e leu um manuscrito espanhol e uma tradução em alemão de autoria do navegador lisboeta Pedro Cudena. No entanto, o autor do documento chamava-se, na verdade, Pedro Cadena de Vilhasanti, filho de pai veneziano e de mãe ítalo-espanhola, que “servira de 1624 a 1639 nas capitânicas do nordeste do Brasil, lutara contra os holandeses, foi Provedor da Fazenda de Pernambuco, Provedor-mor do Estado do Brasil e autor, anos depois,

---

<sup>5</sup> Os estudos sobre Anselm Eckart e seus “Aditamentos” eram bastante incipientes dentro da historiografia brasileira e, por isso, a obra foi considerada “desconhecida” e “marginalizada” no artigo de Antonio Porro (Porro, 2011). No entanto, a partir de 2011, antropólogos, historiadores e, até mesmo, zoólogos publicaram alguns trabalhos acadêmicos, mobilizando os relatos de viagem do padre Eckart como fonte histórica, como veremos adiante.

da ‘Relação diária do cerco da Bahia de 1638’” (Porro, 2011, p. 577). Esse manuscrito de Pedro Cadena configura-se como um breve roteiro geográfico do litoral brasileiro, mas que não apresenta aspectos etnográficos e históricos em sua composição (Porro, 2011).

Nesse cenário, Lessing decidiu pela publicação do documento e, por isso, convidou Christian Leiste, reitor da Escola superior ducal de Wolfenbüttel, para fazer comentários e correções no texto. Contudo, os intelectuais alemães do século XVIII não apresentavam um conhecimento extenso acerca das colônias espanhola e portuguesa na América. Diante disso, as intervenções de Leiste no texto de Pedro Cadena resultaram em vários erros e fantasias na descrição sobre o Brasil. Inclusive, os autores publicaram o livro com o título “Descrição da América portuguesa por Cudena” e, no ano de 1781, reeditaram a obra como um volume das “Contribuições de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”. Entretanto, Lessing não aprovou o resultado do livro e, no mesmo ano, enviou o trabalho ao poliglota e publicista alemão Cristoph Gottlieb von Murr para a apresentação de novas informações acerca da América ibérica (Porro, 2011).

Inclusive, Murr era amigo de Anselm Eckart e não apenas sabia da atuação do padre *tapuitinga* nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas também publicou em seu Jornal da História da Arte e da Literatura anotações do jesuíta alemão sobre as línguas indígenas do Brasil. Nesse sentido, Eckart despertou um interesse pelo livro, já que tratava do país que havia conhecido em meados do século XVIII. O padre Eckart concluiu que a melhor forma de corrigir as imprecisões de Leiste sem ter que reescrever o livro seria produzir um apêndice com os adendos e as correções necessárias para a obra de Gotthold Lessing. Além de fornecer informações etnográficas, Eckart também elaborou um inventário com descrições acerca da fauna e da flora amazônica, como veremos adiante. Sendo assim, Cristoph Gottlieb von Murr publicou uma nova edição do livro com o título “Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel” (Porro, 2011). No entanto, Antonio Porro alerta que

ao avaliar a importância dos “Aditamentos” de Eckart para o conhecimento da sociedade colonial da Amazônia e dos contingentes indígenas a ela mais ou menos integrados, não se deve perder de vista a natureza circunstancial e sem estrutura própria da sua obra, feita de adendos e correções pontuais a texto de outro autor. Esta é a razão, sem dúvida, de ter sido completamente ignorada nos estudos antigos e modernos sobre a vida na Amazônia do século XVIII (Porro, 2011, p. 578).

Apesar de ter apontado a natureza fragmentada e sem originalidade estrutural da obra de Eckart como um dos motivos para seu “esquecimento” dentro da historiografia, Antônio Porro não desconsidera a relevância dos “Aditamentos” de Eckart para as análises sobre a Amazônia setecentista. De forma geral, Anselm Eckart aborda, em seus “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, suas experiências durante as missões religiosas nas aldeias de Pirauiri, Abacaxis, Trocano e Caetés entre os anos de 1753 e 1757. Dessa forma, Eckart descreve os modos de vida, os equipamentos materiais, a moradia, a pesca, o plantio, a alimentação, as crenças e os ritos funerários dos indígenas da região. Em Trocano, os indígenas da nação Ariquena apresentavam uma “estirpe de caciques” e, na aldeia de Caetés, uma *cunhã moacara*, isto é, uma mulher nobre ou matrona, viúva de um cacique, não se casava de novo por não haver ninguém da sua dignidade. Ademais, o padre Eckart trata do processo de despovoamento das aldeias de Abacaxis e Pirauiri, resultado da epidemia de sarampo na região, e do uso dos idiomas, uma vez que “observa que nos aldeamentos, onde geralmente são reunidas diferentes etnias, os índios se dirigem ao padre na língua geral, mas em suas casas falam cada um a sua língua” (Porro, 2011, p. 578).

Somado a isso, Eckart deplora a exploração indígena, vítimas de maus tratos, e condena os comportamentos negativos dos ameríndios da região, como a indolência, a falta de compostura, as deformações do corpo e da fala e a irresponsabilidade dos chefes de aldeias que vendem os próprios súditos em troca de uma garrafa de aguardente. Além disso, Anselm Eckart discute o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) e a aplicação de impostos aos comerciantes de Belém que, após a proibição da escravidão indígena por conta da reforma pombalina na Amazônia colonial, empenharam diversos objetos de valor, entre eles baixelas, jóias e ouro, para a aquisição da mão de obra africana. Portanto, Eckart descreve o contraste entre as gestões das aldeias missionárias e do diretório indígena, as impressões acerca do governador Mendonça Furtado, a organização missionária, a política pombalina e o inventário da fauna e da flora (Porro, 2011).

Em seu inventário, o padre Eckart aborda cerca de setenta espécies de animais e trinta vegetais encontrados ao longo das missões religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Por sua vez, a fauna amazônica está dividida em quatro grupos: 1) animais quadrúpedes; 2) classe das aves; 3) anfíbios e; 4) insetos e vermes. No que diz respeito aos animais quadrúpedes, Eckart destaca os bois, os cavalos, os caranguejos, os macacos, os morcegos, a preguiça, o tatu, as focas, os cães, os tigres, o maracajá, a lontra, a paca, a aguti e os veados. Em relação à classe das aves, relata os patos, o tinting, os papagaios, o perixito, a arára, as peraltas, o inambú, o jacú, o mutú, o atiatí, o jacamí, o toukán e o urubú. No que se

refere aos anfíbios, Eckart trata das tartarugas, dos jabutis, dos jacarés, dos lagartos, das cobras, dos sapos, das rãs, dos ratos e dos peixes. Em relação aos insetos e vermes, o padre Eckart registra as baratas, as formigas, as pulgas, os percevejos, as minhocas, os mosquitos e os grilos (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013).

Como vimos anteriormente, esse inventário nos permite investigar a fauna amazônica sob a perspectiva da História Ambiental. Contudo, o inventário de Eckart também nos possibilita realizar a análise do protagonismo histórico das plantas da região amazônica, especificamente o algodão, o cacau, a mandioca, o cravo e o tabaco. Por esse motivo, um quadro da flora amazônica foi elaborado, por meio da leitura dos “Aditamentos” de Anselm Eckart, com o intuito de sistematizar as informações obtidas nessa fonte colonial e selecionar as plantas que serão analisadas em nossa pesquisa (Tabela 1).

**Tabela 1** – Inventário da flora amazônica.

<b>ELEMENTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINA</b>
Cravo	Descrição acerca da forma, do sabor e dos usos do cravo.	p. 480
Algodão, mandioca e tabaco	Relato sobre as plantações de algodão, mandioca e tabaco.	p. 485
Mandioca	Discussão acerca da plantação e do cultivo da mandioca e da produção e dos tipos de farinha.	p. 488-492
Milho	Registro sobre a plantação e o cultivo de milho no Pará e Maranhão	p. 493
Folhas de pindóva	Descrição acerca dos usos e da forma das folhas de pindóva.	p. 493
Cravo e salsa	Relato sobre o cultivo, os tipos e o sabor do cravo e da salsa.	p. 506
Açúcar, café e cacau	Discussão acerca dos engenhos de açúcar e do cultivo, das formas e dos tipos de café e cacau.	p. 507

Tabaco	Registro sobre o comércio, o transporte e o consumo do tabaco.	p. 518
Pimenta	Descrição acerca dos tipos e usos da pimenta.	p. 519
Cana de açúcar	Relato sobre os engenhos de açúcar e os usos da cana de açúcar na alimentação bovina	p. 520
Árvores	Discussão acerca dos diferentes gêneros de árvores na América.	p. 529-530
Ervas	Registro sobre os cheiros, sabores e tipos de ervas na América.	p. 531-532
Algodão e anil	Descrição acerca das formas, da produção e dos usos do algodão e do anil.	p. 532-533
Abacaxi e castanha	Relato sobre as formas, os sabores e os usos do abacaxi e da castanha.	p. 534
Banana, laranja e limão	Discussão acerca das formas, dos tipos e dos usos da banana, da laranja e do limão.	p. 535-537
Frutas	Registro sobre as formas e os sabores dos diversos tipos de fruta do Pará e Maranhão.	p. 537-539

**Fonte:** Silva (2021).

No quadro acima, visualizamos a variedade de produtos naturais obtidos de árvores e plantas da Amazônia colonial, como as cascas, as ervas, as fibras, as frutas e as raízes, descritos pelo padre Eckart no seu inventário. Inicialmente, relata as plantações de algodão, cravo, mandioca, milho e tabaco, o cultivo do açúcar, do café, do cacau e da salsa e os usos do anil, das folhas de pindóva e da pimenta. Outrossim, o padre Eckart trata do comércio de algodão e do tabaco no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, aborda os diversos gêneros de árvore e os cheiros, sabores e tipos de ervas do Vale Amazônico. Em última análise, retrata as formas, os sabores, os usos e os tipos de fruta, entre eles o ananás, as

castanhas, a bacóva, os limões e a laranja (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). No próximo capítulo, analisaremos as representações de alguns desses elementos da flora amazônica presentes nos relatos de Eckart, destacando o protagonismo histórico das plantas amazônicas no século XVIII. Antes disso, realizaremos uma análise historiográfica dos autores clássicos e contemporâneos que elaboraram trabalhos sobre a Companhia de Jesus e Anselm Eckart.

#### **2. 4. Entre a historiografia clássica e contemporânea: a presença (ou ausência) da discussão ambiental nos estudos sobre a Companhia de Jesus e o padre Eckart**

De acordo com Stella Franco (2011), observamos, desde o século XX, o crescimento do uso de relatos de viagem como fonte documental pelos pesquisadores da área das Ciências Humanas para a análise de aspectos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais de diferentes períodos históricos do Brasil, através da produção e da divulgação de inúmeros trabalhos acadêmicos, como artigos, livros, monografias, dissertações e teses. No entanto, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde sua fundação em 1838, contribui para o trabalho de divulgação dos relatos de viagem. Além disso, autores clássicos da historiografia brasileira, como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, mobilizaram os relatos de viagem como fonte de pesquisa. Desse modo, apresentaremos autores clássicos e contemporâneos que produziram obras acerca da atuação da Companhia de Jesus e de Anselm Eckart na Amazônia, a partir do uso de relatos de viagem.

Em primeira análise, no que diz respeito ao período da Amazônia setecentista, três autores clássicos, José de Moraes, Serafim Leite e João Lúcio de Azevedo, utilizaram fontes coloniais, entre elas os relatos de viagem, para a produção de três obras sobre a Companhia de Jesus. De um lado, José de Moraes escreveu o livro chamado “História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará” em 1759, no contexto da política antijesuítica de D. José I, que promoveu a transformação das aldeias missionárias em vilas pombalinas e a supressão do poder temporal da Companhia de Jesus (Moraes, 1987). De outro lado, Serafim Leite publicou, em dez volumes, a coleção intitulada “História da Companhia de Jesus no Brasil” entre os anos de 1938 e 1950, na qual apresenta a história dos jesuítas no Brasil colonial, através da compreensão que os inacianos tinham de si mesmos durante o período (Leite, 1950). Somado a isso, João Lúcio de Azevedo elaborou a obra chamada “Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização” no ano de 1901, que descreve as missões jesuítas como base do processo de ocupação da Amazônia (Azevedo, 1901). Por outro lado, diversos

autores contemporâneos elaboraram trabalhos acerca do percurso missionário de Eckart, mobilizando os relatos de viagem como fonte histórica.

Como exemplo, em relação aos autores contemporâneos, Inmaculada Arrillaga (2003) produziu um artigo que analisa, de forma geral, as consequências da política reformista de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, ao longo da segunda metade do século XVIII. Nesse contexto, a autora destaca o processo de deportação e prisão dos padres alemães da Assistência Germânica da Companhia de Jesus, incluindo Anselm Eckart, que atuaram nas missões religiosas da Amazônia colonial. Diante disso, Arrillaga mostra os relatos de Eckart sobre a reclusão dos prisioneiros na Residência de Sanfins, no Forte de Almeida e em São Julião da Barra, as condições de vida dos padres alemães e a chegada de novos prisioneiros nos cárceres de Portugal. Logo após, a autora relata os escritos do padre Eckart que apresentam suas memórias acerca das expulsões e prisões dos membros da Companhia de Jesus (Arrillaga, 2003).

Outro estudo realizado por Inmaculada Arrillaga e Mar Arenas (2009) discute os dois lados da expulsão dos membros da Companhia de Jesus dos domínios portugueses na América, como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que foi iniciada gradativamente em 1755 e decretada oficialmente por uma lei geral no ano de 1759. No seu trabalho, os autores apontam as diferenças no tratamento adotado pela Coroa portuguesa com relação aos jesuítas de origem portuguesa e alemã que realizaram o trabalho religioso na Amazônia. Isso porque, enquanto os padres portugueses foram exilados para os Estados pontifícios, isto é, para a região que hoje conhecemos como Itália, os missionários alemães, incluindo Anselm Eckart, foram confinados em conventos e residências transformadas em prisões pombalinas em Portugal, entre elas o castelo de São Jorge, os fortes da Junqueira, Almeida, Pedrouços, São Julião da Barra e a prisão pública de Belém (Arrillaga; Arenas, 2009).

Antonio Porro (2011) escreveu um trabalho sobre a obra “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, de autoria de Anselm Eckart, que se configurou como uma obra, de certa forma, desconhecida e marginalizada nos estudos acerca da Amazônia do século XVIII. Em seu artigo, o autor explica que esse documento constitui um apêndice com as observações de Eckart sobre a natureza e a sociedade amazônica durante as missões religiosas nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Porro também reconstituiu o percurso missionário do padre Eckart, desde sua chegada no Vale Amazônico até sua deportação para Portugal, e a história da elaboração dos “Aditamentos”. Em último plano, o autor analisa, especificamente, os capítulos etnográficos da obra “Aditamentos à descrição

das terras do Brasil” que tratam dos costumes das populações indígenas e das suas relações com os colonos e os missionários do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Porro, 2011).

Da mesma forma que Antonio Porro, Nelson Papavero (2011) produziu um artigo, onde apresenta as notas do padre alemão Anselm Eckart presentes na obra “Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”, trazendo informações linguísticas e zoológicas acerca dos elementos da fauna do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em seguida, o autor discute os diversos modos de preparação da carne de tartaruga, entre eles assado, cozido e frito, os principais tipos de caça, como os veados e os porcos do mato, a carne bovina, os peixes e o caranguejo. Ademais, Papavero relata as diferentes espécies de formigas, entre elas as pretas e as vermelhas, a destruição de plantações, as cobras, os jacarés, as onças, os animais quadrúpedes, as classes das aves, os anfíbios, os insetos e as vermes da região amazônica (Papavero, 2011).

Nelson Papavero e Antonio Porro (2013) também organizaram o livro chamado “Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)”, que apresenta comentários, ilustrações e traduções sobre a passagem de Anselm Eckart pelo Brasil e pela Amazônia. No seu livro, os autores registram as experiências de Eckart nas missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão e nas prisões pombalinas do reino português. Somado a isso, Papavero e Porro descrevem a história, as características e o conteúdo dos “Aditamentos” do padre Eckart. Além disso, os autores mostram as localidades que foram visitadas ou, até mesmo, citadas por Eckart em sua obra, como as aldeias de Abacaxis, Caetés, Pirauri e Trocano. Por último, Nelson Papavero e Antonio Porro apresentam as traduções da obra “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” e da resposta da Companhia de Jesus contra as falsidades escritas na obra “Relação Abreviada”, além de seis apêndices acerca de diversos assuntos ligados a Anselm Eckart (Papavero; Porro, 2013).

Por sua vez, Aline Schefer (2014) escreveu um trabalho sobre a trajetória missionária do padre *tapuitinga* Anselm Eckart, desde sua deportação da aldeia de Trocano em 1757, com a morte da rainha D. Maria Ana e o início da política antijesuítica do governo josefino, até sua liberdade da prisão de São Julião da Barra no ano de 1777, após a morte de D. José I e a saída do Marquês de Pombal. Em seu artigo, a autora aborda as virtudes morais, intelectuais e teológicas que transformaram Eckart em um “modelo exemplar” de jesuíta para a Companhia de Jesus. Em virtude disso, Schefer estuda a escrita apologética e hagiográfica dos padres alemães Anselm Eckart e Lourenço Kaulen, que tratam da prisão e do exílio dos membros da ordem religiosa, do conceito de virtude e das Constituições da Companhia de Jesus, utilizando

como referencial teórico Michel de Certeau e Jaime Gómez para ampliar o debate acerca dos conceitos de hagiografia e vida exemplar (Schefer, 2014).

Nelson Papavero (2015) prosseguiu com suas pesquisas sobre a fauna amazônica do século XVIII, elaborando um artigo que compara os nomes de animais e espécies citados em três dicionários da Língua Geral. Em seu estudo, o autor destaca as semelhanças e diferenças entre o “Vocabulário da Língua Brasil”, o “Manuscrito nº 569 da Academia de Ciências de Lisboa” e o “Manuscrito de Trier”. Esses documentos foram, consoante Papavero, compilados por padres jesuítas, entre eles Anselm Eckart, que estiveram presentes na Amazônia antes de 1756. Além disso, o autor também estabelece uma comparação entre o “Manuscrito de Trier” e os “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, que estamos analisando em nossa monografia. Nelson Papavero revela, na sua pesquisa, as semelhanças entre o “Vocabulário da Língua Brasil” e o “Manuscrito da Universidade de Trier” e suas diferenças em relação ao “Manuscrito nº 569 da Academia de Ciências de Lisboa” (Papavero, 2015).

Karl Arenz e Gabriel Prudente (2019) produziram um capítulo de livro sobre a atuação dos jesuítas centro-europeus no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1750 e 1757, entre eles os padres alemães da Assistência Germânica da Companhia de Jesus enviados para as aldeias missionárias tanto na América espanhola quanto na América portuguesa, que escreveram cartas, relatos, memórias e dicionários em Língua Geral. No seu trabalho, os autores descrevem a atuação dos jesuítas centro-europeus, incluindo Anselm Eckart, Lourenço Kaulen e Antonio Meisterburg, nas missões religiosas da Capitania do Pará e da Capitania do Maranhão, principalmente na região dos rios Madeira e Xingu. Outrossim, Arenz e Prudente abordam o processo de deportação e, conseqüentemente, prisão dos missionários religiosos em Portugal, a produção linguística e os relatos manuscritos e impressos dos padres alemães acerca de suas experiências missionárias na Amazônia portuguesa e carcerárias no reino português (Arenz; Prudente, 2019).

Nessa perspectiva, Karl Arenz (2019) também escreveu um trabalho que discute o uso indígena da expressão “tapuitinga”, que significa “bárbaro branco”, para diferenciar os padres centro-europeus, incluindo Anselm Eckart, dos padres portugueses e luso-brasileiros no Vale Amazônico. Por outro lado, o autor destaca as anotações desconhecidas de Eckart sobre as sociedades indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, disponíveis no arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, e os escritos de Eckart acerca da flora, da etnografia e da linguística da região amazônica, incluindo as contribuições para a elaboração de dicionários em Língua Geral, notadamente a “Prosódia”, o “Vocabulário da Língua Brasil” e o “Dicionário de 1756”. Logo após, Arenz descreve o percurso missionário, as representações das populações

indígenas e os métodos de aprendizagem do padre Eckart para a entrada no universo sociocultural e religioso-simbólico indígena (Arenz, 2019).

Em sua maioria, os estudos citados acima analisam a atuação dos padres jesuítas, particularmente Anselm Eckart, no contexto da Amazônia setecentista, dialogando com os campos de estudos da história social, religiosa e política. Além disso, os autores utilizaram fontes históricas semelhantes, como relatos de viagem e documentos arquivísticos, para construir suas análises e interpretações sobre o período histórico em questão. Entretanto, ao tratar de diferentes aspectos da presença jesuíta na Amazônia, esses trabalhos não realizam diretamente uma discussão ambiental. O biólogo Nelson Papavero é o único autor que realiza um trabalho de História Ambiental ao discutir os nomes e as espécies de animais do Estado do Grão-Pará e Maranhão, apesar de não ser historiador de formação. Não pretendemos criticar a escolha dos campos de estudos dos autores que, por sua vez, são relevantes dentro da historiografia e, inclusive, utilizados como bibliografia da nossa monografia, mas sim apontar a ausência da questão ambiental, especificamente da flora amazônica, nos trabalhos acadêmicos que mobilizaram os “Aditamentos” do padre Eckart como fonte histórica.

Diante disso, Maurício Silva (2022) produziu um artigo que aborda, sob a perspectiva da História Global, os “Aditamentos” do padre alemão Anselm Eckart e as contribuições das interações entre os sujeitos históricos do período para a circulação do conhecimento acerca da natureza e da sociedade amazônica no Império português. Em seu trabalho, o autor relata os diferentes tratados diplomáticos assinados por Espanha e Portugal, visando à demarcação das fronteiras ultramarinas, principalmente na América ibérica. Ademais, Silva destaca os agentes demarcadores, membros da Igreja Católica, incluindo o padre Eckart, e demais representantes da Coroa, que participaram das expedições da Comissão Demarcadora de Limites espanhola e portuguesa durante a segunda metade do século XVIII e elaboraram relatos de viagem com suas descrições sobre os elementos da natureza da região, possibilitando o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a Amazônia colonial (Silva, 2022).

Maurício Silva (2023) também escreveu um trabalho que investiga, sob a perspectiva da História da Alimentação, os relatos acerca do cacau, da mandioca e do tabaco presentes nos “Aditamentos” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart. No seu artigo, o autor discute a trajetória missionária do padre Eckart no Estado do Grão-Pará e Maranhão e a história de elaboração da obra “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”. Por outro lado, Silva analisa as descrições dos gêneros amazônicos, entre eles o cacau, a mandioca e o tabaco. No que diz respeito ao cacau, o autor destaca a associação econômica entre o cacau e o cravo e a coexistência de outras atividades econômicas e da economia cacauceira. Em relação à

mandioca, Maurício Silva relata a importância da mandioca, especialmente na forma de farinha, para a manutenção da política de colonização da Amazônia. Por último, o autor descreve o consumo do tabaco entre indígenas e europeus e o comércio do fumo americano e seu alto rendimento para a Coroa portuguesa (Silva, 2023).

Em última análise, Maurício Silva e Wesley Kettle (2022) escreveram um capítulo de livro que trata, sob a perspectiva da História Ambiental, das representações dos rios amazônicos, especificamente os rios Madeira, Xingu e Tocantins, e da região da Amazônia Atlântica nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” do padre alemão Anselm Eckart. Primeiro, os autores abordam as experiências de Eckart nas aldeias missionárias que estavam às margens dos rios Xingu e Madeira, destacando as adaptações nos itinerários e equipamentos de navegação da região. Segundo, Silva e Kettle destacam as missões religiosas que ficavam às margens do rio Tocantins e as observações do padre Eckart sobre a água salgada e o solo arenoso da região do litoral atlântico. Portanto, os autores ressaltam o protagonismo histórico dos rios no processo de demarcação e ocupação do Vale Amazônico, estabelecendo uma comparação com as relações entre duas civilizações da antiguidade, Egito e Mesopotâmia, e os rios históricos, Nilo, Eufrates e Tigre (Silva; Kettle, 2022).

Esses estudos históricos, assim como as pesquisas supracitadas, mobilizam os relatos de viagem de Anselm Eckart como fonte histórica para abordarem diferentes aspectos da atuação e das observações de Eckart na Amazônia colonial, mobilizando outras perspectivas teórico-metodológicas, como a história global, da alimentação e ambiental. Enquanto o primeiro aborda a circulação do conhecimento acerca da região no Império português, o segundo destaca a importância alimentar dos gêneros amazônicos, mencionando as descrições dos elementos da natureza e analisando as relações entre esses vegetais e o ambiente em que eram produzidos e consumidos, respectivamente. O terceiro representa um estudo de História Ambiental na medida em que investiga as representações dos rios amazônicos e da Amazônia Atlântica, evidenciando as interações entre os seres humanos e o meio ambiente na região. Dessa forma, esses trabalhos acadêmicos, relacionados à História Ambiental ou não, foram importantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa sobre as representações das plantas amazônicas nos “Aditamentos” do padre Eckart.

Portanto, as obras de autores clássicos e contemporâneos citadas acima confirmam o aumento do uso de relatos de viagem no desenvolvimento de pesquisas históricas que tratam, especificamente, da atuação dos membros da Companhia de Jesus e de Anselm Eckart na Amazônia colonial. Elisa Schemes (2015) argumenta que os relatos de viagem ocupam um local específico entre a História e a Literatura, suscitando discussões acerca do gênero do

texto: diário de viagem, relato de viagem, literatura de viagem, autobiografia, testemunho ou documento? Conforme Elisa Schemes (2015), os relatos de viagem configuram-se como uma literatura de viagem que apresenta especificidades, mas que, ao mesmo tempo, representam uma fonte documental para a historiografia moderna. Desse modo, os relatos de viagem constituem uma fonte histórica importante para a investigação do passado e, conseqüentemente, a compreensão do presente da região amazônica.

Este capítulo investigou os antecedentes, os percursos, os relatos e os estudos acerca do padre *tapuitinga* Anselm Eckart. Sendo assim, contextualizamos o trabalho missionário dos jesuítas e suas interações com a flora amazônica. Em seguida, relatamos os caminhos percorridos por Eckart, desde as missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão até a Companhia dos padres jesuítas no Império Russo, e suas visões sobre as plantas da Amazônia colonial. Para além disso, destacamos os escritos elaborados pelo padre Eckart, notadamente os “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, e suas contribuições para o campo da História Ambiental. Por último, verificamos a presença (ou ausência) da dimensão ambiental nos trabalhos acadêmicos acerca da atuação dos jesuítas e do padre Eckart durante a colonização no Vale Amazônico. Portanto, os “Aditamentos” do padre alemão Anselm Eckart não possuem mais o status de “crônica ignorada”, já que se tornou uma fonte histórica importante para o estudo do período colonial na região amazônica.

### 3. SEGUNDO CAPÍTULO – OS “ARTESÃOS” DO COSMOS: AS PLANTAS AMAZÔNICAS NOS RELATOS DE VIAGEM DE ANSELM ECKART

(...) “enquanto animais, nos identificamos muito mais imediatamente com os outros animais do que com as plantas”. Assim, os cientistas, a ecologia radical e a sociedade civil estão engajadas há décadas na liberação dos animais, e a denúncia da separação entre homem e animal (a máquina antropológica de que fala a filosofia) se tornou um lugar comum do mundo intelectual. Mas parece que ninguém jamais quis contestar a superioridade da vida animal sobre a vida vegetal e o direito de vida e de morte da primeira sobre a segunda: vida sem personalidade e sem dignidade, esta não merece nenhuma empatia benevolente nem o exercício do moralismo que os seres vivos superiores conseguem mobilizar (Coccia, 2018, p. 12).

Durante o século XVIII, conhecido como “Século das Luzes”, a Europa se destacou pela valorização dos estudos acerca das leis da natureza, incluindo o campo da História Natural. Por sua vez, os intelectuais de diferentes áreas, como filosofia, política, moral, economia e teologia, incorporaram as ideias de Isaac Newton (1643-1727), desenvolvendo uma nova forma de interpretar a natureza no continente europeu”. Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo Conde de Buffon (1707-1788) e, principalmente, por Carlos Lineu (1707-1778), tornaram-se referências para os estudos de História Natural que buscavam a descrição da fauna e da flora do continente americano, especialmente da Amazônia (Pratt, 1999). Contudo, nem todos os animais e as plantas encontrados na América do Sul estavam classificados no *Systema Naturae*<sup>6</sup> de Lineu.

Mas afinal, Carlos Lineu não demonstrou interesse pela classificação geral da fauna e flora da região? Em sua pesquisa, Lineu buscava tanto confirmar a teoria newtoniana quanto adquirir um conhecimento sistemático dos animais e plantas de todos os continentes do mundo. No entanto, conforme Nicolau Sevcenko (1996), a Coroa portuguesa monopolizou as informações obtidas sobre a fauna e flora da América ibérica, impedindo a divulgação de dados estratégicos acerca da região e dificultando as ações de inimigos, como França, Holanda e Inglaterra. Nesse contexto, Espanha e Portugal organizaram a Comissão Demarcadora de Limites, na qual administradores coloniais, homens de ciência e missionários religiosos, incluindo Anselm Eckart, buscaram não apenas definir os limites entre as possessões espanhola e portuguesa, mas também desenvolver o conhecimento científico sobre o continente americano.

---

<sup>6</sup> Em 1758, o naturalista sueco Carlos Lineu publicou a décima edição do *Systema Naturae*, no qual ele dividiu a natureza em três reinos: animal, vegetal e mineral. Essa classificação organiza os seres vivos em cinco categorias distintas: classe, ordem, gênero, espécie e variedade. Nesta obra, Lineu abrange a descrição de 4.236 espécies animais, distribuídas em 6 classes, 34 ordens e 312 gêneros (Linnaeus, 1740).

No excerto acima, observamos um trecho do livro chamado “A vida das plantas: uma metafísica da mistura”, de autoria do filósofo italiano Emanuele Coccia, discutindo as relações entre fauna, seres humanos e flora. Na sua obra, o autor argumenta que, apesar de os seres humanos apresentarem um alto grau de identificação com os animais, eles não possuem a mesma identificação com as plantas. Isso porque a ciência, a ecologia e a sociedade estão mais preocupadas com a liberação da fauna; conseqüentemente, a denúncia da separação entre seres humanos e animais ocupa um espaço central no campo intelectual. Portanto, Coccia questiona a superioridade e o direito de vida e de morte dos animais sobre as plantas que, por terem uma vida sem dignidade e sem personalidade, estas não deveriam receber a empatia e nem exercer a moral mobilizadas pelo ser humano.

Neste capítulo, analisaremos as representações da flora amazônica presentes nos “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil”, entre elas o algodão, o cacau, a mandioca, o cravo e o tabaco, escritos pelo padre Eckart. Para isso, mobilizaremos os conceitos de representação, desenvolvido pelo historiador francês Roger Chartier, e de transculturação, introduzido pela linguista estadunidense Mary Louise Pratt, a fim de compreender as visões de Eckart sobre as plantas da Amazônia colonial. Ademais, consideraremos a importância do estudo acerca da vida das plantas, realizado por Coccia, como aporte teórico-metodológico para utilizar o conceito de “artesãos” do cosmos. Não obstante, exploraremos outras dimensões da flora amazônica em conjunto com a dimensão econômica atribuída ao longo da política de colonização do Vale Amazônico, visando à ampliação da nossa compreensão sobre as representações das plantas amazônicas presentes nos relatos de viagem do padre alemão Anselm Eckart.

### **3. 1. De planta a produto: “o branco algodão fez o Maranhão preto”**

Roger Chartier (1991, p. 17) afirma que “as representações do mundo social assim construídas (...) são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí (...) o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Anselm Eckart era membro da Assistência Germânica da Companhia de Jesus e foi designado pela Coroa portuguesa para o trabalho religioso nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além disso, Eckart elaborou relatos de viagem com suas descrições acerca da sociedade e natureza amazônica. Essas descrições tiveram, possivelmente, a influência das interações sociais na região, além dos saberes adquiridos sobre os elementos da natureza no continente europeu. Dessa forma, as representações da flora amazônica presentes

nos “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil” do padre Eckart estão relacionadas com sua atuação enquanto missionário religioso na Amazônia, como veremos adiante.

Em sua obra chamada “Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas”, Manuel Corrêa discute cinco espécies da planta do gênero *Gossypium L.*, também conhecida como algodoeiro. Diante disso, destacamos o gênero *Gossypium hirsutum L.*, uma árvore da família das malvaceae, que possui pequeno porte e até 2 metros de altura (Corrêa, 1926). Por outro lado, a planta apresenta folhas largas com uma coloração verde pálida, flores amarelo-dourado ou pálidas e “fructo capsula 3-5 locular, com outras tantas valvas ovoide-oblongas, obtusas ou mucronadas, contendo 6-8 sementes fusco-verdes ou esverdeadas, oblongas, pequenas e livres em cada loculo, revestidas de dupla lã curta aderente, branca ou branco-amarellada” (Corrêa, 1926, p. 71). Outrossim, o algodoeiro possui diversas fibras, isto é, o algodão, que, “consideradas commercial e industrialmente, são curtas, quando não excedem 25 m/m de comprimento e longas d’ahi em diante (rarissimas vezes attingem e menos vezes ainda excedem 40 m/m)” (Corrêa, 1926, p. 73).

Há cerca de 500 anos, os indígenas de pequenas aldeias, localizadas na região que hoje conhecemos como México, praticavam atividades diárias, entre elas a agricultura e o artesanato. Ao mesmo tempo, elas cultivavam uma planta incomestível e extremamente valiosa, caracterizada por cápsulas pequenas, brancas e fofas, que chamavam de *ichcatl*: algodão. Essa planta florescia entre as culturas alimentares, como o milho, sendo colhidas as fibras, reunidas as cápsulas e removidas as sementes pelos homens e mulheres da região (Beckert, 2014). De acordo com Sven Beckert (2014, p. 23, tradução nossa), “utilizando um fuso fino de madeira equipado com um disco de cerâmica e uma tigela de fiação para apoiar o fuso enquanto este girava, eles torciam os fios juntos até obterem um fio branco fino”<sup>7</sup>. Após o processo de fiação, os ameríndios produziam, em um tear de cintura, um tecido forte e flexível, que era tingido com corantes naturais obtidos de outras plantas, entre elas o índigo e a cochonilha, formando as cores azul-preto e carmesim (Beckert, 2014).

O tecido criado a partir do algodão tinha duas finalidades: uma parte era utilizada nas vestimentas, como camisas, calças e saias, dos próprios aldeões e a outra parte era enviada aos governantes astecas, entre eles o imperador Moctezuma II, como parte de um tributo anual (Beckert, 2014). Sven Beckert (2014, p. 25, tradução nossa) argumenta que “já há mil anos, a produção de têxteis de algodão na Ásia, em África e nas Américas era a maior indústria manufatureira do mundo; redes de comércio sofisticadas, principalmente locais, mas algumas

---

<sup>7</sup> No original: “Using a thin wooden spindle fitted with a ceramic disk and a spinning bowl to support the spindle as it twirled, they twisted the strands together into fine white thread”.

regionais, conectavam produtores, fiandeiros, tecelões e consumidores”<sup>8</sup>. Não pretendemos reconstruir a história do vestuário, mas sim demonstrar a ancestralidade do algodão, seus significados para as diferentes sociedades e usos ao longo do tempo, especificamente na Amazônia colonial. Durante o processo histórico, os seres humanos começaram a fiar e a tecer diversos tipos de tecido, entre eles o linho, a lã, o rami e a seda, visando a sua própria proteção contra o frio e o sol (Beckert, 2014).

Em virtude de algumas propriedades, como a maciez, a durabilidade e a leveza, o tecido feito de algodão adquiriu uma maior importância em relação aos outros tipos de tecido. Os indianos descobriram, há cerca de 5000 anos, a possibilidade de produzir fio através das fibras do algodão. Na América, os ameríndios, entre eles os que habitavam a região que hoje conhecemos como Peru, seguiram o mesmo caminho. Os africanos, por sua vez, também desenvolveram, milhares de anos depois, técnicas para fiar e tecer as fibras do algodão. Em cada uma dessas regiões, o algodão assumiu um papel de destaque não apenas na criação de tecidos, mas também nos mitos fundadores e textos sagrados de muitos povos: 1) Na Índia, os hindus acreditam que o deus Vishnu havia tecido os raios do sol em sua própria vestimenta; 2) os Navajo, que habitam a América do Norte, acreditam em uma crença que diz que ao encontrar uma teia de aranha e esfrega-lá na mão e no braço de uma menina recém-nascida, estes não se cansarão da tecelagem; e 3) Na África Ocidental, os africanos acreditam que suas habilidades de fiação estão associadas ao deus aranha, chamado Ananse (Beckert, 2014).

Durante o período colonial, a economia de exportação do Estado do Brasil se notabilizou, principalmente, pela exportação do açúcar e do tabaco das Capitanias da Bahia e de Pernambuco e do ouro da Capitania de Minas Gerais. Nesse cenário, o açúcar representou o principal produto da economia agrícola brasileira desde o final do século XVI até o início do século XIX, ofuscando os demais gêneros tropicais, como o algodão. Embora os indígenas tivessem conhecimento acerca da planta antes do processo de invasão da América, o algodão transformou-se em um produto de exportação para o mercado Atlântico somente entre os séculos XVIII e XIX (Figura 1). Nesse período, a região amazônica, especialmente a Capitania do Maranhão, não havia conseguido a expansão da agricultura e obtido o destaque na produção de açúcar, encontrando nas plantas amazônicas, entre elas o algodão, uma alternativa econômica para contornar os entraves da produção agrícola (Martins; Melo, 2019; Schwartz, 2004).

---

<sup>8</sup> No original: “As early as a thousand years ago, the production of cotton textiles in Asia, Africa, and the Americas was the world’s largest manufacturing industry; sophisticated trade networks, mostly local but a few regional, connected growers, spinners, weavers, and consumers”.

**Figura 1** – [Flor do algodão (Estampas 1 e 2)].



**Fonte:** BBM (1799).

Na figura acima, visualizamos uma gravura da flor do algodão, elaborada por Inácio José Maria de Figueiredo no ano de 1799 e publicada em Lisboa pela Calcografia do Arco do Cego, que buscou a “difusão de conhecimentos técnicos e práticos de saberes considerados estratégicos, tais como a medicina e saúde coletiva, náutica, história natural e, principalmente, agricultura” (Santos; Fiori; Campos, 2014, p. 51). Esta imagem retrata detalhadamente tanto a folha quanto a flor do algodão em diferentes estágios de desenvolvimento. Para além disso, a gravura mostra a flor do algodão em seu estado natural e em seu primeiro dia de aparecimento, destacando a flor aberta e os botões florais da planta que era uma das fibras naturais utilizadas pelos portugueses no desenvolvimento da manufatura de cordoaria.

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart destaca a nomenclatura da planta, as formas do fruto e o trabalho de separação da fibra nas missões religiosas do Vale Amazônico. Assim, Eckart relata que

o algodão, na língua da terra Amandijú ou, como se costuma dizer hoje em dia, Amanijú, tem o porte de um arbusto. O seu fruto é marrom e alongado, parecido com uma azeitona, e envolto com o mencionado algodão. Nas aldeias, produz-se diariamente uma música matutina quando as mulheres americanas batem com 2 paus nas sementes para separar [a fibra d]o algodão (Eckart, 1785, p. 532 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 94).

A citação acima sobre o algodão do Estado do Grão-Pará e Maranhão contribui para a discussão acerca das dimensões biológicas, culturais e sociais da planta. Inicialmente, o padre

Eckart menciona uma língua indígena, chamada Amandijú (ou Amanijú), para tratar do algodão, destacando a diversidade cultural e linguística da região. Além disso, Eckart descreve o que podemos hoje chamar de características biológicas da planta, como o porte de um arbusto, a cor marrom e a forma alongada do fruto. Em última análise, Anselm Eckart mostra a importância da mão de obra indígena, especificamente feminina, no trabalho de separação da fibra do algodão, revelando uma possível divisão do trabalho dentro da aldeia missionária. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart auxilia na percepção da interação entre os elementos da natureza, entre eles o algodão, e as sociedades humanas na Amazônia setecentista.

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, a produção de algodão na Capitania do Maranhão era voltada apenas para o abastecimento interno, ou seja, o mercado amazônico ao invés da exportação maranhense. O algodão do Maranhão era, inicialmente, “usado para trocas comerciais substituindo moedas de prata e ouro como moeda principal e para consumo local, porque era algo caro e raro” (Couceiro; Silva, 2015, p. 193). Segundo Alam Lima (2006), a economia do Estado do Maranhão funcionava por meio do uso de moeda natural, como o algodão, diferentemente da economia do Estado do Brasil que já utilizava moeda metálica desde o final do século XVII. O uso da moeda natural foi substituído somente em 1748 através de um decreto real, que autorizava a introdução da moeda metálica, entretanto, ainda era bastante recorrente nas missões e aldeias da região.

Os relatos de Eckart também citam os tipos de moeda metálica que circulavam oficialmente na América portuguesa, mas raramente nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo utilizados os derivados do algodão como moeda natural. Então, Eckart ressalta que

via-se [*porém*] pouco dinheiro nas missões e aldeias, [*só*] às vezes, quando um português trazia algum. Dos americanos podia-se obter tudo [*em troca*] de tecido de algodão, ou também de fio, que era pesado e tinha seu preço fixo; mas era-lhes particularmente agradável que se comprasse ou trocasse uma outra mercadoria por aguardente, a que são muitíssimo afeiçoados (Eckart, 1785, p. 509 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 83).

O trecho acima acerca do uso da moeda natural nos possibilita refletir sobre a importância do algodão e seus derivados para o funcionamento da economia, pois eram utilizados como moeda de troca nas missões religiosas da região. Como vimos anteriormente, o algodão era uma planta importante para diferentes culturas, inclusive a indígena. Nesse sentido, os ameríndios optavam, além da aguardente, pelo tecido ou fio de algodão. Ademais,

a questão ambiental está presente quando analisamos que, embora a Coroa portuguesa não se preocupasse com os impactos da exploração e tivesse decretado o uso da moeda metálica, o algodão continuou sendo utilizado como moeda natural nas trocas comerciais do Vale Amazônico. Esse excerto dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão acerca da extinção de uma planta com valor econômico, como o algodão, que só seria uma preocupação caso afetasse a situação econômica dos moradores da Amazônia e o alto rendimento da Metrópole.

Por outro lado, a fibra do algodão também era utilizada na confecção de panos que eram exportados para Portugal, gerando, muitas vezes, a escassez de matéria-prima para a produção de roupas dos moradores da capitania do Maranhão. Os moradores de outras capitanias, como Minas Gerais, utilizavam os panos elaborados com a fibra do algodão do Maranhão e vendidos pelos produtores locais para a confecção de roupas. A Capitania do Maranhão enfrentou, com o fim do seu monopólio no ano de 1724, a concorrência da Capitania do Pará, que produzia o algodão visando à exportação, já que a sua moeda interna era o cacau (Lima, 2006).

Nos seus “Aditamentos”, o padre Eckart mostra os diversos usos do algodão na Amazônia, evitando comparações com o das Índias Orientais, mas pensando nos elementos que pudessem explicar a diferença entre o algodão da região amazônica e o algodão do Oriente. Logo, Eckart revela que

com ele fazem-se panos grosseiros, finos e mais finos, mas não se comparam com o algodão das Índias Orientais. Não sei se a diferença reside na qualidade ou no preparo do algodão. Depois do pão, ele era o [*produto*] mais importante nas missões; com isso os que mandavam plantar algodão por conta própria (como também eu em Cãaeté) economizavam muito. O côvado de pano ruim e grosseiro é vendido a meio florim; e como disse à p. 509, esse algodão era a moeda corrente nas missões (Eckart, 1785, p. 532-533 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 94).

A citação acima sobre o algodão do Estado do Grão-Pará e Maranhão contribui para a discussão acerca da diversidade de usos da sua fibra, a comparação com o algodão das Índias Orientais e a importância econômica da planta na Amazônia. De um lado, destacamos a importância econômica do algodão, que era não apenas uma matéria prima utilizada para a confecção de diferentes tipos de panos, mas também uma espécie de moeda corrente utilizada nas trocas comerciais realizadas nas aldeias missionárias da região amazônica. De outro lado, refletimos sobre as diferenças de qualidade e de preparação do algodão da Amazônia e do Oriente. Para além disso, verificamos a existência da plantação de algodão por parte dos

próprios missionários religiosos, incluindo Anselm Eckart, na aldeia de Caetés. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart nos possibilita refletir acerca da importância do algodão, que não era apenas uma planta amazônica, mas também um elemento fundamental no contexto econômico do Vale Amazônico.

No entanto, a partir de meados da década de 1750, o algodão entrou na lista de produtos da exportação maranhense com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) em 1755. Jerônimo Viveiros (1954) aponta que essa empresa recebeu do governo português a concessão da administração do absoluto monopólio, pelo espaço de vinte anos, da navegação no Estado do Grão-Pará e Maranhão, do tráfico negreiro e da compra e venda de mercadorias e gêneros coloniais, entre eles o algodão. Somado a isso, a CGGPM promoveu a introdução de mão de obra escrava africana, a distribuição de sementes aos colonos e a comercialização dos produtos com a metrópole. Sendo assim, essa companhia monopolista se consolidou como a principal responsável pelo financiamento e pelo incentivo da estruturação da produção de algodão no Vale Amazônico (Couceiro; Silva, 2015).

Por conta da política de financiamento e de incentivo da CGGPM para a produção algodoeira na Amazônia colonial, o algodão brasileiro desempenhou um papel fundamental no processo de industrialização de diversos reinos da Europa, como França, Inglaterra e Portugal (Arruda, 2016). De acordo com Diego Martins e Felipe Melo (2019, p. 2), “os europeus desenvolveram novas formas industriais de economizar trabalho, instigando o desenvolvimento tecnológico e aumentando a produtividade ao ponto de baratear os tecidos”. Ao mesmo tempo, os mercados para o consumo do produto final e para a produção da matéria-prima alcançaram um crescimento a partir da segunda metade do século XVIII, incluindo o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Apesar da preferência pela fibra de algodão da Índia, os industriais, especialmente da Inglaterra, voltaram os olhares para a produção algodoeira do Atlântico Sul em virtude do alto custo de produção e de transporte do Oriente (Martins; Melo, 2019).

Nesse contexto, os franceses, ingleses e portugueses constituíram os “atores políticos centrais nas conflitivas relações internacionais que marcam a história europeia entre o final do século XVIII e o início do século XIX” (Arruda, 2016, p. 168). Enquanto a França enfrentava a falta do algodão da Índia, os obstáculos para o acesso ao mercado do Egito e a perda da região sul da América do Norte, a Inglaterra não apenas dominava as treze colônias americanas, como as da região sul, mas também contava com a reserva territorial das colônias obtidas ao longo do século XVIII, principalmente a Índia. Por sua vez, Portugal controlava uma extensa colônia na América do Sul, onde uma das plantas nativas era o algodão. Após as

autoridades governamentais e as companhias monopolistas do Império português demonstrarem interesse no desenvolvimento da conicultura, o algodão se tornou, entre as décadas de 1750 e 1780, “a mercadoria mais valiosa de duas regiões da América Portuguesa: Maranhão e Pernambuco” (Martins; Melo, 2019, p. 3).

Além do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão exportarem o algodão para Portugal, França e Inglaterra tornaram-se os principais compradores de algodão da Europa, importando cerca de 86% do algodão brasileiro que era produzido, em sua maioria, nas capitanias do Maranhão e do Pará e na capitania de Pernambuco (Arruda, 1980). A Capitania do Maranhão necessitava de mão de obra para o desenvolvimento da conicultura, uma vez que “contava com poucos trabalhadores livres e a mão de obra indígena era preferencialmente utilizada nas atividades de coleta e transporte fluvial” (Martins; Melo, 2019, p. 8). Os relatos de Eckart também citam a presença das mulheres indígenas no trabalho de separação da fibra do algodão; contudo, essa atividade se restringiu, aparentemente, ao espaço das missões religiosas do Vale Amazônico. Nesse sentido, a criação da CGGPM fomentou o tráfico negreiro, visando à obtenção da mão de obra escrava africana para o desenvolvimento da economia algodoeira (Martins; Melo, 2019).

Diego Martins e Felipe Melo (2019, p. 8) argumentam que “entre 1756 a 1788, Belém e São Luís importaram cerca de 30.000 africanos, 70% deles provenientes da Guiné e o restante de Angola”. Diante disso, o algodão contribuiu, na condição de produto de exportação, para a constituição de uma população majoritariamente negra na capitania do Maranhão a partir da segunda metade do século XVIII, revelando a dimensão social da planta nativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por esse motivo, adotamos no título da seção o ditado que Stuart Schwartz reproduziu no seu estudo sobre a escravatura e o comércio de escravos no Brasil do século XVIII e que caracterizou, de certa forma, a economia algodoeira no Amazônia colonial: “o branco algodão fez o Maranhão preto” (Schwartz, 1998, p. 113). Apesar do fim do monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão no ano de 1778, a mão de obra escrava africana continuou a manutenção da cultura do algodão na região amazônica.

### **3. 2. Seja “manso”, seja “bravo”: o cacau da Amazônia colonial**

Conforme Manuel Corrêa (1926), o cacauzeiro (*Theobroma cacao*) é uma árvore da família das esterculiáceas, configurando-se como uma árvore de médio porte que apresenta entre 6 e 12 metros de altura, nativa das florestas tropicais do continente americano. As folhas

do cacauero são alternadas, possuindo uma coloração verde escura na parte superior e pálidas na parte inferior. Possivelmente, o cacauero era a planta que tinha maior valor entre todas as plantas do continente americano antes do “descobrimento”, “apesar da sua distribuição geographica ser limitada, pois tem como extremos, de um lado a Amazonia e suas contravertentes peruanas e de outro lado o Mexico, exactamente a parte onde é mais estreita a faixa de terra que separa os oceanos Atlântico e Pacífico” (Corrêa, 1926, p. 363). O cacau, fruto do cacauero, apresenta sementes que “depois de fermentadas e secas transformam-se em amêndoas, que, por sua vez, ao serem torradas e moídas, dão origem a uma pasta que é a base da manteiga de cacau e do cacau em pó, este último a matéria-prima para o chocolate” (Martins; Melo, 2021, p. 232).

O cacauero é uma planta que está presente na história da Civilização Maia, marcada por períodos de conquista, decadência e renascimento, especialmente por meio de seu fruto, o cacau. Durante o século V, a cidade de Tikal, situada nas florestas do norte da Guatemala, conquistou a cidade de Uaxactún, tornando-se o principal centro político dos Maias no período Clássico Inicial. No entanto, as cidades-estados de Caracol e Calakmul passaram a exercer domínio sobre Tikal, que entrou em um período de decadência. A partir da segunda metade do século VII, o príncipe herdeiro do rei Crânio Escudo foi responsável pelo renascimento da cidade de Tikal e do apogeu da Civilização Maia no período Clássico Tardio (Porro, 1997). Mas afinal, qual a importância de uma planta como o cacauero na história dos Maias? Antonio Porro (1997) afirma que o nome *Ah Cacau*, do rei restaurador de Tikal, significa, na língua Maia, “o do cacau”.

Antes da conquista espanhola, o cacau já era conhecido e, até mesmo, cultivado pelas populações indígenas, entre elas as civilizações Maia e Asteca, sendo a espécie mais importante no contexto cultural e econômico, principalmente na Mesoamérica. Sendo assim, o cultivo do cacau possuía duas finalidades: a produção de uma bebida tônica e refrescante, que hoje conhecemos como chocolate, e a utilização das sementes como moeda corrente. Enquanto as elites maias e astecas consumiam a bebida produzida a partir do cacau em contextos rituais e cortesãos, as sementes do fruto do cacauero eram utilizadas como moeda corrente na Mesoamérica (Porro, 1997). Isso porque, “o cacau reunia aqueles que historicamente têm sido os atributos dos materiais de valor monetário: homogeneidade, divisibilidade, conservabilidade, relativa escassez e alto valor intrínseco” (Porro, 1997, p. 281). Portanto, o cacau assumiu um papel de destaque tanto na cultura quanto na economia das sociedades indígenas da Mesoamérica.

O chocolate tem como principal matéria-prima o cacau e “foi ‘descoberto’ pelos espanhóis por ocasião da conquista da América e, evidentemente, por seu intermédio se difundiu na Europa” (Lemps, 1998, p. 467). Antes disso, os astecas utilizavam o chocolate em cerimônias religiosas e, de acordo com os relatos de hispânicos, as sementes do cacau também eram utilizadas como moeda de troca, possibilitando a aquisição de escravos, metais, prostitutas, roupas, entre outros. Além disso, as sementes do cacau eram transformadas em manteiga, na qual os ameríndios misturavam outros ingredientes, entre eles pimentão, milho verde, urucum, cogumelos alucinógenos e frutas. As diferentes preparações transformaram o chocolate em afrodisíaco, alimento, bebida e, até mesmo, medicamento. Entretanto, os conquistadores não apreciavam o chocolate amargo e picante, mas, através da mistura com o açúcar que era produzido no México, a bebida conquistou o paladar espanhol (Lemps, 1998).

Por sua vez, as sementes de cacau eram enviadas ao rei Carlos V (1500-1558) pelos colonizadores espanhóis, que as secavam, torravam e misturavam em água quente ou fria para a produção de uma bebida bastante reconhecida na Espanha: o chocolate (Algranti, 2013). Como exemplo, o chocolate era consumido pelos hispânicos tanto pela manhã em jejum quanto pela tarde no final do século XVI. Enquanto as mulheres da aristocracia espanhola tomavam uma caneca da bebida no lanche, os religiosos demonstravam interesse pela bebida, criando uma controvérsia que durou até 1662: o chocolate quebrava ou não o jejum? Nesse período, “o crescimento da demanda espanhola provocou um certo esgotamento dos cacauzeiros do México e da Guatemala; assim, os espanhóis foram levados a fazer novas plantações na Venezuela” (Lemps, 1998, p. 468). Apesar do consumo de chocolate ter se difundido na Espanha, a bebida foi introduzida em cidades-Estado como Florença, Veneza e Nápoles, além de outros reinos da Europa, entre eles Alemanha, França, Holanda e Inglaterra (Lemps, 1998).

O México e a Guatemala, por exemplo, foram as principais zonas produtoras de cacau da Nova Espanha até o final do século XVI. No entanto, a pressão produtiva colonial na região, a queda demográfica da mão de obra indígena, as erupções vulcânicas destrutivas, as campanhas religiosas contra o cultivo de cacau e o aumento da competição entre as zonas produtoras contribuíram para a instabilidade das plantações de cacau na Mesoamérica (Melo, 2023). Consoante André Melo (2023, p. 186), “em meados do século XVII, o cacau proveniente da América do Sul tornou-se o produto de maior entrada na Nova Espanha, dando início ao que pode ser chamado de ciclo sul-americano da cadeia mercantil do cacau-chocolate”. Diante disso, as plantações de cacau de Guayaquil e da Venezuela disputaram, até meados do século XVIII, os mercados consumidores de chocolate, como a

Nova Espanha, estabelecendo um desenvolvimento econômico colonial no Pacífico e no Atlântico. O cacau do Estado do Grão-Pará e Maranhão, por sua vez, disputou o mercado europeu e, até mesmo, espanhol com o cacau venezuelano (Melo, 2023).

De acordo com Diego Martins e André Melo (2021), a expansão do capitalismo comercial no século XVIII contribuiu para o processo de popularização do chocolate na Europa, que rivalizou diretamente com as outras bebidas apreciadas pelo paladar europeu, como o café e o chá. Nesse cenário, a região amazônica assumiu o protagonismo nas exportações de cacau para a Europa entre a segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII (Figura 2). Isso porque, para além da relação milenar entre o cacauero, o cacau e as populações indígenas, “o poder de destruição dos europeus frente às civilizações mesoamericanas – fosse pela guerra, fosse pela via biológica – resultou em uma crise demográfica que afetou enormemente a produção/extração de cacau” (Martins; Melo, 2021, p. 234). Em virtude disso, o cacau amazônico conquistou o espaço deixado pelas populações dizimadas da região da América Central e do México no mercado atlântico, configurando-se como o principal responsável pelo consumo do chocolate na Europa até o século XIX.

**Figura 2** – [Theobroma cacao, Linn.].



**Fonte:** BNRJ (17--).

Na figura acima, visualizamos um desenho do fruto do cacau, produzido por Joaquim José Codina (?-1790), um dos dois desenhistas que participaram da viagem filosófica de

Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), realizada na segunda metade do século XVIII, e guardado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Esta imagem mostra meticulosamente a metade do fruto em primeiro plano, destacando sua estrutura interna, e as sementes do cacau em segundo plano, que constituem a principal matéria-prima na produção do chocolate na Europa. Para além disso, o desenho do fruto do cacau reflete o objetivo da viagem filosófica de documentar e estudar a natureza e a sociedade da região amazônica. A obra de Joaquim José Codina, portanto, não apenas documenta o cacau, mas também contribui para o entendimento da importância desse fruto na economia colonial.

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart não menciona a prática do consumo de chocolate, mas enfatiza as variadas formas de cultivo e os distintos tipos de cacau encontrados na Amazônia colonial. Assim, Eckart relata que

o Cacáo, como o Cravo, é o fruto que mais se negocia. O Cacáo também é cultivado, e a este os portugueses chamam de cacáo manso, porque o outro, de que há matas enormes, é o cacáo bravo. Em volta da cidade de Pará, bem como a 2 ou 3 dias de viagem dali, encontram-se tais plantações de Cacáo (Eckart, 1785, p. 507 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 82).

O excerto acima acerca do fruto do cacaueiro na região nos possibilita refletir sobre os aspectos ambientais, culturais e econômicos que envolvem essa planta amazônica. Em primeira análise, analisamos a relação econômica entre o cacau e o cravo durante esse período e, conseqüentemente, a importância econômica do cacau no comércio do Vale Amazônico com outras regiões do mundo. Outrossim, observamos a distinção entre o cacau “manso” e o cacau “bravo”, que pode revelar as percepções culturais, especialmente dos portugueses, em relação ao cacau cultivado na roça e coletado no sertão. Em última análise, refletimos acerca dos possíveis impactos ambientais causados pela coleta e pelo cultivo do cacau nas matas e roças da região, respectivamente. Esse trecho dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão sobre as dimensões ambientais, culturais e econômicas do fruto do cacaueiro na região amazônica.

Na primeira metade do século XVII, os primeiros padres jesuítas chegaram e ocuparam o território da Amazônia, “criando fazendas – também chamadas de reduções – nas quais, com autorização régia, os indígenas eram aldeados e encontravam algum refúgio dos caçadores de escravos” (Martins; Melo, 2021, p. 235). Embora as reduções, também conhecidas como missões, fossem voltadas para a catequização indígena, os jesuítas utilizaram a mão de obra indígena, visando à exploração econômica e a produção de alimentos para a subsistência das fazendas do Vale Amazônico. No início do período colonial,

a economia local “sempre esteve atrelada às atividades de coleta e extração de produtos da floresta, baseada na mão de obra cativa indígena que era controlada pelos jesuítas, os primeiros a explorarem economicamente de forma sistemática a região” (Martins; Melo, 2021, p. 235). Desse modo, os padres jesuítas organizaram fazendas, utilizaram a mão de obra indígena e desenvolveram atividades econômicas na Amazônia, entre elas a exploração do cacau.

Com base na experiência das Índias de Castela, especialmente na Venezuela, e no pioneirismo da Companhia de Jesus na exploração do cacau, a Coroa portuguesa estimulou o plantio e o cultivo desse fruto na região amazônica. Warren Dean (1991, p. 219) argumenta que a expansão açucareira no Caribe e a crise do Império português na Ásia foram elementos que levaram “os portugueses a investigar, depois de 1670, a conveniência de cultivar alguns dos produtos brasileiros até aquele momento simplesmente coletados”. A partir dos anos 1670, Portugal iniciou a concessão de terras aos habitantes para o plantio de cacau no Estado do Maranhão e Pará. No entanto, a carência de documentos nos impede de fazer uma análise sistemática acerca dos índices de produção e exportação do cacau entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Nesse contexto, a política de incentivo da Coroa portuguesa promoveu, a partir dos anos 1730, o avanço da exploração do cacau “manso” em detrimento do cacau “bravo”, resultando no crescimento da economia cacauífera que, por sua vez, não se configurou como uma atividade excludente na região (Chambouleyron, 2012).

Os relatos de Eckart também registram a presença de novas plantações de cacau, a criação de gado e a preparação do cultivo da cana de açúcar em engenhos e quintas do Vale Amazônico. Então, Eckart ressalta que

na já mencionada antiga quinta dos jesuítas, uma parte do campo era ocupada por árvores de Cacáo. Devido ao solo branco [*tabatinga*], a colheita não era abundante. Em 1753, vi pela primeira vez, a 2 ou 3 dias de viagem de Maranhão, em frente ao engenho de Maracú, uma plantação nova de Cacáo, muito bem arrumada. Essa quinta em Maracú, que pertencera aos jesuítas, tinha a extensão de 2 horas [*de caminhada?*] e duas casas que se situavam muito longe uma da outra. Na primeira havia criação de gado e na outra preparava-se a cana de açúcar (Eckart, 1785, p. 507-508 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 82).

A citação acima sobre o cultivo do cacau no engenho de Maracú contribui para a discussão acerca da expansão da sua cultura, a organização das plantações e a diversificação das atividades econômicas na Amazônia colonial. Primeiro, Anselm Eckart menciona uma antiga e uma nova plantação de cacau na região, indicando a expansão da sua cultura ao longo

do período. Segundo, Eckart destaca um tipo de solo branco, conhecido como *tabatinga*, que é responsável pela baixa produtividade agrícola na região. Terceiro, o padre Eckart discute a organização da plantação em frente a quinta em Maracú, que pertencia aos padres jesuítas, sugerindo um esforço consciente dos colonizadores para otimizar a produção de cacau. Quarto, Eckart aponta a coexistência da economia cacauzeira e de outras atividades econômicas, como a pecuária e a economia açucareira. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart nos permite conhecer as atividades econômicas que influenciaram a relação entre os colonizadores e as plantas no Vale Amazônico.

Segundo Manuel Dias (1962, p. 363), no início da segunda metade do século XVIII, “a Amazônia - cerca de dois terços da área total do Brasil - ainda enfrentava o problema de ligação com o mundo europeu”. Por exemplo, a estrutura orgânica inadequada, a deficiência de mão de obra e a ausência de equipamentos e recursos de capitais dificultavam o desenvolvimento de um comércio intercontinental entre a região amazônica e o Atlântico. No ano de 1755, o estabelecimento da CGGPM favoreceu a expansão mercantil por meio da aquisição de mão de obra africana, da moeda em espécie e da segurança de mercado consumidor europeu, promovendo uma transformação estrutural da Amazônia. Portanto, o Estado do Grão-Pará e Maranhão constituiu uma unidade geográfica que estava em crescimento não pelo seu poder político e militar, mas pela sua seiva irradiadora e motora da atividade econômica (Dias, 1962).

O mercantilismo pombalino contribuiu para a “libertação” do Vale Amazônico de uma espécie de servidão geográfica e, conseqüentemente, a inserção da Amazônia no comércio do Atlântico, do Mar do Norte, do Báltico e do Mar Mediterrâneo. Diante disso, o cacau exportado de Belém para Lisboa foi um dos principais produtos responsáveis pelo crescimento econômico da região amazônica entre os anos de 1756 e 1777. Contudo, outros gêneros amazônicos, entre eles o açúcar, o algodão, o arroz, a baunilha, o café, o cravo, o tabaco, a salsa, entre outros, também eram exportados para o mercado europeu, movimentando a economia da Amazônia. Dessa forma, o cultivo dos principais produtos exportáveis para a Europa, como o cacau, o café, o arroz, a salsa, o cravo e o tabaco, foi intensificado nas capitanias do Pará e de São José do Rio Negro (Dias, 1962).

Somado a isso, a pecuária, também citada por Anselm Eckart, configurou-se como uma atividade importante a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente nos campos de Rio Branco, no Baixo Amazonas e na ilha de Marajó, atribuindo um valor de troca intercontinental na economia da região. Sendo assim, observamos a coexistência entre diferentes atividades econômicas no Vale Amazônico descrita por Eckart em sua obra, onde o

cacau é um dos elementos da natureza importantes para a economia da Amazônia. Nesse sentido, Manuel Dias (1962) aponta que a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) internacionalizou a economia da região amazônica que, até então, era caracterizada por uma incipiente agricultura itinerante e de subsistência. Portanto, a política fomentista ultramarina do Marquês de Pombal transformou “em sua investida mercantilista a paisagem física, social e econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão” (Dias, 1962, p. 366).

O estabelecimento da CGGPM intensificou o processo de modificação do ecossistema amazônico iniciado ainda na segunda metade do século XVII, quando as plantas amazônicas foram cultivadas pelos moradores e as espécies de outras partes do mundo foram introduzidas pelos colonizadores na região. De acordo com Manuel Molina (1993), a chamada “Era Pré-Industrial”, isto é, o período do “descobrimento” e da colonização da América, foi responsável pela origem do problema ambiental moderno. Por sua vez, os europeus não apenas introduziram elementos da fauna e flora, considerados exóticos por eles, mas também exploraram os recursos naturais, entre eles as plantas, através da mão de obra indígena, visando à produção de renda para os reinos da Europa. O autor supracitado realiza uma discussão ambiental que, apesar de considerar o continente americano em sua totalidade, nos permite compreender a transformação do ecossistema amazônico durante o período colonial.

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, o ecossistema também foi modificado pela introdução de elementos da fauna e flora de outras regiões do planeta. Por um lado, a criação de gado em fazendas pelos pecuaristas e religiosos, incluindo o padre Eckart, ocupou uma parte do espaço amazônico que praticamente não tinha desenvolvimento da agricultura. Por outro lado, a plantação do cacau “manso” e de outras culturas, entre elas o algodão, a cana de açúcar e a canela, provocou o desmatamento de grande parte da floresta. Para além do ecossistema, a exploração do território amazônico pelos colonizadores transformou o modo de vida das comunidades indígenas que habitavam a região, pois eram, muitas vezes, escravizadas e utilizadas como mão de obra no plantio e na colheita dessas culturas nas plantações do Vale Amazônico (Lima, 2006). Desse modo, o cultivo de gêneros amazônicos e a introdução de espécies de outras partes do mundo, visando à produção de renda para os moradores e para a Coroa portuguesa, afetaram não apenas o ecossistema, mas também as sociedades indígenas da Amazônia.

### **3. 3. Não apenas da Índia, mas também da Amazônia: a exploração do cravo no Estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista**

No seu livro intitulado “O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”, Keith Thomas (2010, p. 272) argumenta que “por volta do século XVIII, o cultivo de árvores e o paisagismo tornaram-se passatempos característicos dos abastados, ao passo que uma paixão pelo cultivo de flores se difundia pela população em geral”. Além disso, as plantas enfrentaram um processo semelhante aos animais, que receberam três classificações no início do período moderno: selvagens, domésticos e de estimação. Nesse sentido, “embora pomares e bosques domésticos sempre tenham contado com a simpatia dos ingleses, a floresta fora considerada selvagem e hostil” (Thomas, 2010, p. 273). Conforme o autor, no caso das colônias na Nova Inglaterra, os colonos destruíram as árvores presentes nas regiões de matas e agrestes, já que eram interpretadas como habitat de animais, e não de humanos, e obstáculo ao progresso humano. Ao longo da colonização da América ibérica, os europeus compartilharam essa visão antropocêntrica do mundo e realizaram a exploração de diversas plantas da floresta (Thomas, 2010).

Desde o final do século XVI, os espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e portugueses exploravam os recursos naturais da região amazônica, buscando “alternativas de exploração e, conseqüentemente, se estabelecer naquela floresta que acreditavam ser tão promissora” (Donini; Santos; Fiori, 2015, p. 3385). Nesse período, Espanha e Portugal formavam a União Ibérica (1580-1640) e buscavam a preservação da posse do território e a navegação do rio Amazonas. Para isso, os lusitanos bloquearam o acesso à navegação do rio Amazonas e, em 1616, construíram o Forte do Presépio em Belém, estabelecendo o controle e a ocupação de grande parte da região amazônica (Donini; Santos; Fiori, 2015). Em seguida, os colonizadores concentraram seus esforços no reconhecimento, na extração e na comercialização de produtos naturais, como cascas, fibras, frutos, óleos, raízes e resinas, chamadas de drogas do sertão, “pois os reconheciam, em grande medida, como equivalente às especiarias carregadas nos portos da Ásia” (Donini; Santos; Fiori, 2015, p. 3386).

A partir do século XVIII, a exploração dos recursos naturais do Vale Amazônico aumentou consideravelmente, exigindo dos colonizadores uma grande dedicação de tempo. Os indígenas embarcavam nas canoas e navegavam pelos diferentes rios da Amazônia, adentrando o sertão amazônico em busca das drogas do sertão, entre elas o anil, a baunilha, o óleo de copaíba, a salsaparrilha, o cravo e os já mencionados algodão e cacau. Cinthia Donini,

Christian Santos e Marlon Fiori (2015, p. 3386) afirmam que “os registros históricos (relatos, ofícios, diários de viagens, cartas e corografias) sugerem que as árvores de pau-cravo eram abundantes na floresta Amazônica há trezentos anos”. As fontes documentais descrevem os “diversos aspectos dessa atividade extrativista: identificação dos locais de coleta, modo de extração, beneficiamento da casca e comercialização” (Donini; Fiori; Santos, 2016, p. 2).

Nos seus “Aditamentos”, o padre Eckart cita os nomes atribuídos e a raridade com que é encontrado o cravo. Logo, Eckart revela que “a casca da árvore ‘Krabbenholz’ parece ser o chamado cravo em português, e ele não se encontra com tanta frequência como o Cacáo” (Eckart, 1785, p. 505-506 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 81-82). Em primeiro plano, analisamos a diversidade cultural e linguística da região, observando as nomenclaturas utilizadas por ameríndios e lusitanos para se referirem ao cravo. Em segundo plano, observamos a dificuldade enfrentada por indígenas e religiosos para encontrar e realizar a coleta do cravo. Ao longo da pesquisa, não encontramos os usos indígenas do cravo, mas identificamos o conhecimento indígena acerca dos locais de coleta e dos meios de transporte da planta, que foi fundamental para a exploração do cravo. De acordo com André Pompeu (2021), os ameríndios tinham uma preferência pela coleta do cacau, que era abundante nas margens dos rios e cercado por cipós comestíveis, garantindo, portanto, sua alimentação durante a coleta do fruto. Por outro lado, o cravo era encontrado “em localidades isoladas, onde não havia nem água para se beber, nem caça para se comer” (Pompeu, 2021. p. 98).

No entanto, a falta de água e caça para beber e comer não foi o único fator determinante para o desinteresse indígena e a irregularidade da exploração do cravo. Rafael Chambouleyron (2022, p. 346-347) argumenta que “havia nessa dinâmica econômica uma série de variáveis que fazia das jornadas ao sertão e da extração uma atividade com menor regularidade”. Primeiro, as estiagens e cheias nos rios da região poderiam influenciar a circulação dos meios de transporte da planta. Segundo, as epidemias eram responsáveis pela mortalidade das populações indígenas, afetando diretamente a extração do cravo. Terceiro, a exploração do cravo era uma atividade predatória que rapidamente provocou a escassez da planta. Quarto, a floresta amazônica não era um vazio demográfico e, por isso, o encontro de grupos diferentes poderia ocasionar conflitos, afetando também a extração do cravo (Chambouleyron, 2022). Dessa forma, os fatores ambientais, biológicos e sociais determinaram o processo de exploração do cravo na região.

Os relatos de Eckart registram não apenas os nomes utilizados, mas também a forma, o sabor e os usos dessa planta amazônica. Assim, Eckart ressalta que

na região desses selvagens cresce muito cravo, assim chamado pelos portugueses; e pelos índios ybyrákyynha e pelos alemães canela americana, com a qual se parece e porque também é feito das cascas da árvore; mas ele não tem sabor de canela. Em Portugal, usam-no como especiaria e ouvi dizer que outras nações usam essa casca para tingir (Eckart, 1785, p. 480 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 67- 68).

O trecho acima sobre o cravo amazônico nos possibilita refletir acerca das nomenclaturas e significados culturais, dos usos locais e globais e dos impactos da exploração dessa planta na paisagem e no ecossistema da região. Inicialmente, os nomes atribuídos ao cravo pelos alemães, indígenas e portugueses no século XVIII revelam a diversidade cultural e linguística no Vale Amazônico. Diante disso, o cravo, que foi comparado com a canela americana pelos alemães, era utilizado por Portugal e outras nações como especiaria e corante, respectivamente. Em última análise, o cravo era uma planta em abundância no período e, por isso, a exploração excessiva do cravo gerou, possivelmente, impactos tanto na paisagem quanto no ecossistema da região, os quais são percebidos atualmente. Esse excerto dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão sobre a relação entre as plantas amazônicas, ou seja, o cravo, os elementos culturais e as práticas extrativistas na Amazônia setecentista.

Durante as expedições de coleta das drogas do sertão, ameríndios e europeus realizavam a extração de quase todas as plantas amazônicas que apresentassem um potencial econômico, especialmente a casca do cravo. Isso porque o pau-cravo estava presente “na região do baixo Amazonas e afluentes como o rio Tocantins, Tapajós e, principalmente, o rio Xingu” (Donini; Fiori; Santos, 2016, p. 5). O pau-cravo, também conhecido como cravo-do-Maranhão ou cravo-do-Pará, chamava bastante a atenção dos colonizadores, uma vez que fornecia uma casca aromática semelhante ao cravo e à canela da Índia, sendo bastante negociada pelos lusitanos no século XVIII (Donini; Fiori; Santos, 2016). Apesar das semelhanças nas aparências, no cheiro, nas propriedades e no sabor, o cravo da Índia e o cravo da Amazônia apresentavam diferenças no processo de coleta, extração e beneficiamento. Enquanto a exploração do pau-cravo estava concentrada nas cascas, a exploração do cravo da Índia visava principalmente as flores (Donini; Fiori; Santos, 2017).

Segundo Manuel Corrêa (1984), o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*) é uma árvore da família das lauráceas, constituindo uma árvore de médio porte que possui aproximadamente 20 metros de altura. As flores do cravo são pequenas, apresentando uma coloração rosa avermelhada e exalando um cheiro aromático, assim como as flores do cravo da Índia (*Syzygium aromaticum*). Mas afinal, como ocorria o processo de extração do

pau-cravo? Cinthia Donini, Christian Santos e Marlon Fiori (2015, p. 3388) apontam que “como a cravo era vendido em arrobas e o maior número delas garantia um lucro maior para os portugueses, a extração da casca de pau-cravo era um processo nada metódico”. Os indígenas, que foram submetidos ao regime de escravidão, e os colonizadores eram responsáveis pela coleta das drogas do sertão e pela derrubada das árvores do pau-cravo visando à extração da casca. Logo após, esses personagens cortavam, colhiam e carregavam as cascas do cravo para as canoas sem a preocupação com o desperdício das árvores cortadas, devido à abundância da planta na floresta amazônica (Donini; Santos; Fiori, 2015)<sup>9</sup>.

Ademais, “depois de cortada a árvore e retirada a casca, o próximo passo era beneficiar a casca. Isso era feito de duas maneiras, os chamados *cravo grosso* e *cravo fino*” (Donini; Santos; Fiori, 2015, p. 3389). Enquanto o cravo “grosso” consistia em enrolar e secar as largas tiras as cascas do pau-cravo, da mesma forma que a canela, o cravo “fino” consistia em raspar as cascas do pau-cravo para alcançar a espessura fina de uma folha de papel, demandando a ampliação da mão de obra.

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart descreve o processo de exploração do cravo. Então, Eckart relata que

o cravo dá muito trabalho, pois primeiro as árvores devem ser procuradas nas selvas, uma vez que, ao contrário do Cacáo, elas não crescem juntas. Quando a casca é retirada das árvores, ela é segura sobre uma fogueira para que, aos poucos, como a canela, possa ser enrolada. A casca também é bem raspada e por fora limpa de toda impureza; isto chama-se cravo fino; mas quando as asperezas permanecem sobre a casca é conhecido por cravo grosso; e este é mais barato (Eckart, 1785, p. 506 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 82).

A citação acima acerca da coleta do pau-cravo contribui para a discussão sobre as dificuldades na extração do pau-cravo, o processamento pós-coleta do cravo e os tipos de pau-cravo. Em primeira análise, identificamos as diferenças entre os processos de coleta do pau-cravo e do cacau e, conseqüentemente, compreendemos os métodos de processamento do cravo, como a secagem da casca sobre uma fogueira. Além disso, observamos a distinção estabelecida entre o cravo “fino” e o cravo “grosso”, que pode refletir não apenas características físicas, mas também variações na qualidade e no valor atribuídos ao pau-cravo. Esse fragmento dos relatos de Anselm Eckart nos permite conhecer o processo de exploração

---

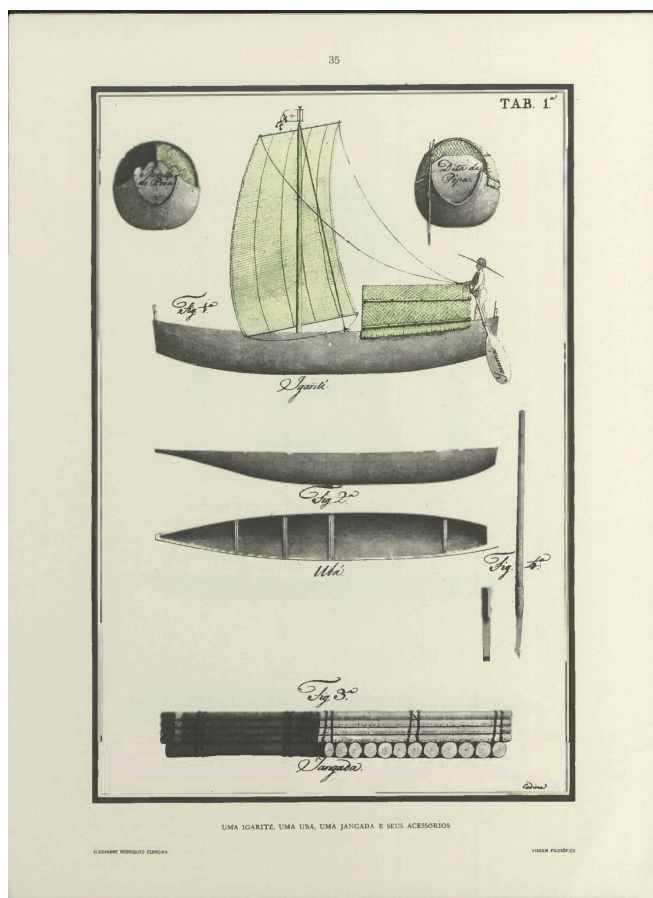
<sup>9</sup> Os estudos de Cinthia Donini, Christian Santos e Marlon Fiori utilizaram diversas fontes históricas acerca da Amazônia colonial para discutir as conseqüências ambientais da colonização portuguesa na região. De acordo com os autores, a extração do pau-cravo pelos colonizadores portugueses contribuiu para a escassez dessa planta que, há 300 anos, era abundante no Vale Amazônico e, nos dias atuais, está ameaçada de extinção (Donini; Santos; Fiori, 2015).

do cravo, revelando as formas de coleta, o processamento e os diferentes tipos desse gênero amazônico.

Embora tenham sido importantes ao longo do período colonial, o conhecimento e o domínio indígenas sobre os usos das plantas amazônicas não determinaram o uso e o interesse europeus no cravo amazônico. De acordo com Rafael Chambouleyron (2022), as semelhanças com o cravo e a canela da Índia foram responsáveis por mediar a compreensão dos lusitanos acerca do cravo do Maranhão. Somado a isso, “a perda das possessões orientais pelos portugueses e o seu afastamento das rotas do comércio das especiarias asiáticas será justamente uma das principais razões que justificaram o interesse inicial pela planta amazônica” (Chambouleyron, 2022, p. 331). Portanto, observamos uma associação entre o cravo do Maranhão e o cravo da Índia que foi estabelecida não apenas pelos portugueses, mas também pelos alemães, franceses, entre outros, durante os séculos XVII e XVIII.

Entretanto, o cultivo do pau-cravo não se desenvolveu na região amazônica e, por isso, “o cravo do Maranhão só seria explorado por meio da extração da casca da árvore nos diversos sertões onde era encontrada” (Chambouleyron, 2022, p. 338). O conhecimento e o trabalho indígenas tiveram um papel fundamental ao longo da exploração do pau-cravo, pois “de um lado, eram os índios que remavam e conduziam as canoas pelos rios. De outro, eram eles que conheciam as matas e as terras firmes por onde se entrava para a colheita da casca” (Chambouleyron, 2022, p. 340). Nesse cenário, diferentes categorias sociais, entre elas os pilotos, remeiros e proeiros, tiveram reconhecimento das autoridades coloniais e receberam salários fixados durante os séculos XVII e XVIII. Os diversos tipos de embarcações, como igarités e ubás, com capacidades e funcionalidades diferentes, também foram importantes para o funcionamento da economia colonial (Figura 3).

**Figura 3** – Uma igarité, uma ubá, uma jangada e seus acessórios.



**Fonte:** Ferreira, 1971, p. 35.

Na figura acima, visualizamos uma iconografia com três barcos característicos do período colonial, que foi publicada na obra intitulada “Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)”, elaborada pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, e preservada pela Biblioteca Nacional de Portugal. Nesse contexto, as embarcações eram instrumentos fundamentais para a realização das viagens, principalmente de exploração e de transporte, na Amazônia e “foram utilizadas como o único meio de transporte possível no intricado labirinto fluvial amazônico” (Domingues, 1991, p. 82). Por esse motivo, “a associação entre as técnicas e os saberes indígenas e portugueses contribuiu para a produção de barcos cômodos, leves, rápidos e seguros para o transporte de uma alta quantidade de pessoas e de produtos nos rios do Vale Amazônico” (Silva; Kettle, 2022, p. 79). Desse modo, a interação entre o saber ameríndio e o saber europeu possibilitou a construção de diversos tipos de barcos, entre elas as igarités, ubás e jangadas representadas na imagem acima, que não apenas se adaptavam às condições naturais, mas também aos objetivos das viagens realizadas na região (Domingues, 1991; Kettle, 2015).

Assim como o conhecimento das técnicas de construção e navegação fluvial, os ameríndios possuíam o conhecimento dos locais de coleta das drogas do sertão, como o cravo do Maranhão. Sendo assim, as autoridades locais ofereciam um prêmio para os indígenas realizavam a extração das cascas do pau-cravo. Por outro lado, as autoridades locais criavam diversos tributos, entre eles os dízimos do cravo e cacau e o novo imposto das canoas, que geravam lucros para a Coroa portuguesa (Chambouleyron, 2022). Além disso, “a casca de pau-cravo era uma droga-do-sertão que poderia ser utilizada de diferentes formas e para diferentes fins, na culinária, na tinturaria, na medicina” (Donini; Fiori; Santos, 2016, p. 2). Como exemplo, o tratamento de feridas era realizado com bálsamos e óleos produzidos através do cravo, a coloração violeta escura da casca do pau-cravo proporcionava um pigmento de coloração preta, que poderia ser utilizada para tingir, conforme citado por Eckart na sua obra, e o cravo era utilizado como condimento por conta do aroma e do sabor de especiaria.

Em último plano, após a extração das cascas do pau-cravo, os comerciantes se deslocavam para Belém e o cravo “grosso” e o cravo “fino” eram, muitas vezes, exportados para Lisboa, onde poderiam ser comercializados tanto em Portugal quanto em outros reinos da Europa. Outrossim, os comerciantes poderiam trocar a casca do pau-cravo pelos produtos europeus, que eram importados por naus que vinham de Lisboa, no porto de Belém (Donini; Santos; Fiori, 2015, p. 3389). Rafael Chambouleyron (2022, p. 345) argumenta que “desde finais do século XVII, o cravo do Maranhão passa a ser enviado em quantidades consideráveis dos sertões da Amazônia para Lisboa”. No entanto, os dados acerca da exportação do cravo amazônico para Portugal são fragmentados e, somente a partir do ano de 1730, esses dados são regulares em virtude do levantamento sistemático realizado pela alfândega da Capitania do Pará na década de 1770 (Chambouleyron, 2022).

### **3. 4. “O pão nosso de cada dia”: a mandioca como base da colonização**

Conforme Diogo Cabral (2014), a alimentação na América portuguesa, especificamente na região da Mata Atlântica, era baseada no modelo de condimentos periféricos, entre eles a carne e a pimenta, ao redor de um núcleo amiláceo<sup>10</sup>. Nesse sentido, “o papel nuclear foi desempenhado por um arbusto lenhoso que cresce de um metro e meio a

---

<sup>10</sup> O núcleo amiláceo é uma estrutura presente em algumas células vegetais que serve como reserva de amido, que é um tipo de carboidrato. Esse núcleo pode ser encontrado em plantas que possuem órgãos de reserva ricos em amido, que são importantes fontes de energia. O amido é extraído das partes amiláceas de cereais, como o arroz, o milho e o trigo, raízes, entre elas a mandioca, ou tubérculos, como a batata e o inhame (Bertolini, 2021).

quatro metros de altura, mas cuja parte mais importante é a raiz altamente amilácea: a mandioca, *Manihot esculenta*” (Cabral, 2014, p. 205-206). A mandioca é uma planta adaptada às áreas de transição entre a floresta e o cerrado, ocorrendo em um “cinturão que parcialmente circunda a bacia amazônica, indo desde o leste da Bolívia e do Peru, passando pelo noroeste brasileiro e daí o norte, em direção as Guianas e, finalmente, até o sul da Venezuela” (Cabral, 2014, p. 206). Além disso, esse arbusto migrou, com os intercâmbios de produtos e as migrações humanas, da Amazônia Ocidental até a Mata Atlântica. Fernand Braudel (1997) afirma que os alimentos vegetais obtidos a partir da agricultura constituíram a base da alimentação humana entre os séculos XV e XVIII e as chamadas “plantas dominantes ou de civilização”, como o arroz, o trigo e o milho, influenciaram a vida material e, até mesmo, a vida psíquica das sociedades do Oriente, da Europa e da América, respectivamente.

Apesar de Braudel não citar a mandioca em sua análise, consideramos essa raiz uma “planta dominante ou de civilização”, já que exerceu um papel importante na região amazônica. Isso porque, antes da conquista portuguesa, a mandioca já era cultivada e consumida pelas sociedades indígenas da Amazônia desde 5000 a.C., possivelmente coexistindo “com a pesca e a caça de animais pequenos, que forneceriam, juntamente com a coleta de frutos de palmeiras e castanhas, a proteína necessária para a sobrevivência humana” (Schaan, 2009, p. 65). Somado a isso, de acordo com Anna Roosevelt (1992), o cultivo da mandioca na Amazônia brasileira ocorreu anteriormente a domesticação desse vegetal na região da costa do Peru em 1000 a.C. Ademais, a mandioca foi um dos elementos da natureza responsáveis pela sedentarização do ser humano na Amazônia, constituindo uma fonte de energia para os indígenas do alto, médio e baixo Amazonas (Roosevelt, 1991). Portanto, o consumo da mandioca pelas populações indígenas na região amazônica é mais antigo do que o contato com os europeus ocorrido a partir do século XVI.

A farinha de mandioca possuía duas características importantes para a construção e funcionamento do Mundo Atlântico na Época Moderna: 1) a conservação; e 2) a transportabilidade. Durante o processo de colonização da América e de formação dos impérios no Atlântico, “o alimento indígena foi adotado, fundamentalmente, em duas funções: o militar e o do aprovisionamento das viagens marítimas” (Santos, 2023, p. 222). A farinha de mandioca cumpria uma dupla função militar: servia tanto para a alimentação das tropas regulares e de combate quanto como forma de pagamento. Em segunda análise, a farinha de mandioca era utilizada pelos europeus como alimento de transporte, que foi integrado às redes de navegação atlântica. A mandioca também realizou algumas mediações no contexto da economia açucareira no Estado do Brasil: 1) a plantação de mandioca como uma introdução

ao regime de engenho; e 2) a aquisição de escravos da África através da produção de farinha (Cabral, 2014).

Na floresta amazônica, a mandioca, principalmente na forma de farinha, contribuiu para a sustentação do processo de colonização no Estado do Maranhão e Grão-Pará. De acordo com Roberto Cruz (2013), a farinha de mandioca constituiu a principal fonte alimentar das sociedades indígenas, servindo como matéria-prima para a produção de beijus e de bebidas, elementos fundamentais para a alimentação e a cultura indígenas. A farinha de mandioca também estava intrinsecamente associada às lendas e aos mitos que compunham a identidade cultural dos indígenas da região. Diante disso, o colonizador português empregou a farinha de mandioca como moeda de troca para a obtenção da mão de obra escrava indígena, devido à relevância da farinha de mandioca na dieta indígena; o abastecimento do Estado do Maranhão e Grão-Pará durante os períodos de crise na metrópole; e a alimentação dos administradores, comissários e missionários envolvidos nos trabalhos de demarcação das fronteiras entre as possessões espanhola e portuguesa na região (Figura 4).

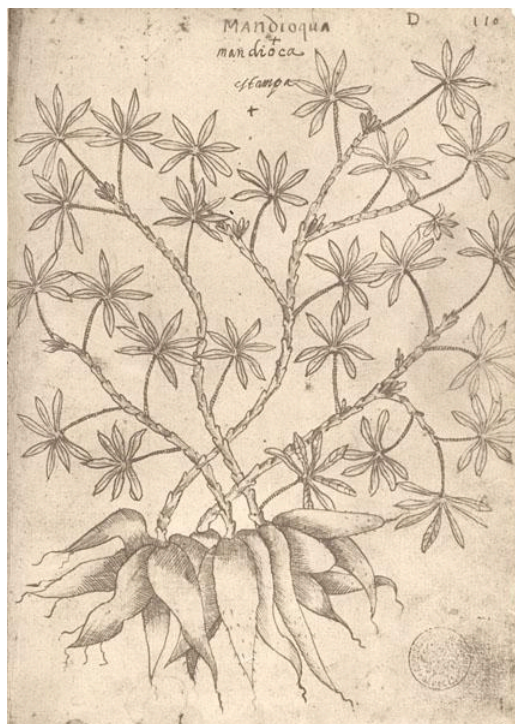
Em 13 de outubro de 1760, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, enviou um ofício para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual destaca a importância das plantações de mandioca na Capitania do Pará. No seu ofício, Melo e Castro escreve que

a Ordem que S. Maje. me dirige na carta de V. Exa. de 15 de junho deste presente anno sobre o cuidado, q' devo ter nas plantacoes da Mandioca, como um dos principaes objectos e interesse das Povoações, tenho aplicado todo o disvelho, e incessantemente faço praticar o seu uso, lembrando, e persuadindo, á todos estes Povos o importante, util, e consequente fructo, q' decorre deste precioso trabalho, nao só para a subsistencia da vida com fartura, mas ainda pa. o augmento da opulencia; [e] da minha parte isto mesmo advirto ao Intendente geral, q' lhes persuada a todos, não só para utilid<sup>o</sup>. dos moradores desta Capitania, mas pa. efficaz execução, e observancia das Ordens de S. Maje (AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 47, Doc. 4298).

O excerto acima sobre o cultivo da mandioca na Capitania do Pará nos possibilita refletir acerca da importância dessa planta amazônica ao longo do período colonial. Primeiro, observamos os esforços do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão para conscientizar e promover o cultivo da mandioca entre as populações locais, não apenas para a subsistência com abundância, mas também para o aumento da riqueza da Capitania do Pará. Segundo, analisamos a utilidade da planta para os habitantes locais, ressaltando a

importância das plantações de mandioca na região. Esse trecho do ofício enviado por Manuel Bernardo de Melo e Castro contribui para a discussão sobre a importância alimentar e econômica dessa planta tanto para os habitantes locais quanto para a Coroa portuguesa no chamado “tempo das demarcações” na Amazônia.

**Figura 4 – Mandioca.**



**Fonte:** AHU (1967).

Na figura acima, visualizamos um desenho da raiz de cassava, conhecida como mandioca, encontrado pelo Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652) durante seu trabalho religioso na Ilha do Maranhão entre 1625 e 1635, publicado na obra “História dos animais e árvores do Maranhão” em 1967 e guardado pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Esta imagem detalha as características da planta, enfatizando a forma das folhas e a estrutura das raízes da mandioca, que constituiu a base da alimentação no período colonial, sendo consumida de várias formas pelas populações da região. Por sua vez, o trabalho do Frei Cristóvão de Lisboa é um exemplo significativo de como a documentação das plantas amazônicas era integrada às atividades missionárias realizadas pelos membros de diferentes ordens religiosas presentes na Amazônia colonial.

Os relatos de Eckart abordam os nomes atribuídos à mandioca e também aos seus locais de plantação no Vale Amazônico. Logo, Eckart ressalta que

a raiz de cassava deve ser aquela chamada no Brasil de Mandióca. A farinha chama-se oi e entre os portugueses farinha de páo, por parecer-se muito com a serragem. O campo em que essa Mandióca é plantada, os portugueses chamam de roça e os índios de copixába [*capixaba*] (Eckart, 1785, p. 488 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 71).

A citação acima acerca da mandioca na América portuguesa contribui para a discussão sobre as dimensões biológicas, culturais e sociais dessa planta amazônica. Em primeiro plano, Eckart menciona a raiz da mandioca, chamada de Mandióca, destacando a planta Cassava, que é uma fonte importante de carboidratos na dieta humana. Em segundo plano, Anselm Eckart aborda as diferentes nomenclaturas utilizadas pelos ameríndios (oi) e pelos lusitanos (farinha de páo) para se referirem à farinha de mandioca, revelando a diversidade cultural e linguística na região. Em último plano, Eckart compara os nomes atribuídos aos locais de plantação da mandioca, chamado de roça pelos portugueses e de copixába pelos indígenas, podendo refletir acerca dos diferentes tipos de ambiente na região. Esse fragmento dos “Aditamentos” do padre Eckart nos possibilita refletir acerca da relação das populações indígenas e dos colonizadores portugueses com a mandioca na Amazônia setecentista.

Na Amazônia colonial, o ambiente era bastante diversificado e possuía uma variedade de ecossistemas e paisagens, entre eles sertões, rios, pastos e roças, que, de certa forma, influenciaram as sociedades que residiam na região. Essa diversidade ambiental proporcionava diferentes oportunidades e desafios para os habitantes locais, como indígenas, portugueses, entre outros. Enquanto os sertões eram as áreas mais adequadas para a coleta das drogas do sertão, entre elas o cacau “bravo” e o pau-cravo, os rios eram as áreas mais propícias para a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Os pastos surgiram como resultado da expansão da pecuária, principalmente na ilha de Marajó, provocando mudanças significativas nos ecossistemas e nas paisagens da região. Por outro lado, as roças, estabelecidas em áreas desmatadas da floresta, representavam uma forma de interação humana com o ambiente, onde as plantas amazônicas, como o algodão, o cacau “manso”, a mandioca e o tabaco, eram cultivadas para o desenvolvimento da agricultura de subsistência e de exportação.

Paula Silva (2017, p. 75) argumenta que “a espécie de mandioca-brava da qual se pode fabricar farinha contém ácido prússico, substância venenosa que, se não for completamente extraída quando do preparo, pode causar intoxicação ou mesmo a morte de quem aingere”. Por isso, os ameríndios, especialmente as mulheres, peneiravam a massa resultante da ralação da mandioca com água. Nesse processo, o líquido venenoso era recolhido em uma panela,

enquanto a massa era transferida para o tipiti, que é uma espécie de espremedor feito de palha trançada, com formato cilíndrico e funcionamento baseado em um sistema de alavancas. Sendo assim, esse instrumento era utilizado pelos indígenas para extrair o sumo presente na massa da mandioca. Em seguida, “esse sumo, também conhecido como tucupi, é depois aquecido ou deixado ao sol, para que evapore qualquer resíduo de ácido prússico, até adquirir a cor e a consistência do melão de cana” (Silva, 2017, p. 75).

Nos seus “Aditamentos”, o padre Eckart explica os processos de ralação da raiz e extração do líquido venoso da mandioca na aldeia de Caetés, evidenciando os usos de instrumentos como o ralador e o tipiti. Assim, Eckart revela que

ralada a mandioca, a [sua] massa é metida aos poucos num tubo suspenso [o tipiti], trançado de juncos, de três varas de comprimento e o sumo nela contido é todo espremido. Ele é considerado mortífero, de modo que cachorros e outros animais que dele bebem logo depois morrem (Eckart, 1785, p. 489 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 72).

O trecho acima sobre a ralação da raiz e a extração do líquido venoso da mandioca nos possibilita refletir acerca das etapas de produção da farinha de mandioca. De um lado, identificamos as duas primeiras etapas do processo produtivo, a ralação e a extração, que são práticas tradicionais de processamento de alimentos na região amazônica. De outro lado, observamos as consequências prejudiciais do sumo da mandioca, que resultaram na morte de vários animais da região, entre eles os cães, indicando que as sociedades indígenas adquiriram um conhecimento profundo sobre as propriedades tóxicas e práticas de processamento seguro da mandioca. Esse excerto dos relatos de Anselm Eckart contribui para a discussão acerca das práticas tradicionais de processamento da farinha de mandioca e dos cuidados necessários para o consumo da mandioca na Amazônia setecentista.

As plantas amazônicas possuem propriedades medicinais e tóxicas que podem salvar ou tirar a vida dos animais humanos e não humanos. Como vimos anteriormente, o consumo do sumo da mandioca, obtido no processo de extração da massa da raiz da planta, era altamente perigoso, causando a morte de cães. O astrônomo bolonhês Giovanni Ângelo Brunelli (1722-1804), que foi membro da Comissão Demarcadora de Limites, também descreveu a morte de animais provocada pela ingestão do líquido venoso da mandioca em seus relatos de viagem. No seu escrito intitulado “Sobre a Mandioca” (1767), Brunelli destaca que “todos os animais, (...) se beberem desse suco em maior quantidade do que se pode, têm uma morte preparada e pronta. Primeiro, o corpo começa a tremer e a inchar muito, logo se seguem as vertigens; em seguida, o frio nas extremidades dos membros e, por fim, a morte”

(Papavero *et al.*, 2010, p. 522). Os animais podem até receber a empatia e exercer a moral citada por Emanuelle Coccia, mas as plantas, especificamente a mandioca, podem ser fatais para os animais humanos e não humanos caso não sejam preparadas e consumidas adequadamente.

Com a retirada do sumo da mandioca, os ameríndios moldavam a massa no formato de bolos e iniciavam o processo de secagem, expondo a massa da mandioca ao sol. Logo após, esses bolos, também conhecidos como “pães”, eram depositados em um tacho raso de barro, umedecidos com água e torrados sobre o fogo, dando origem ao produto final que é chamado de beiju. Por sua vez, “os beijus indígenas eram em tudo parecidos com os filhós portugueses, tanto em sua forma redonda quanto no gosto insosso e aderente à boca” (Silva, 2017, p. 76). Embora o beiju tenha sido muito apreciado tanto pelos indígenas quanto pelos lusitanos, “a farinha se estabeleceu como o ‘pão do Brasil’. Por ser de fácil armazenamento e conservar-se bem durante longo período, revelou-se excelente produto de troca, após os primeiros contatos com o colonizador” (Silva, 2017, p. 76).

Os relatos de Eckart destacam o consumo de farinha e a preparação de um bolo, também conhecido como beiju, nas aldeias missionárias de Abacaxis e de Trocano e em outras missões religiosas da região. Então, Eckart ressalta que

nas duas missões de Abacaxis e de Trocáno, no rio Madeira, os índios pouco consomem dessa farinha branca ou amarela; eles preparam diariamente dessa farinha um bolo tão grande quanto precisam para a necessidade da casa, e a que chamam bejú. [...] Em outras missões também se preparam bejú, mas eles não são tão grossos e macios como os do rio Madeira, mas secos e finos. Estes se conservam, porém, por mais tempo e são muito usados em viagens (Eckart, 1785, p. 491-492 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 72-73).

A citação acima sobre os produtos derivados da mandioca contribui para a discussão acerca dos hábitos alimentares dos ameríndios, das variações na preparação do beiju e dos métodos de conservação do alimento. Inicialmente, Eckart observa que os indígenas não consomem uma grande quantidade de farinha, preferindo o consumo cotidiano do beiju, que não apenas serve como alimento, mas também constitui uma expressão cultural. Além disso, Anselm Eckart indica que os beijus das aldeias missionárias de Abacaxis e de Trocano são grossos e macios, ao contrário dos beijus das outras missões religiosas da região que são finos e secos, mostrando uma diferença na textura do alimento. Em última análise, Eckart ressalta que os beijus finos e secos são duráveis e práticos e, em virtude disso, são utilizados em situações de viagem. Nesse fragmento dos “Aditamentos” do padre Eckart é possível perceber

a importância da mandioca no cotidiano, na cultura e na subsistência das sociedades da Amazônia.

Para além disso, após o processo de torragem, os ameríndios realizavam o resfriamento e o armazenamento da farinha de mandioca “em grandes cestos trançados de folhas de palmeira (...) forrados internamente com folhas de bananeira ou sororoca, que impediam a entrada de ar, água ou mesmo luz, garantindo assim sua conservação por um longo tempo” (Silva, 2017, p. 80). Durante o período colonial, a farinha de mandioca, também conhecida como farinha de “guerra” ou farinha de “pau”, foi a principal provisão não apenas das guerras entre os indígenas, mas também das guerras entre os lusitanos e os ameríndios na região. Contudo, “foi sobretudo por seu caráter itinerante e rústico e pela durabilidade garantida com o modo original de conservação que a farinha de guerra passou da qualidade de comida indígena ao *status* de alimento colonial” (Silva, 2017, p. 80).

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart descreve as estratégias de armazenamento e conservação da farinha de mandioca no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Logo, Eckart relata que

esta farinha brasileira, assim preparada, é depois colocada em cestos de malha aberta e, para que nada caia das amplas aberturas, eles são forrados por dentro com grandes folhas, que em cima também fecham a boca e, colocados num fumeiro, conservam bem [*a farinha*] por muitos meses. Tais cestos são trançados de duas maneiras: alguns são pontudos embaixo, alargando-se para cima; outros são menores, mas com um bojo grande e uniforme (Eckart, 1785, p. 490 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 72).

O excerto acima acerca dos métodos de estocagem da farinha brasileira demonstra as técnicas empregadas pelos indígenas no armazenamento e na conservação da farinha de mandioca em uma região caracterizada pelo clima quente e úmido. Diante disso, o padre Eckart destaca a utilização de recursos locais, como os cestos de malha e as grandes folhas, no processo de conservação da farinha de mandioca. Em seguida, Eckart descreve duas formas de trançado dos cestos, pontiagudo e uniforme, que podem refletir adaptações específicas às condições ambientais da região. Por último, observamos que os diferentes tipos de cesto eram utilizados não apenas para a conservação, mas também para o transporte e a distribuição da farinha de mandioca no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Desse modo, Eckart contribui para a discussão acerca da interação entre as práticas de conservação da farinha de mandioca e as formas de adaptação às condições ambientais na Amazônia.

Segundo Luís Câmara Cascudo (1967), vários cronistas registraram suas percepções sobre a mandioca ao longo de suas viagens pela América portuguesa. Como exemplo, o pastor francês Jean de Léry documentou, em meados do século XVI, a prática indígena de consumir farinha seca pela boca sem derramar nenhum resíduo. Nesse cenário, os indígenas da nação Tupinambá, habituados desde a infância a consumir farinha seca em vez do pão, inseriam quatro dedos da mão em uma vasilha de barro ou em qualquer outro recipiente. Em seguida, os ameríndios puxavam os grãos de farinha, lançando-os com grande destreza na boca, sem derrubar qualquer resíduo, mesmo a uma longa distância. Por sua vez, os franceses buscavam reproduzir essa prática indígena, no entanto, acabavam sujando completamente o rosto com os grãos de farinha. Dessa forma, “o hábito ficou no brasileiro do povo, especialmente o do interior” (Cascudo, 1967, p. 103).

Os relatos de Eckart mencionam, da mesma forma que Jean de Léry, a técnica adotada pelas populações indígenas para consumir a farinha de mandioca e também a tentativa dos colonizadores portugueses de imitar essa mesma técnica. Assim, Eckart descreve que

a maneira de comer esta farinha espanta o estrangeiro, pois no lugar de colher, faca e garfo, os índios usam os três dedos médios para pegar a farinha, atirando-a com tanta arte na boca que nenhum grãozinho cai de lado. Os portugueses os imitam, mas alguns mais bem educados, assim como os clérigos regulares, usam uma colher que fica na farinheira para jogar a farinha à maneira americana na boca a fim de não molhar a colher (Eckart, 1785, p. 493 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 73).

A citação acima acerca dos modos de consumo da farinha permite observar a ocorrência de um processo de transculturação. Os ameríndios dispensavam o uso de utensílios, como colher, faca e garfo, preferindo o uso dos dedos para consumir a farinha de mandioca. Outrossim, essa prática alimentar propriamente indígena revela a diversidade cultural na região amazônica. Os lusitanos, por sua vez, buscavam reproduzir essa prática indígena e, em alguns casos, faziam ajustes, optando pelo uso da colher em vez dos três dedos da mão. Portanto, isso demonstra o processo de intercâmbio cultural e a adaptação entre diferentes grupos étnicos na região, evidenciado pelos hábitos alimentares e pelas trocas culturais ocorridas entre indígenas e portugueses no Vale Amazônico.

Desse modo, Anselm Eckart discute, nos seus “Aditamentos”, os tipos de plantação da mandioca, os processos de produção e conservação e os modos de consumo da farinha, mas não revela sua dimensão econômica. A mandioca, ao contrário do algodão, cacau e tabaco, por exemplo, não era um gênero amazônico voltado para a exportação, visando o

desenvolvimento econômico da região. A farinha era, por outro lado, um elemento fundamental para a aquisição da mão de obra escrava indígena, o abastecimento do Estado do Maranhão e Grão-Pará e, conseqüentemente, a alimentação durante os trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites na Amazônia colonial. Portanto, a Fazenda Real foi um mecanismo importante para a circulação da farinha de mandioca na região, “pois ela arrecadava o produto pela derrama, pelo pagamento de dízimos e impostos, posteriormente, direcionando-a de acordo com as necessidades, portanto, as autoridades coloniais recolhiam as farinhas e distribuía-na para quem não podia produzir” (Cruz, 2011, p. 99).

A cultura alimentar da mandioca foi apropriada e consumida pelos colonizadores portugueses. O conceito de transculturação da linguista estadunidense Mary Louise Pratt nos auxilia na compreensão dessa troca cultural ocorrida na Amazônia. No seu livro intitulado “Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação” (1999), a autora utiliza o conceito de transculturação para abordar tanto as incorporações de aspectos da cultura nativa pelos europeus quanto as incorporações de aspectos da cultura europeia pelos nativos, que possibilitam a construção de representações assimiladas pelo olhar imperial e colonial e a constituição de um universo cognitivo considerado como originariamente europeu (Pratt, 1999). Dessa forma, o consumo da farinha de mandioca pelos ameríndios e, conseqüentemente, pelos europeus caracteriza-se como “uma das mais expressivas formas de trocas culturais, ocorrida através do contato entre índios e portugueses, no contexto de colonização do Estado do Maranhão e Grão-Pará” (Cruz, 2013, p. 107).

### **3. 5. Entre ameríndios e europeus: o consumo do tabaco no Vale Amazônico**

Em sua obra chamada “Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)” (2011), Alfred Crosby (2011, p. 157) aponta “três espécies gerais de formas de vida, que atravessaram muitas vezes as costuras da Pangeia e prosperaram nas colônias, nem sempre por iniciativa europeia (muitas vezes sem ela e até apesar dela): ervas, animais bravios e patógenos associados à humanidade”. Por exemplo, as ervas são plantas que se espalham rapidamente e derrotam facilmente outras na competição pelo solo alterado por deslizamentos, enchentes, incêndios, entre outros. Durante a conquista ibérica, áreas de solo alterado foram criadas em diversas regiões do continente americano, entre elas as Antilhas e o México, e, por isso, as ervas importadas da Europa ocuparam espaços que foram atingidos pelo desmatamento das florestas, desenvolvimento dos rebanhos e estabelecimento das

plantas exóticas na natureza (Crosby, 2011). Apesar disso, uma das ervas nativas conquistou os “conquistadores” da América: o tabaco (*Nicotiana tabacum*).

O período das grandes navegações não deve ser estudado completamente sem a inclusão da interação entre os europeus e as plantas da América. Além disso, os costumes, usos e saberes sobre a flora adquiridos pelos indígenas não podem ser desconsiderados, uma vez que essas populações ocupavam o continente americano antes do processo de conquista no final do século XV. As plantas originárias da América, da mesma forma que as especiarias encontradas no Oriente, foram fundamentais, principalmente ao longo do período colonial. Nesse contexto, “entre as plantas que, de alguma maneira, chamaram a atenção dos europeus, muitas delas acabaram ganhando os mares, disseminando seus sabores e aromas para além do continente americano” (Santos; Bracht; Conceição, 2013, p. 120). Os relatos de viagem elaborados durante os séculos XVI, XVII e XVIII são testemunhos históricos importantes para revelar as percepções de colonizadores, aventureiros e eruditos acerca da flora da América (Santos; Bracht; Conceição, 2013).

De acordo com Jordan Goodman (2005, p. 2, tradução nossa), “as origens da planta do tabaco são desconhecidas. A sua história começa há cerca de oito mil anos, quando duas espécies da planta, a *Nicotiana rustica* e a *Nicotiana tabacum*, foram dispersas pelos ameríndios, tanto no sul como no norte do continente americano”<sup>11</sup>. O gênero *Nicotiana* representa a principal subdivisão da família Solanaceae, abrangendo mais de sessenta espécies, das quais cerca de 60% são originárias da América do Sul, 25% da Austrália e do Pacífico Sul e 15% da América do Norte. A *Nicotiana tabacum* e a *Nicotiana rustica* são espécies anuais da planta do tabaco. A primeira é uma planta de grande porte, apresentando folhas grandes e entre 1 e 3 metros de altura; a segunda é uma planta arbustiva, que possui de 0,5 a 1,5 metros de altura e produz folhas pequenas e carnudas. Por sua vez, “*Rustica* é agora o subgênero menor, estando confinado principalmente a apenas algumas partes do mundo - a antiga URSS, a Índia, o Paquistão e partes do Norte da África” (Goodman, 2005, p. 3, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Antes do processo de conquista da América, várias sociedades indígenas já utilizavam o tabaco, explorando suas diversas formas de consumo. As formas de consumo do tabaco incluíam o hábito de cheirar o pó feito das folhas secas da planta, a mastigação de bolinhas de

---

<sup>11</sup> No original: “The origins of the tobacco plant are lost. It’s history starts around eight thousand years ago, when two species of the plant, *Nicotiana rustica* and *Nicotiana tabacum*, were dispersed by Amerindians through both the southern as well as the northern American continent”.

<sup>12</sup> No original: “*Rustica* is now the minor subgenus, being confined principally to only a few parts of the world - the former USSR, India, Pakistan and parts of North Africa”.

tabaco curado, a ingestão do extrato liquefeito em forma de chá ou suco e, especialmente, a inalação da fumaça resultante da queima das folhas da planta. Os indígenas lançavam as folhas ou o pó em fogueiras ou sobre pedras quentes ou utilizavam diversos artefatos, como o cachimbo, para absorver a fumaça (Goodman, 2005; Santos; Bracht; Conceição, 2013). Christian Santos, Fabiano Bracht e Gisele Conceição (2013, p. 125) argumentam que “o hábito indígena de fumar estava, em alguns aspectos, ligado à questão da sociabilidade, fosse esta formal/ritual ou informal”.

O consumo do tabaco pelas populações indígenas, no entanto, não se limitou ao contexto social, pois a planta estava integrada aos aspectos ritualísticos, mágicos e religiosos do cotidiano indígena (Goodman, 2005). Como exemplo, várias substâncias narcóticas, entre elas o tabaco, ocupavam uma posição específica na cosmologia indígena que “podia envolver um estado de transe provocado por narcóticos, o que se configurava como uma das possíveis formas de contato com o mundo sobrenatural. Este, por sua vez, tinha relação direta com qualquer enfermidade” (Santos; Bracht; Conceição, 2013, p. 125). As sociedades indígenas associavam as doenças ao mundo sobrenatural e consideravam a fumaça obtida na queima das folhas da planta um elo entre os mundos material e espiritual. Nesse sentido, o tabaco era utilizado pelos pajés e xamãs para realizar o diagnóstico e encontrar o tratamento para a cura de uma determinada doença (Goodman, 2005).

Conforme Christian Santos, Fabiano Bracht e Gisele Conceição (2013, p. 127), “além de empregar o tabaco como um importante instrumento para a diagnose das causas sobrenaturais das enfermidades, a medicina indígena compreendia também uma considerável variedade de usos terapêuticos para as plantas do gênero *Nicotiana*”. O tabaco era utilizado como medicamento no combate de diversos tipos de parasitoses e infecções larvais e no tratamento de dores de articulações, dentes e cabeça (Goodman, 2005). O tabaco também foi uma das plantas do continente americano escolhidas pelos europeus para participar do intercâmbio botânico realizado entre os dois lados do Atlântico por meio das grandes navegações dos séculos XV e XVI, principalmente as representantes do gênero *Nicotiana*, que possivelmente tiveram o uso e o cultivo mais rapidamente disseminados no período (Acioli, 2005; Crosby, 2011). Após o envio da planta pelos colonos, oficiais da Coroa e viajantes, todas as camadas sociais da Europa passaram a consumir largamente o tabaco nas formas de rapé, de mascar ou de fumo (Acioli, 2005).

Isso porque, apesar da oposição eclesiástica e monárquica, como a da Igreja Ortodoxa e do Império russo, o consumo de tabaco foi bastante defendido por escritores e difundido pelo continente europeu ao longo do século XVII, a partir da Península Ibérica. O crescimento

da produção de cachimbos na Holanda e na Inglaterra, por exemplo, revela a popularidade do tabaco na Europa (Acioli, 2023). Consoante Gustavo Acioli (2023, p. 83), “o papel dos ibéricos, em particular dos portugueses, foi fundamental para a difusão inicial do tabaco a partir do Atlântico. Em cerca de um século, o tabaco americano já havia penetrado na Ásia, África e no Levante”. O tabaco não foi disseminado pelos espanhóis e portugueses apenas no Atlântico, mas também no Índico e no Pacífico, sendo cultivado e consumido em algumas sociedades do continente asiático, entre elas a chinesa e a indiana (Figura 5). Nesse contexto, China e Índia reduziram a importação da planta e tornaram-se produtoras da *Nicotiana Tabacum* e, principalmente, da *Nicotiana Rustica* (Acioli, 2023). Os portugueses também foram responsáveis pela introdução do “cultivo de tabaco em algumas ilhas do Caribe e na Venezuela, durante a União Ibérica, assim como eram os intermediários do comércio entre as Índias de Castela e os ingleses, desde fins do século XVI” (Acioli, 2023, p. 85).

**Figura 5** – *Nicotiana tabaco*.



**Fonte:** BNRJ (1798).

Na figura acima, visualizamos uma gravura da erva tabaco, produzida por Manuel Luís Rodrigues Viana, publicada pela Calcografia do Arco do Cego entre os anos de 1799 e 1801 e preservada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Esta imagem retrata o caule da planta na parte central e as folhas, que exibem nervuras complexas, e as flores, que mostram seus estames e pétalas com clareza, nas partes laterais. Como vimos anteriormente, a

Calcografia do Arco do Cego visava, com a publicação dessas iconografias, à difusão de conhecimentos técnicos e práticos, e a gravura da erva tabaco exemplifica o trabalho científico necessário para tal difusão, especialmente em áreas como a agricultura e a história natural, auxiliando na identificação e utilização prática dessa planta de grande importância econômica e cultural no período colonial.

Os relatos de Eckart também enfatizam a prática do tabagismo entre as populações que residiam na região amazônica durante o período colonial. Então, Eckart revela que “os índios raramente ou nunca tomam rapé, mas fumam muito; mais ainda os portugueses, que carregam na boca, praticamente o dia todo, cachimbos muito compridos, alguns belamente pintados e guarnecidos de prata” (Eckart, 1785, p. 518 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 88). Primeiro, o padre Eckart evidencia a preferência das populações da Amazônia pelo fumo em detrimento do rapé, utilizando artefatos como os cachimbos de prata. Segundo, Eckart mostra que o tabaco era consumido não apenas pelos ameríndios, mas também pelos lusitanos no cotidiano da colônia. O consumo do tabaco transformou a paisagem amazônica devido ao processo de cura da planta, no qual as folhas eram secas “para reduzir o teor de umidade e forçar a química da folha a produzir qualidades e aroma característicos” (Goodman, 2005, p. 3). Jordan Goodman (2005) afirma que a cura do tabaco pode ser realizada de várias formas e em diferentes condições ambientais: 1) ao ar livre e à sombra (cura ao ar); 2) ao ar livre, mas em sol pleno (cura ao sol); 3) em um celeiro com uma fogueira aberta e esfumaçada, geralmente de lenha (cura ao fogo); e 4) em um celeiro com calor seco fornecido por dutos que atravessam o espaço (cura em estufa).

Em primeiro plano, a cura ao ar livre pode ter um impacto relativamente baixo no ambiente, mas pode levar à necessidade de limpeza da vegetação ao redor das áreas de secagem para garantir uma boa circulação de ar, podendo alterar a paisagem local. Em segundo plano, a cura ao sol pode exigir áreas maiores de terra desmatada para acomodar as estruturas de secagem expostas ao sol, que pode gerar um impacto significativo na paisagem. Em terceiro plano, a cura ao fogo pode ter um impacto relativamente alto no ambiente devido à necessidade de coleta de lenha, que pode levar ao desmatamento e à degradação da floresta local. Em último plano, a cura em estufa requer o uso de combustíveis fósseis ou eletricidade para gerar calor, podendo aumentar a pegada de carbono da produção de tabaco, contribuir para as mudanças climáticas, exigir recursos adicionais e afetar a paisagem local. Portanto, a prática do tabagismo entre as populações da Amazônia ao longo do período colonial possui uma dimensão ambiental associada à secagem das folhas de tabaco e seus impactos na transformação da paisagem amazônica.

Caio Prado Júnior (2011, p. 164-165) aponta que “a terceira grande lavoura da colônia é a do tabaco. Sua cultura data entre nós do século XVII, e em princípios do seguinte já figurava com quantidades avultadas no comércio exterior”. Na América portuguesa, o tabaco ocupava a segunda posição no ranking de exportação, ficando atrás do açúcar e perdendo essa condição para o algodão somente nos últimos anos do século XVIII. A exportação do tabaco, principalmente da Bahia, era voltada para o escambo de escravos no continente africano. A cultura do tabaco estava espalhada em várias capitanias da colônia, entre elas os campos da Cachoeira, na Bahia, que era o principal centro de produção do tabaco. Além disso, as plantações de tabaco, da mesma forma que as de açúcar e algodão, eram caracterizadas pelo uso da mão de obra escrava africana, necessitando de mais cuidados que as outras plantações da América portuguesa (Prado Júnior, 2011). Dessa forma, a lavoura do tabaco constitui um dos fundamentos da agricultura no período colonial.

De acordo com Gustavo Acioli (2005, p. 22), “a América portuguesa foi um dos maiores produtores deste gênero tropical desde o século XVII, tendo sido sua exportação uma das principais fontes de renda do Estado português e uma peça importante na reprodução da sociedade escravista”. Durante o século XVII, a Coroa portuguesa concedeu diferentes benefícios aos produtores de fumo no Estado do Maranhão e Pará, sinalizando um interesse no desenvolvimento da cultura do tabaco na região. Nesse cenário, após uma petição dos habitantes locais, o monarca português proibiu a entrada de tabaco estrangeiro em Lisboa, favorecendo a importação do fumo americano. Ademais, o tabaco do Estado do Maranhão e Pará obteve novos benefícios, como a isenção ou a redução das taxas alfândegárias em Portugal. Entretanto, a carência de informações nos impede de fazer uma análise sistemática sobre os índices de produção de fumo na região (Chambouleyron, 2010).

Em seus “Aditamentos”, Anselm Eckart trata da importância econômica e política da erva tabaco do Vale Amazônico. Logo, Eckart ressalta que

o tabaco americano constitui um alto rendimento para os cofres reais. D. Pedro II, rei de Portugal, costumava dizer que possuía uma ervinha no Brasil que lhe rendia anualmente uns tantos 1000 réis, mas que a soma total mal atingia, na época, 20 ou 30.000 cruzados. Hoje, porém, alcança facilmente um milhão e meio (Eckart, 1785, p. 518 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 88).

O trecho acima ilustra os elementos da economia fumageira, a conexão entre natureza e realeza e a valorização e expansão da produção desse gênero amazônico. Inicialmente, destacamos a importância econômica da erva tabaco na região, contribuindo para os recursos financeiros da Coroa portuguesa. Diante disso, identificamos uma relação entre a produção do

tabaco americano e o poder real de D. Pedro II (1648-1706). Em última análise, observamos o crescimento exponencial no valor e, conseqüentemente, na produção do tabaco ao longo do tempo, refletindo acerca dos possíveis impactos ambientais causados pela intensificação do cultivo da erva tabaco na região. As observações de Eckart sobre o tabaco contribui para a discussão sobre a importância econômica e política do tabaco no Vale Amazônico, a relação entre natureza e realeza e o possível impacto ambiental associado ao cultivo da erva tabaco na região.

Embora o padre Eckart tenha revelado a importância econômica e política do tabaco da Amazônia, no dia 06 de outubro de 1761, Manuel Bernardo de Melo e Castro enviou um ofício para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual trata da redução da produção de açúcar e tabaco no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em seu ofício, Melo e Castro explica que

Em carta de Vossa Excellencia de 16 de junho do presente anno fico certo do que Sua Magestade é servido ordenar a respeito das manufaturas do assucar e tabaco, reduzindo-se a fabrica destes dous generos sómente á porção que fôr necessaria para o consumo e commercio interior dos Rios e deste Estado em rasão de terem contra si nessa Cidade os mesmos generos da Bahia e Pernambuco, estabelecidos com maior abundancia e reputação há muitos annos; o que farei executar pela parte que me toca pela forma que Sua Magestade m'o ordena (IHGB, v. 3, Arq. 1.1.3, p. 263).

A citação acima acerca da redução da produção de açúcar e tabaco no Estado do Grão-Pará e Maranhão contribui para a discussão sobre o contexto econômico e político do período. Nessa perspectiva, observamos que a redução das manufaturas de açúcar e tabaco, visando o consumo e o comércio na região, ocorreu por conta da competição desses mesmos produtos nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, que possuíam grande abundância e reputação na América portuguesa. Esse fragmento do ofício enviado por Manuel Bernardo de Melo e Castro nos permite conhecer a dinâmica econômica e política que caracterizou o período colonial na região, onde as decisões políticas dos representantes da Coroa portuguesa impactavam diretamente nas atividades econômicas das capitanias e dos estados sob sua administração.

Lodewijk Hulsmann (2016, p. 40) argumenta que, “apesar de ser conhecido pelos geógrafos europeus desde a viagem de Orellana, em 1541, o delta do rio Amazonas ficou à parte da expansão espanhola e portuguesa até o final do século XVI”. A região despertou o interesse de outros reinos da Europa, entre eles França, Inglaterra, Irlanda e Holanda, a partir do século XVII, gerando diversos conflitos pelo domínio dos territórios do Vale Amazônico.

Enquanto os portugueses conquistavam e ocupavam o litoral norte da América do Sul, os franceses, ingleses e holandeses rivalizavam com as Coroas ibéricas, fazendo incursões “no Mar das Caraíbas e no norte do continente sul-americano, entre os deltas do Rio Orinoco, na atual Venezuela, e do Rio Amazonas” (Rezende, 2006, p. 131). Por sua vez, o reino da Holanda, assim como os reinos da França, Inglaterra e Irlanda, também fundou “feitorias que foram desenvolvidas, na segunda década do século XVII, para plantações, os principais produtos foram urucu, algodão e tabaco” (Hulsman, 2016, p. 41).

Entre os produtos cultivados nas plantações das feitorias da região, “o tabaco era especialmente visado por ter uma demanda alta na Inglaterra e na Holanda e por ser uma planta que crescia rápido e permitia um retorno imediato” (Hulsman, 2016, p. 45). O trabalho indígena era fundamental para a organização das plantações e o cultivo da erva tabaco e, por isso, as feitorias eram construídas próximas de uma aldeia indígena. Além disso, o escambo caracterizou o comércio entre holandeses, especificamente da província da Zelândia, e indígenas da região, que realizavam a troca de produtos manufaturados, entre eles facões, machados, enxós, ferros de cassava e contas de vidro, por produtos naturais, como o tabaco. Desse modo, “a oferta dos manufaturados europeus criou uma cooperação com indígenas que resultou em uma produção de tabaco, entre outros produtos” (Hulsman, 2016, p. 54).

A erva tabaco era um dos mais importantes gêneros amazônicos enviados pelos holandeses para a Europa entre 1620 e 1640. Segundo Alírio Cardoso (2023, p. 36), a erva tabaco era enviada para a Europa juntamente com outros produtos naturais “em navios chamados de *fluiten*, ou *noordvaarders*, navios cargueiros relativamente pequenos, mas ágeis, perfeitos para a transição entre rio e mar, característica da navegação amazônica”. No entanto, as canoas indígenas ainda eram as embarcações mais eficientes para a navegação dos canais estreitos e perigosos dos rios da região. Portanto, “os holandeses aprenderam rapidamente com a experiência inglesa e francesa que a navegação amazônica não poderia ignorar a ciência indígena na escolha das melhores rotas e embarcações para cada época do ano, inclusive” (Cardoso, 2023, p. 36).

Os relatos de Eckart também discutem o comércio, o transporte e a inspeção do tabaco em Portugal. Assim, Eckart relata que

O tabaco brasileiro é vendido a altos preços em Lisboa: meio quilo custa 3 florins. Todos os que queiram tomar rapé são obrigados a tomar deste, devido ao chamado Estanque ou monopólio. A cada 3 anos a venda do tabaco é leiloada. Mal chega um navio em Lisboa, 2 ou 3 funcionários da fábrica de tabaco, chamado *malsins*, aparecem a bordo, cuidando para que ninguém tire tabaco do navio. Outros senhores também procedem a um

exame detido, chamado a visita do tabaco. Todos os que se encontram no navio devem apresentar-se, toda bagagem é examinada; encontrando-se tabaco, por menos que seja, é jogado n'água. Se forem clementes, os senhores visitadores permitem que os recém-chegados fiquem com o rapé de suas caixas (Eckart, 1785, p. 518-519 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 88-89).

O excerto acima sobre o tabaco do Vale Amazônico nos revela a prática de favorecimento do tabaco brasileiro em detrimento do tabaco estrangeiro em Lisboa. Em primeira análise, os preços elevados e o monopólio do tabaco evidenciam a lucratividade controlada por um grupo restrito. Outrossim, Anselm Eckart descreve o controle rigoroso exercido sobre o tabaco que chega à cidade, com funcionários da fábrica de tabaco inspecionando navios no porto e confiscando qualquer tipo de tabaco encontrado, independentemente de sua quantidade. Em última análise, a concessão pontual por parte dos inspetores, permitindo que os recém-chegados mantenham o rapé de suas caixas em algumas circunstâncias, demonstra uma flexibilidade limitada dentro das práticas de fiscalização. Esse trecho dos “Aditamentos” do padre Eckart contribui para a discussão acerca da lucratividade do comércio de tabaco, o controle estrito imposto pelas autoridades locais e as práticas de inspeção do tabaco em Portugal.

Este capítulo analisou as representações da flora amazônica presentes nos “Aditamentos” do padre *tapuitinga* Anselm Eckart. Para isso, mobilizamos conceitos e referenciais teóricos para explorar não apenas a dimensão econômica, mas também outras dimensões das plantas, como a biológica, a cultural, a política e a social, principalmente no século XVIII. Nesse período, o algodão foi responsável pela formação de uma sociedade majoritariamente preta na Capitania do Maranhão; o cacau foi determinante para o consumo de chocolate na Europa; o cravo foi utilizado na culinária, na medicina e na tinturaria; a mandioca foi fundamental para a manutenção da colonização na Amazônia; e o tabaco foi responsável pela ampliação do poder econômico e, conseqüentemente, político do rei de Portugal. Ademais, utilizamos uma iconografia da igarité, da ubá e da jangada para destacar as embarcações que viabilizaram a realização das viagens de exploração e transporte do cravo na Amazônia setecentista. Embora não tenham relação direta com os “Aditamentos” de Eckart, os desenhos e as gravuras do algodão, do cacau, da mandioca e do tabaco foram mobilizados para visualizar algumas características dessas plantas que também são descritas nos seus relatos de viagem. Portanto, a flora amazônica, assim como as sociedades indígenas e os demarcadores, foi protagonista ao longo do processo de colonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, abordamos o processo de colonização portuguesa no Vale Amazônico durante a segunda metade do século XVIII. Para isso, contextualizamos os conflitos territoriais entre os reinos de Espanha e Portugal, que resultaram na assinatura de diversos tratados diplomáticos, como o Tratado de Madri de 1750. Esse tratado estabeleceu a formação de uma Comissão Demarcadora de Limites, visando à definição das fronteiras ultramarinas na região. Nesse contexto, administradores coloniais, homens de ciência e missionários religiosos participaram da política de demarcação e ocupação da Amazônia colonial, elaborando relatos de viagem com descrições acerca da natureza amazônica. Portanto, os padres da Companhia de Jesus, incluindo Anselm Eckart, não apenas realizaram o trabalho religioso nas aldeias missionárias da região, mas também registraram suas impressões sobre a fauna, a flora, o clima, a hidrografia e a paisagem do Estado do Grão-Pará e Maranhão em seus relatos de viagem.

Os “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), escritos pelo padre alemão Anselm Eckart, estão inseridos em um conjunto de fontes coloniais – cartas, crônicas, diários, ofícios e relatos – que nos permite conhecer o projeto colonizador português na região. Diante disso, buscamos entender como a flora amazônica foi percebida e descrita por Eckart entre 1753 e 1757, considerando o contexto histórico, suas interações sociais na Amazônia e seus conhecimentos adquiridos na Europa. As representações das plantas amazônicas presentes nos relatos de viagem, considerados documentos históricos importantes para fazer uma História Ambiental da Amazônia, também são relevantes para compreender a política de colonização da região. Ademais, a análise dessas representações contribui para uma compreensão mais ampla do processo de demarcação e ocupação da Amazônia colonial.

Somado a isso, os “Aditamentos” do padre Eckart permitem estabelecer uma relação entre o passado e o presente dessa região, pois a exploração econômica da flora amazônica ao longo da colonização provocou impactos ambientais que permanecem na atualidade. O cravo é uma das plantas amazônicas que sofrem, atualmente, com as consequências do projeto colonizador português no Vale Amazônico. Isso porque o processo de extração do pau-cravo era uma atividade predatória que resultou na escassez de uma planta amazônica abundante no passado e ameaçada de extinção no presente. Para além disso, a domesticação de outros elementos da flora amazônica, entre eles o algodão, o cacau, a mandioca e o tabaco, visando à subsistência e a exportação, promoveu diferentes impactos ambientais, como a transformação dos ecossistemas e das paisagens da região.

As descrições de Eckart revelam não apenas a dimensão econômica, mas também outras dimensões das plantas amazônicas. A partir delas, buscamos compreender o processo de demarcação e ocupação da Amazônia colonial, destacar a importância do conhecimento indígena na exploração das plantas e na navegação dos rios da região e evidenciar o protagonismo histórico da flora no processo de colonização do Vale Amazônico. Esses objetivos foram atingidos uma vez que os “Aditamentos” do padre Eckart relatam os esforços dos padres jesuítas para cumprir as orientações do Tratado de Madri, a participação indígena nas viagens de exploração pelos rios e sertões da região, e os desafios impostos pela natureza amazônica durante as missões religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

O conjunto de documentos históricos consultados foi fundamental para o cruzamento de fontes e o aprofundamento da nossa análise das representações da flora amazônica nos “Aditamentos” do padre Eckart. Como exemplo, os ofícios da Capitania do Pará são fontes históricas que ressaltam a importância da mandioca e do tabaco na segunda metade do século XVIII.

Para além disso, esta monografia levantou a hipótese de que as interações com agentes demarcadores e, principalmente, populações indígenas e as experiências de medo e perigo vivenciadas pelo padre Eckart no Vale Amazônico, influenciaram suas percepções e descrições acerca das plantas amazônicas presentes nos seus relatos de viagem. Por exemplo, os episódios relatados sobre as nomenclaturas do algodão, do cacau e do cravo confirmam a nossa hipótese, já que demonstram que ameríndios e europeus tinham formas distintas de se referir aos elementos da flora amazônica. Anselm Eckart incorporou, a partir dessa interação, as expressões utilizadas por esses sujeitos em seus “Aditamentos”, elaborando suas representações sobre as plantas amazônicas. Dessa forma, essa hipótese auxiliou na análise das representações da flora amazônica produzidas pelo padre Eckart.

A flora possuía funções importantes para o equilíbrio do ecossistema, mas, após a chegada dos colonizadores na região, foram transformadas em produtos, adquirindo uma dimensão econômica. Isso não significa que as plantas amazônicas perderam sua dimensão biológica, cultural, política e social. Como exemplo, o algodão desempenhou um papel crucial na constituição de uma sociedade negra na Capitania do Maranhão; o cacau foi fundamental para o surgimento do consumo de chocolate na Europa; o cravo encontrou aplicação diversificada, sendo utilizado na culinária, na medicina e na tinturaria; a mandioca desempenhou um papel essencial na manutenção da colonização na Amazônia; e o tabaco foi importante para a ampliação dos poderes econômicos e, conseqüentemente, políticos do rei de Portugal.

As reflexões de Emanuele Coccia acerca da vida das plantas foram fundamentais para o trabalho, uma vez que questionam a visão antropocêntrica que defende a superioridade da fauna em detrimento da flora. No entanto, reconhecemos que as possibilidades de pesquisa sobre os elementos da flora amazônica presentes nos “Aditamentos” de Eckart, entre eles as ervas e as frutas, não foram esgotadas neste trabalho e podem ser investigadas em pesquisas futuras, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. Os relatos de viagem do padre Eckart também apresentam descrições importantes acerca de outros elementos da natureza, entre eles os animais e os rios, por exemplo.

Portanto, a presente monografia amplia a nossa compreensão sobre o processo de colonização portuguesa no Vale Amazônico ao longo da segunda metade do século XVIII, destacando a atuação missionária do padre alemão Anselm Eckart e sua contribuição para a política de demarcação e ocupação da região. A análise das representações tratou não apenas da dimensão econômica, mas também de outras dimensões das plantas amazônicas dentro e fora da Amazônia colonial. Por fim, a pesquisa revela a complexidade das relações entre os seres humanos e o meio ambiente na colonização, apontando o papel desempenhado pelas plantas da região no equilíbrio do ecossistema amazônico e na consolidação do empreendimento colonial.

## FONTES

### I. FONTES MANUSCRITAS:

#### Arquivo Histórico Ultramarino

OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a importância das plantações de mandioca na capitania. Pará (1616-1833). AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 47, Doc. 4298.

#### Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

OFÍCIO de Manuel Bernardo de Mello e Castro à Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a respeito das manufaturas do açúcar e tabaco. Pará: 06/10/1761. IHGB, v. 3, Arq. 1.1.3, p. 263.

### II. FONTES IMPRESSAS:

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARTA de Dávid Fáy a seu irmão. Tapuitapera, 16/07/1753. In: RÓNAI, Paulo. As cartas do P. David Fay e sua biografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. LXIV, 1942, p. 266-273.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ECKART, Anselm. Aditamentos à descrição das terras do Brasil. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, ao rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974. 4 v.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2005. 3 v.

### III. FONTES ICONOGRÁFICAS:

CODINA, Joaquim José. [**Theobroma cacao, Linn.**]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=1250](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1250). Acesso em: 18 dez. 2023.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Uma igarité, uma ubá, uma jangada e seus acessórios**. 1971. 1 iconografia. Disponível: [https://purl.pt/33535/res-2510-a\\_4\\_master/res-2510-a/res-2510-a\\_PDF/res-2510-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/33535/res-2510-a_4_master/res-2510-a/res-2510-a_PDF/res-2510-a_0000.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

FIGUEIREDO, Inácio José Maria de. **[Flor do algodão (Estampas 1 e 2)]**. 1799. 1 gravura. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3365/1/022932\\_IMAGEM\\_002.jpg](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3365/1/022932_IMAGEM_002.jpg). Acesso em: 18 dez. 2023.

LISBOA, Cristóvão de. **Mandioca**. 1967. 1 desenho. Disponível em: [https://purl.pt/162/1/brasil/iconografia/fauna\\_flora/mandioca/index.html](https://purl.pt/162/1/brasil/iconografia/fauna_flora/mandioca/index.html). Acesso em: 18 dez. 2023.

VIANA, Manuel Luís Rodrigues. **Nicotiana tabaco**. [S.l.: s.n.], [1798]. 1 gravura. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=33406](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33406). Acesso em: 18 dez. 2023.

#### IV. FONTES CARTOGRÁFICAS:

SILVA, Maurício José Quaresma; SANTOS; Anderson Maciel dos. **Mapa do percurso missionário de Anselm Eckart na Amazônia (1753-1757)**. Ananindeua, 2023. 1 mapa. Escala 1:8.600.000.

SZLUHA, János Nepmuk; ECKART, Anselm. **Mappa V - Provinciae Maragonii Societatis Jesu cum adjacentibus quibusdam terris Hispanorum, Gallorum & Batavorum**. 1755. Norman B. Leventhal Map & Education Center. Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:5d86rj916>. Acesso em: 24 jul. 2024.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.
- ACIOLI, Gustavo. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa - um balanço historiográfico. **SAECULUM - Revista de História**, João Pessoa, n. 12, p. 22-37, 2005.
- ACIOLI, Gustavo. Infiltrando impérios: o tabaco e o mercado Atlântico global (séculos XVI-XVIII). *In*: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander (orgs.). **História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 79-123.
- ALGRANTI, Leila Mezan. A arte de cozinha e as plantas do Brasil. *In*: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Uso e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013. p. 138-179.
- ALTIC, Mirela. Missionary Cartography of the Amazon after the Treaty of Madrid (1750): The Jesuit Contribution to the Demarcation of Imperial Frontiers. **Terrae incognitae**, v. 46, n. 2, p. 69-85, 2014.
- ALTIC, Mirela. Rediscovering a Map of the Amazon. *In*: LEVENTHAL Map. Boston, MA, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.leventhalmap.org/articles/rediscovering-a-map-of-the-amazon/>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). **Revista de Estudos Amazônicos**, Belém, v. 5, n. 1, p. 25-78, 2010.
- ARENZ, Karl Heinz. “Mais do que almas”: agricultura e extrativismo nas missões jesuíticas da Amazônia portuguesa (século XVII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, v. 23, n. 36, p. 63-86, 2023.
- ARENZ, Karl Heinz. O “Tapuitinga” Anselm Eckart e os índios na Amazônia portuguesa: representações e mediações (1753-1757). *In*: Simpósio Nacional de História, n. 30, 2019, Recife. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH-Brasil, p. 1-16, 2019.
- ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Os padres “tapuitinga”: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina, 1750-1757. *In*: MULLER, Jean Claude *et al.* (orgs.). **Dicionário de Língua Geral Amazônica [1756]**. Potsdam (Alemanha)/Belém (Pará): Universitätsverlag Potsdam/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 37-50.
- ARRILLAGA, Inmaculada Fernández. Deportação do Brasil e prisão nos cárceres portugueses de um jesuíta alemão: o P. Anselmo Eckart. **Brotéria**, Lisboa, v. 156, p. 171-187, 2003.

ARRILLAGA, Inmaculada Fernández; ARENAS, Mar García. Dos caras de una misma expulsión: el destierro de los jesuitas portugueses y la reclusión de los misioneros alemanes. **Hispania sacra**, v. 61, n. 123, p. 227-256, 2009.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O algodão brasileiro na época da revolução industrial. **América Latina en la historia económica**, v. 23, n. 2, p. 167-203, 2016.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: T. Cardoso & Irmão, 1901.

BASTOS, Carlos Augusto. Demarcações de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c. 1780-c. 1790). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 147-168, 2017.

BECKERT, Sven. **Empire of cotton: A global history**. New York: Vintage, 2014.

BERTOLINI, Andréa Curiacos. Amiláceos. *In*: EMBRAPA. Brasília, DF, 9 dez. 2021.

Disponível em:

<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/tecnologia-de-alimento/s/processos/grupos-de-alimentos/amilaceos>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 52-55.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARDOSO, Alírio. A descoberta das especiarias e as conexões atlânticas na Amazônia (séculos XVI-XVII). *In*: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). **As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. p. 21-46.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 61-75, 2005.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A ordem da missão e os jogos da ação: conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 23-41, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O «cravo do Maranhão» e a Amazônia global (séculos XVII-XVIII). **Revista de Índias**, v. 82, n. 285, p. 329-361, 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). **Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Aphes)**, v. 32, p. 1-9, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 218-234, 2014.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

CORRÊA, Manuel Pio. **Diccionario das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

CORRÊA, Manuel Pio. **Diccionario das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Lisboa: Horizonte, 1984.

COSTA, Kelerson Semerene. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 95-112, 2007.

COUCEIRO, Luiz Alberto; SILVA, Rejane Valvano Corrêa da. Possíveis análises sobre a produção de algodão no Maranhão (1755-1818): relacionando o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, São Luís, v. 12, n. 20, p. 190-213, 2015.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de “pau” e de “guerra”**: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CRUZ, Roberto Borges da. Usos e apropriações da farinha de Mandioca na colonização do estado do Maranhão e grão-pará. **Fronteras de la Historia**, v. 18, n. 1, p. 105-128, 2013.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DIAS, Manuel Nunes. As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777): subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 363-377, 1962.

DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII**: política, ciência e aventura. Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1991.

DONINI, Cinthia V. Zúniga de Souza; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel. A colonização portuguesa e a exploração de pau-cravo na Amazônia. *In*: Congresso Internacional de História, n. 7, 2015, Maringá. **Anais do VII Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 3385-3392.

DONINI, Cinthia V. Zúniga de Souza; FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Até a última árvore: extração, tráfico e consumo de pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*) na Amazônia do século XVIII. *In*: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, n. 15, Florianópolis. **Anais do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2016. p. 1-9.

DONINI, Cinthia V. Zúniga de Souza; FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Flores e cascas: exploração de cravo, *Dicypellium caryophyllaceum* e *Syzygium aromaticum*, no século XVIII. *In*: Congresso Internacional de História, n. 8, 2015, Maringá. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017. p. 900-908.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ECKART, Anselm. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. São Paulo: Loyola, 1987.

FARIAS, Millena Souza. **O engenho dos engenheiros**: ciência e política na fronteira meridional da América portuguesa (1750-1760). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

FERREIRA NETO, Lael. **A doutrina do Uti Possidetis na tradição ibérica**: a política externa expansionista do Marquês de Pombal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; POLETTO, Roberto. Circulação e produção de saberes e práticas científicas na América meridional no século XVIII: uma análise do manuscrito

*Materia medica misionera* de Pedro Montenegro (1710). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, n. 4, p. 1121-1138, 2012.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686-1759). *In*: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História de igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 139-209.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, São Paulo, v. 2, p. 62-86, 2011.

GOODMAN, Jordan. **Tobacco in history: the cultures of dependence**. New York: Routledge, 2005.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, Preguiça e Matulagem: O trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. XIII, n. 1, p. 1-29, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

HULSMAN, Lodewijk. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). *In*: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de (orgs.). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2016. p. 39-60.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no Tempo das demarcações (1750-1799)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KETTLE, Wesley Oliveira. “Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 7, n. 1. p. 58-83, 2018.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v.

LEMPS, Alain Huetz de. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (orgs.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 465-475.

LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”**: moeda natural e moeda metálica na Amazônia Colonial (1706-1750). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

LINNAEUS, Carolus. **Systema Naturae**. Stockholm: Kiesewetter, 1740.

MARTINS, Diego Cambraia de; MELO, André Luiz Sales. A Mercantilização do Fruto de Ixcacao: o Cacau do Grão-Pará e o Consumo do Chocolate na Europa (Séculos XVII e XVIII). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 229-251, 2021.

MARTINS, Diego Cambraia de; MELO, Felipe Souza. O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (c. 1750-c. 1810). *In: Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, n. 7, n. 9, 2019, Ribeirão Preto. **Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e 9º Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019. p. 1-31.

MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade**: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII). 2022. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

MELO, André Luiz Sales. Dentro e fora do exclusivo colonial: a circulação do cacau-chocolate na era mercantilista (séculos XVI a XVIII). *In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander (orgs.). História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 181-214.

MOLINA, Manuel González de. **Historia y medio ambiente**. Madri: Eudena, 1993.

MOORE, Jason W. Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. **Organization & Environment**, v. 16, n. 4, p. 514-517, 2003.

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

MOREIRA NETO, Carlos. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. *In: HOORNAERT, Eduardo (org.). História de igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63-120.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC-1.500 DC). 2012. Tese (Livre-docência) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014.

PÁDUA, José Augusto. Arrastados por uma cega avareza: as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. **Ciência & ambiente**, Santa Maria, v. 31, p. 133-146, 2005.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

PAPAVERO, Nelson *et al.* As notas do Padre Anselm Eckart, S.J., sobre alguns animais do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 593-609, 2011.

PAPAVERO, Nelson. Nomes de animais em três manuscritos jesuíticos em Língua Geral do século XVIII (Eckart, ma 569 da Academia de Ciências de Lisboa e manuscrito da Universidade de Trier). **Arquivos de Zoologia**, v. 46, n. 1, p. 1-39, 2015.

PAPAVERO, Nelson *et al.* **O Novo Éden**: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.

PAPAVERO, Nelson *et al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 5, n. 2, p. 433-533, 2010.

POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

PORRO, Antonio. Cacau e chocolate: dos hieroglifos à cozinha ocidentel. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 5, p. 279-284, 1997.

PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 175, p. 217-248, 1941.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. 2006. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. *In*: NEVES, Walter Alves. (org.). **Origens**,

**Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia.** Belém: MPEG/CNPq, 1991. p. 103-141.

SANTOS, Lara de Melo dos. A farinha de mandioca e a formação do mundo Atlântico na época moderna. *In*: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexander (orgs.). **História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX).** São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 217-233.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Esta que “é uma das delícias, e mimos desta terra...”: o uso indígena do tabaco (*N. rustica* e *N. tabacum*) nos relatos de cronistas, viajantes e filósofos naturais dos séculos XVI e XVII. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 119-131, 2013.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX. **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 6, n. 1, p. 48-60, 2014.

SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 11, n. 20, 21, 2009.

SCHEFER, Aline. Anselmo Eckart, jesuíta missionário e prisioneiro nas prisões pombalinas. Modelo de “vida exemplar”. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, p. 1798-1812, 2014.

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. *In*: Simpósio Nacional de História, n. 28, 2015, Florianópolis. **Anais do 28º Simpósio Nacional de História**, Florianópolis: Associação Nacional de História-ANPUH-Brasil, p. 1-13, 2015.

SCHWARTZ, Stuart. Escravatura e comércio de escravos no Brasil do século XVIII. *In*: BETHECOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da expansão portuguesa. O Brasil na balança do Império (1697-1808)**, v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. *In*: BETHELL, Leslie. **História da América Latina. América Latina Colonial**, v. 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo, v. 30, p. 108-119, 1996.

SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial.** São Paulo: Editora SENAC, 2017.

SILVA, Maurício José Quaresma; KETTLE, Wesley Oliveira. Os rios amazônicos nos relatos do padre Eckart. *In*: KETTLE, Wesley Oliveira; BARBOSA, Estevão José da Silva (orgs.). **História pelos rios do Brasil.** 1 ed. Maceió: Olyver, 2022, v. 1, p. 76-86.

SILVA, Maurício José Quaresma. Por uma história da alimentação: o cacau, a mandioca e o tabaco segundo os “Aditamentos” do padre Eckart (Amazônia, século XVIII). **ORÉ - Revista Discente de Estudos Históricos da UNIRIO**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 238-258, 2023.

SILVA, Maurício José Quaresma. Por uma história global: os “Aditamentos” do padre Eckart e a circulação do conhecimento sobre a Amazônia colonial. **Revista Eletrônica Discente Homos**, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 312-326, 2022.

SOUSA, Claudia Rocha de. As práticas curativas na Amazônia colonial: Da cura da alma à cura do corpo (1707-1750). **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 362-384, 2014.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. A folha e a árvore: as missões de Maynas e o programa missionário da salvação dos índios. *In*: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de (orgs.). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2016. p. 97-112.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão, 1612-1895**. v. 1. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.